

ESTRATÉGIAS PARA A DIMINUIÇÃO DO SPREAD DE CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL

CRÉDITO PESSOAL NÃO-CONSIGNADO

RELATÓRIO FINAL
MARÇO DE 2018

CONFIDENCIALIDADE

Os negócios dos nossos clientes são extremamente competitivos, e a preservação da confidencialidade com relação aos planos e informações dos nossos clientes é fundamental. A Oliver Wyman aplica rigorosamente políticas internas de confidencialidade visando proteger o sigilo das informações dos clientes.

Da mesma forma, entendemos que o nosso negócio também é bastante competitivo. Consideramos nossas abordagens e conhecimentos como direitos de propriedade intelectual e, portanto, esperamos que nossos clientes protejam nossos interesses em nossas propostas, apresentações, metodologias e técnicas analíticas. Sob em nenhuma hipótese este material poderá ser compartilhado com qualquer terceiro sem o prévio e expresso consentimento da Oliver Wyman.

© Oliver Wyman

Identificamos os principais temas e suas hipóteses relacionadas que apresentaram maior potencial de impacto na redução do spread no produto



Crédito pessoal não-consignado

Principais temas

- *Dados “empossados”*
- *Vinculação de garantias*
- *Cobrança*

Hipóteses priorizadas

- i. Bancos grandes têm **vantagem informacional** a partir dos dados transacionais
 - ii. Faltam disponibilidade / acesso facilitado a **produtos financeiros com garantia**
 - iii. Custo de **cobrança** e lentidão na recuperação permanecem altos
-

Estratégias para a diminuição do spread de crédito bancário no Brasil

Crédito pessoal não-consignado

Agenda

1 **Visão geral do mercado**

2 **Hipóteses & evidências**

3 **Iniciativas priorizadas e planos de implementação**

4 **Anexo**

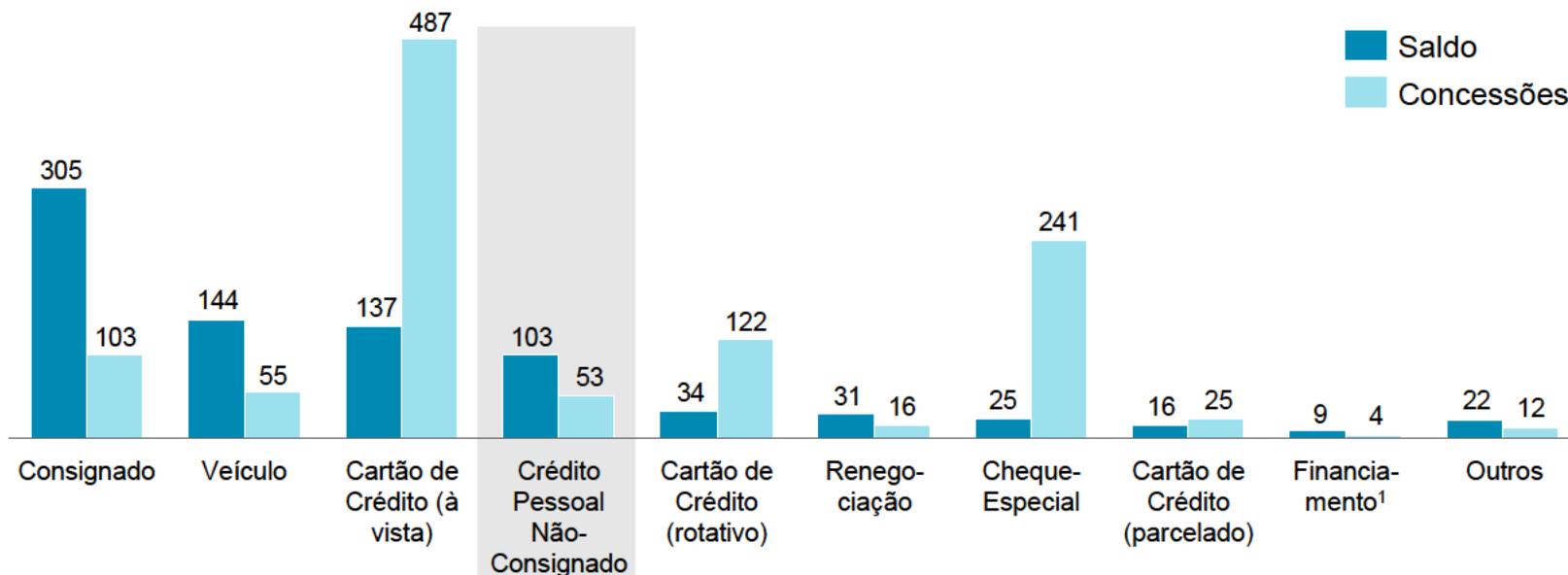
1 | Visão geral do mercado

O papel do crédito pessoal não-consignado (1/2)

O crédito pessoal não-consignado representa 13% do total de crédito livre disponibilizado para pessoas físicas

Linhas de crédito para pessoas físicas – recursos livres

Em bilhões de R\$



	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito (à vista)	Crédito Pessoal Não-Consignado	Cartão de Crédito (rotativo)	Renegociação	Cheque-Especial	Cartão de Crédito (parcelado)	Financiamento ¹	Outros
% da carteira livre PF	37%	17%	17%	13%	4%	4%	3%	2%	1%	3%
Taxa média (aa)	27%	23%	0%	130%	397%	62%	317%	161%	86%	NA
Prazo (meses)	24	15	N/A	21	1.5	19	0.8	5	6	15
Crescimento (5 anos)	68%	-24%	68%	19%	33%	36%	3%	72%	-7%	26%

1. Não inclui veículos. Fonte: Séries temporais Bando Central do Brasil, database set/2017

O papel do crédito pessoal não-consolidado (2/2)

Esta modalidade de crédito serve um importante propósito econômico, antecipando o consumo...

Razões para tomar empréstimo PF

Destacando crédito pessoal

Consumo	Comprar outros bens (móveis, eletrônicos etc)	36.5%
	Comprar automóvel/moto	12.2%
	Usou em viagens, lazer	0.9%
Dívida	Pagar as contas da casa	14.1%
	Pagar dívida do cartão de crédito	4.5%
	Pagar outro empréstimo	4.1%
Investimento	Construção, reforma e/ou aquisição de casa	6.8%
	Aplicar no negócio próprio	3.5%
	Educação própria ou de familiar	1.3%
Emergência	Doença/morte da família	2.1%
Outro	Outro	5.5%
Não Informou	Não informou	8.6%

 Principais motivações para crédito pessoal

Comentários

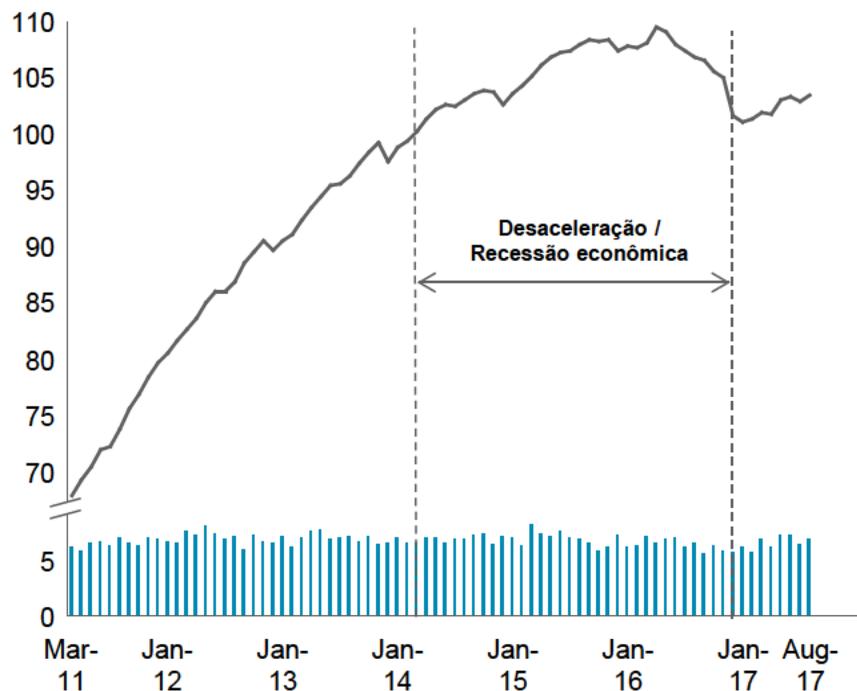
- **50% dos empréstimos tomados** tiveram a finalidade de **aquisição de bens próprios**
- Aproximadamente **25% dos empréstimos** estavam ligados a **pagamento de dívida**
- **Menos de 15%** tomaram empréstimo para realizar um algum tipo de **investimento**
- **Somente 2%** adquiriram o dinheiro para **emergência pessoal/familiar**

Evolução do crédito pessoal no Brasil (1/3)

O volume de crédito pessoal não-consignado seguiu a tendência recente do crédito total PF, mas sofreu redução mais forte no último ano

Histórico de crédito pessoal não-consignado

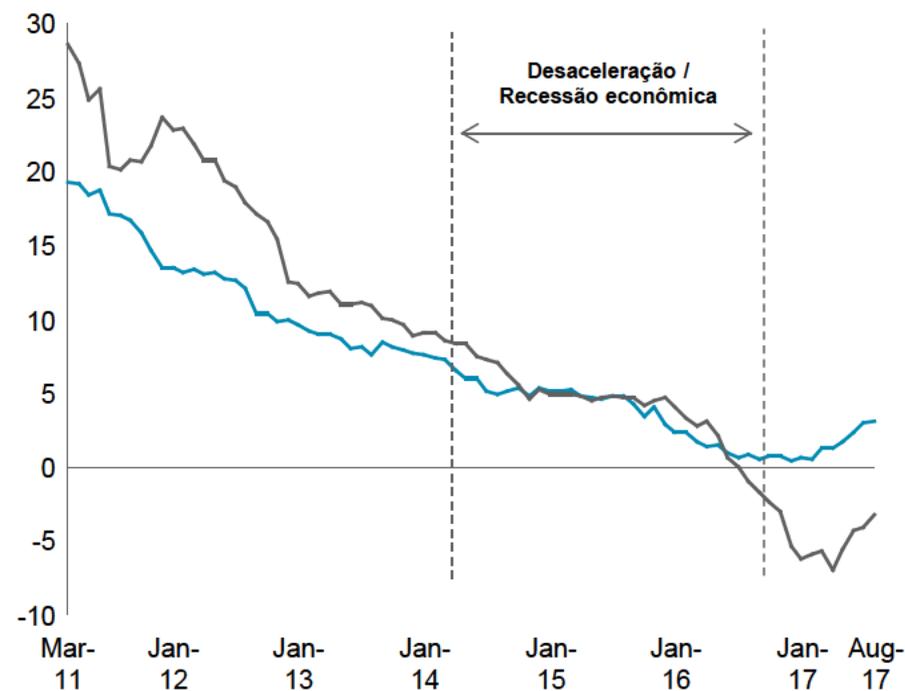
Em bilhões de R\$, valores nominais



— Saldo ■ Concessão

Evolução do saldo de crédito

Em %, variação 12-meses



— Crédito Total PF¹
— Crédito pessoal não consignado²

1. Não inclui saldo de crédito direcionado

2. Não inclui operações referenciadas em tarifas reguladas, relacionadas a recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) ou quaisquer outros recursos compulsórios

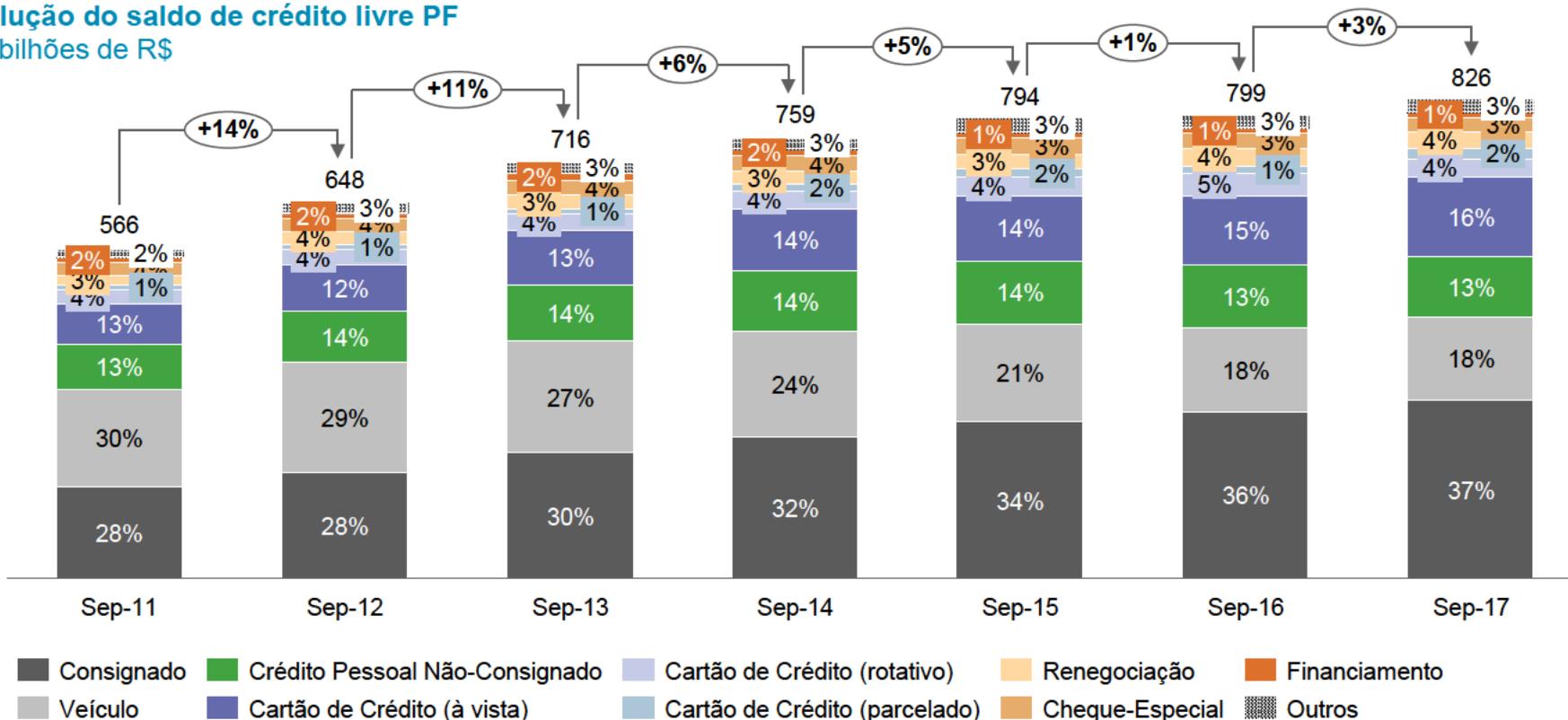
Fonte: Séries temporais, database de set/17

Evolução do crédito pessoal no Brasil (2/3)

Em relação ao saldo total da carteira PF, o crédito pessoal não-consignado manteve a mesma proporção, em 13% do saldo total nos últimos anos

Evolução do saldo de crédito livre PF

Em bilhões de R\$



Movimento entre modalidades se deu principalmente com o consignado ganhando participação que anteriormente era de veículos

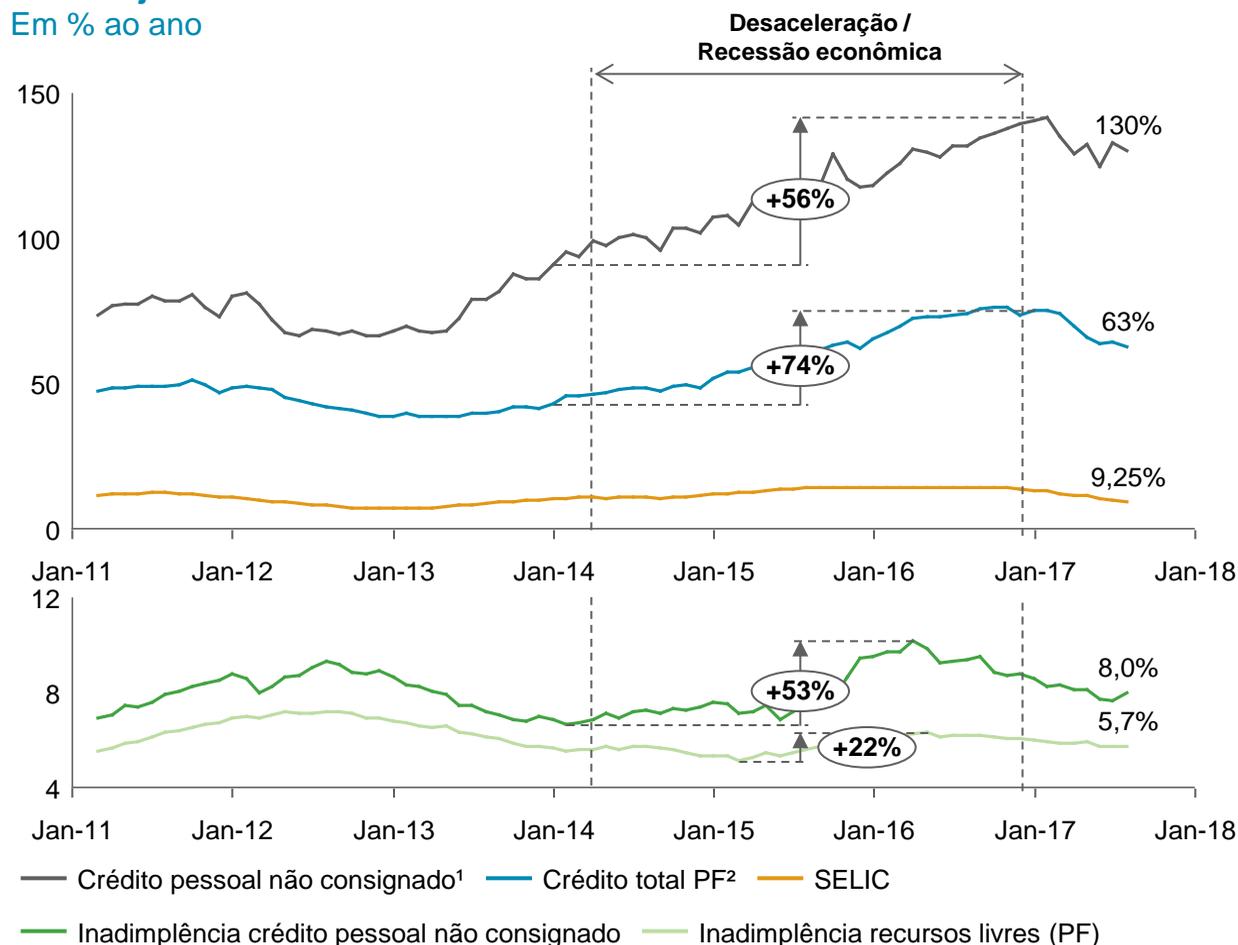
Fonte: Séries temporais Banco Central do Brasil, database de set/17

Evolução do crédito pessoal no Brasil (3/3)

As taxas de juros do crédito pessoal não-consignado mostram maior sensibilidade à Selic: o preço atingiu 142% ao ano durante a recessão

Taxa de juros média

Em % ao ano



- A **taxa de juros** para PF é sensível ao ciclo econômico, **aumentando 74% durante a recessão brasileira**
- O crédito pessoal não consignado sofreu mais com a recessão em comparação ao crédito livre PF, com o índice de inadimplência crescendo 53% entre o vale e o pico no período da última recessão
- **Atualmente o crédito pessoal não-consignado tem uma taxa de juros 2x maior** que a média do segmento PF
 - Maior risco (inadimplência mais elevada)
 - Falta de histórico positivo de crédito e/ou garantias
- Taxa de juros para empréstimo não-consignado pode atingir até **889%** ao ano, dependendo do perfil de crédito do tomador e do modelo de negócio do credor

1. Não inclui operações referenciadas em tarifas reguladas; 2. Não inclui saldo de crédito direcionado

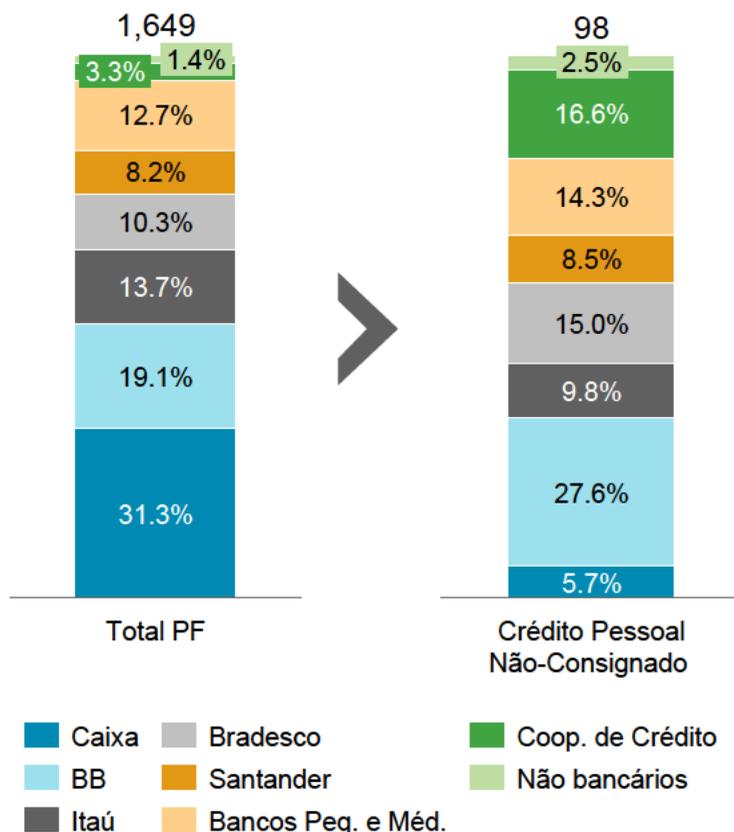
Fonte: Séries temporais Banco Central do Brasil, até set/2017

Ambiente competitivo (1/2)

Os 5 grandes bancos representam quase 70% de crédito originado, apoiando-se em claras vantagens competitivas

Segmentação da carteira PF, por Credor¹

Em bilhões de R\$



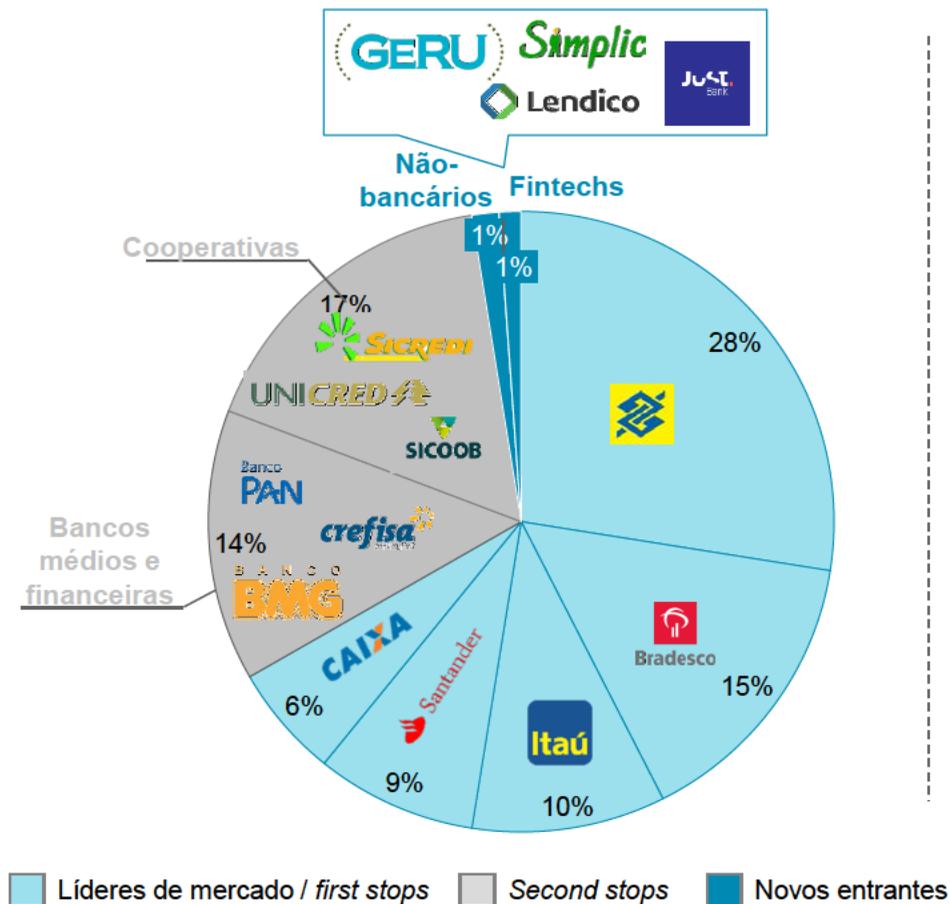
- **Grandes bancos** possuem reconhecimento de marca e considerável histórico de crédito dos clientes, além de baixo custo de captação
 - Contudo, possuem ineficiências operacionais como elevados custos fixos devido ao número de agências que possuem
- **Bancos pequenos e médios** se destacam em nichos e comunidades possuindo reconhecimento regional e próximo relacionamento com clientes
 - Entretanto possuem menor qualidade da carteira de crédito e custos de captação elevados se comparadas aos grandes bancos
- **Cooperativas de crédito são relevantes** quando considerado crédito pessoal não-consolidado, possuindo baixa inadimplência na carteira e menor custo de risco
 - Apesar dos benefícios, possuem penetração reduzida no mercado e menor reconhecimento local de marca
- **Fintechs e bancos digitais** se diferenciam pela automação de processos e adaptabilidade digital, além de foco em oferta *monoliner*

1. Operações de crédito no exterior são excluídas de toda a análise.
 Fonte: Banco Central do Brasil - IFData, set/17

Ambiente competitivo (2/2)

Os maiores *players* têm uma carteira de crédito de melhor qualidade, mas não têm necessariamente a menor taxa de juros

Market share de crédito pessoal não-consolidado
Em out/17, em saldo



Taxa de juros cobradas e carteira de crédito

	Operações com atraso (ago-17)	Taxa de juros % a.a
5 grandes bancos	8.2%	67% - 97%
Bancos médios e pequenos		54% - 348%
Financeiras	>15%	159% - 898%
Fintechs ³	Alta variância dependendo de aprovação%	25% - 120%

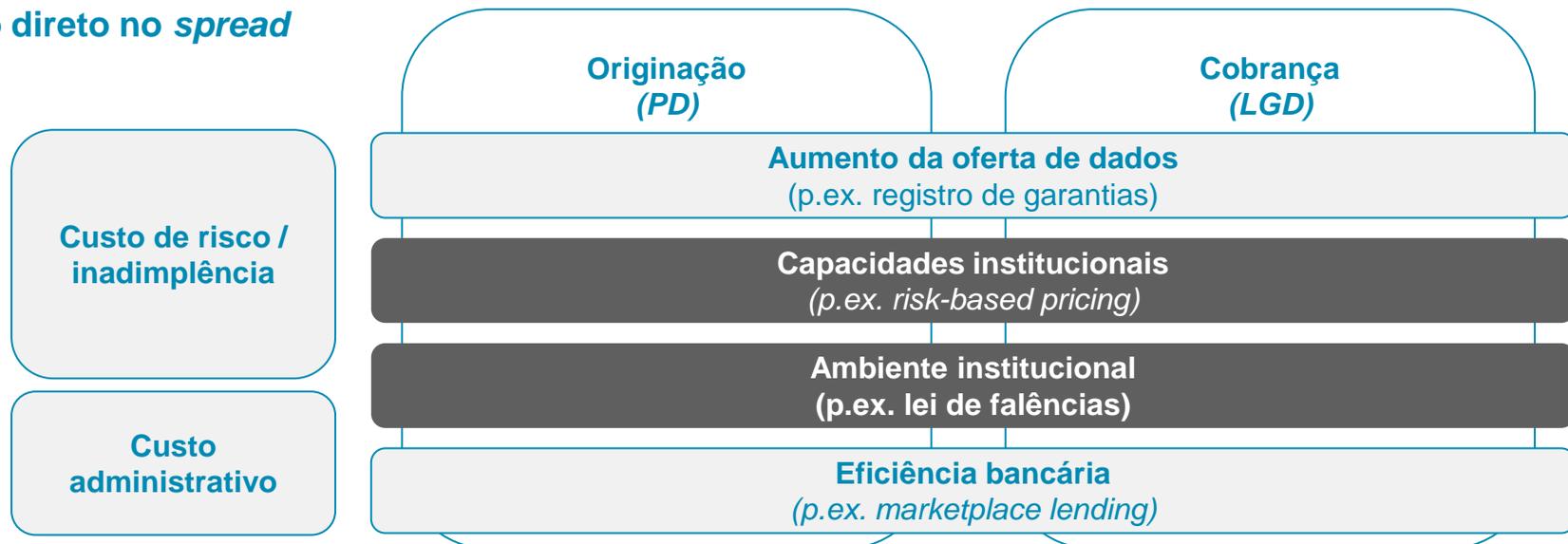
Fonte: Banco Central do Brasil IF Data, em out/17, ranking de taxa de juros do site Banco Central do Brasil e análise da Oliver Wyman de informações públicas e *pitch-books* - ou seja, não são auditadas ou informadas oficialmente. Inclui plataformas de empréstimos para PF e varejo

2 | Hipóteses & evidências

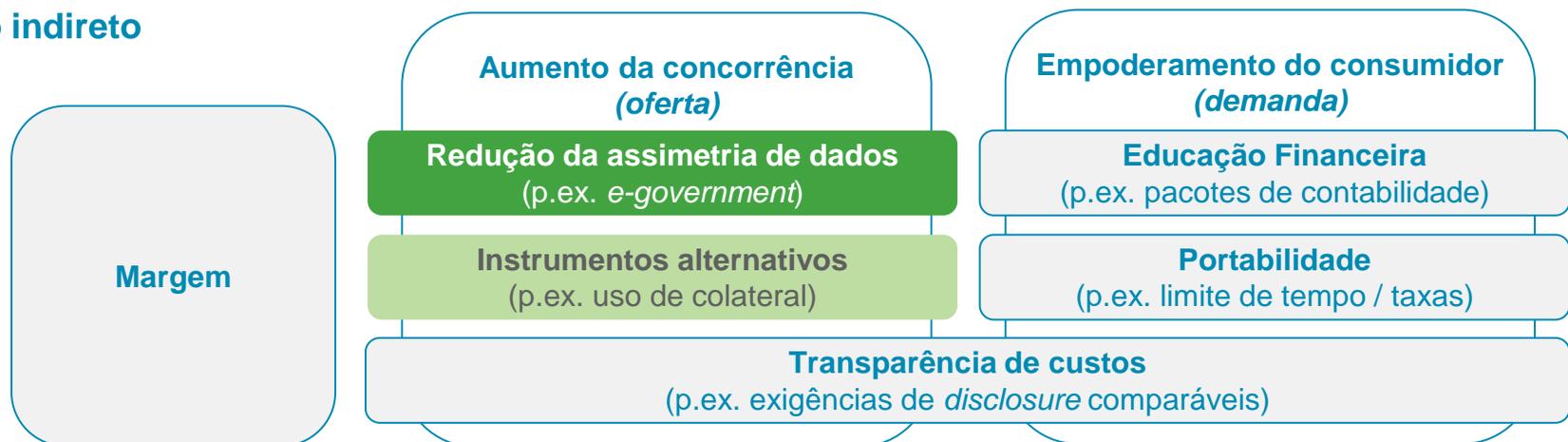
Framework de análise

Para cada componente de *spread*, elencamos as diferentes alavancas disponíveis para testar e endereçar as hipóteses de maneira ampla

Impacto direto no *spread*



Impacto indireto



● ● ● Principais hipóteses

Diagnóstico do mercado de crédito pessoal não-consolidado

Identificamos dificuldades relevantes ligadas ao “empossamento” de dados nos grandes bancos, vinculação de garantias e cobrança

Principais problemas identificados

Resumo de evidências

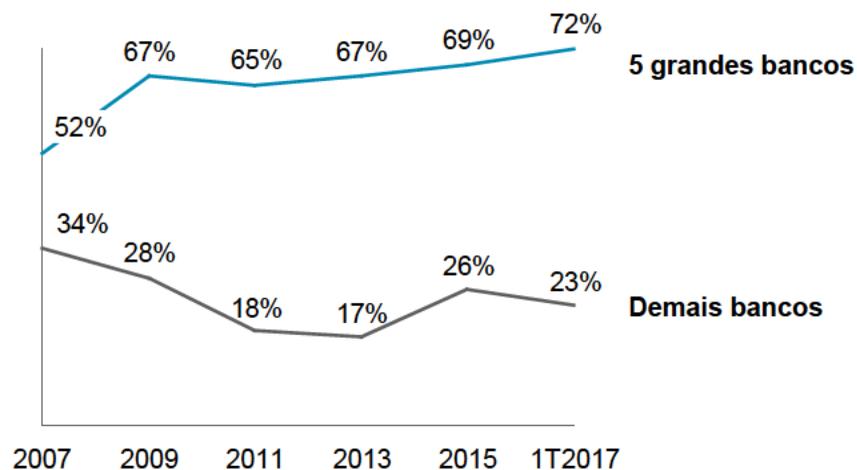
Dados	<p>i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais</p>	<p>Bancos grandes detêm ~70% do volume de concessão de crédito e têm pouco mais de 5% da sua carteira em atraso, enquanto este número para bancos médios de segmento comparável é de 15%¹</p>
Produtos alternativos	<p>ii Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consolidado, mesmo para bons pagadores</p>	<p>Nos últimos 2 anos, quase 90% dos clientes de crédito pessoal não-consolidado, correspondentes a 83% do volume, recorreram a operações sem garantia real²</p>
Cobrança	<p>iii Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos</p>	<p>A taxa de recuperação da dívida no Brasil (12.7%) é muito baixa, mesmo ao comparar com a média de países latinos (30.8%) e o tempo de execução de contrato é longo, em média 731 dias³</p>

1. SCR, set/17. 2. SCR, nov/17, 3. Relatório Doing Business do Banco Mundial

i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais (1/5)

Concentração de ativos e número de clientes nos grandes bancos contribuí para o aumento de assimetria de informações no mercado

Evolução dos ativos totais

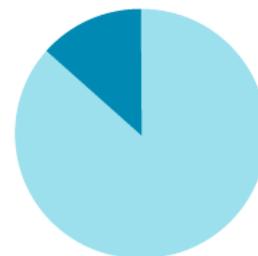
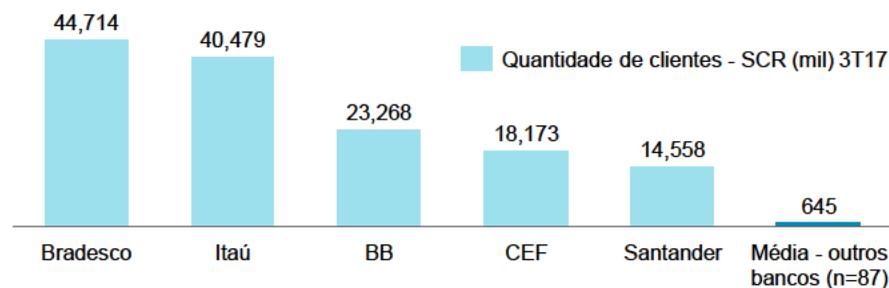


Aumento da concentração bancária devido a

- Busca pelo **aumento da eficiência** após a crise de 2008
- **Barreira de entradas** no setor – forte regulação, altos custos de *funding* e fortes *players* locais estabelecidos
- **Políticas** priorizaram a solidez do sistema e não o aumento ou proteção da competição bancária

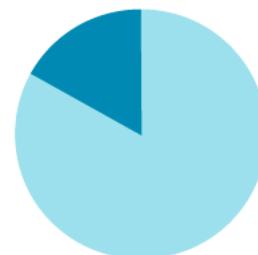
Número de clientes de cada IF

Grandes bancos têm vantagem em relação a dados uma vez que sua base de cliente é muito maior que das outras IFs



Depósitos à vista (1T17)

- 5 grandes bancos : **87%**
- Demais bancos: **13%**



Crédito (1T17)

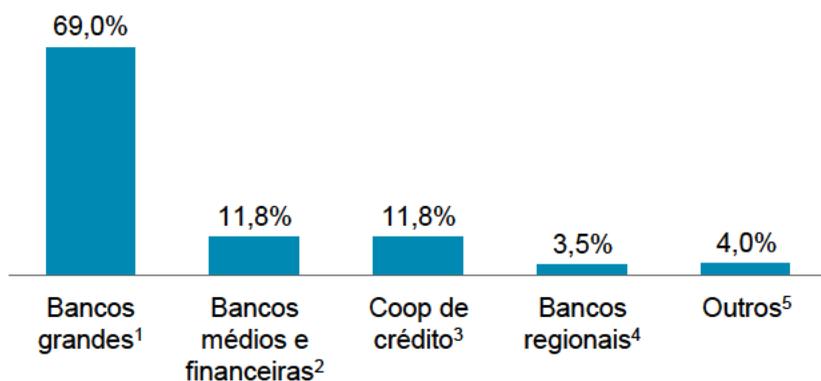
- 5 grandes bancos : **83%**
- Demais bancos: **17%**

i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais (2/5)

Bancos de maior porte são beneficiados pelo maior volume de informação proveniente de suas extensas bases de clientes...

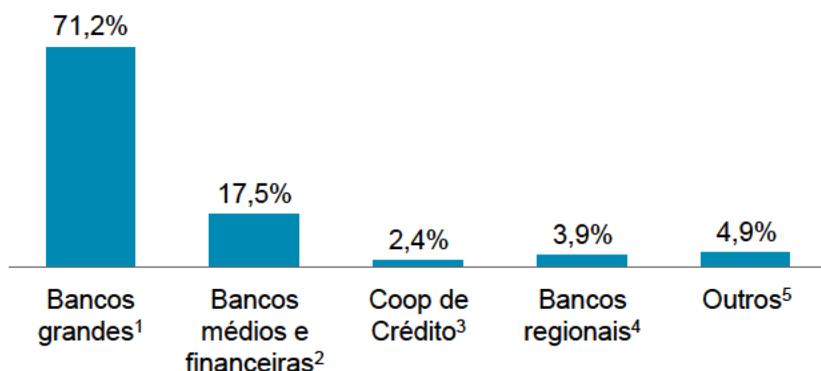
Saldo da carteira de crédito pessoal não-consolidado¹

Por porte da IF



Nº de operações de crédito pessoal não consolidado

Por porte da IF



Comentários

- O custo de inadimplência de um empréstimo é estimado *ex-ante* através de modelos que utilizam quantidade relevante de dados sobre o consumidor em questão – **informações financeiras, demográficas, comportamentais, transacionais, etc.**
- A estimativa é estatística, e consegue ser apenas tão precisa quanto forem **corretos e abundantes os dados**, não só sobre o consumidor em questão, mas também o grupo de consumidores em segmentos similares
- Neste quesito, bancos grandes são muito beneficiados por conta de suas extensas bases de clientes
 - Em Novembro de 2017, **bancos grandes consolidavam 71% de todas as operações de clientes** com operações de crédito no SFN, dando-lhes acesso ao comportamento de boa parte da população como massa crítica de modelagem
 - Capacidade técnica e operacional em lidar com dados para diversos segmentos também se mostra relevante, com bancos grandes sendo menos restritos a nichos específicos

1.Bancos grandes: S1s; 2.Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 3.Coop de crédito: S5 Privado; 4.Bancos regionais: S2 e S3 público; 5.Outros: S2 Privado e Estrangeiro, S3 e S4 estrangeiros

Fonte: SCR, Saldo Nov/2017

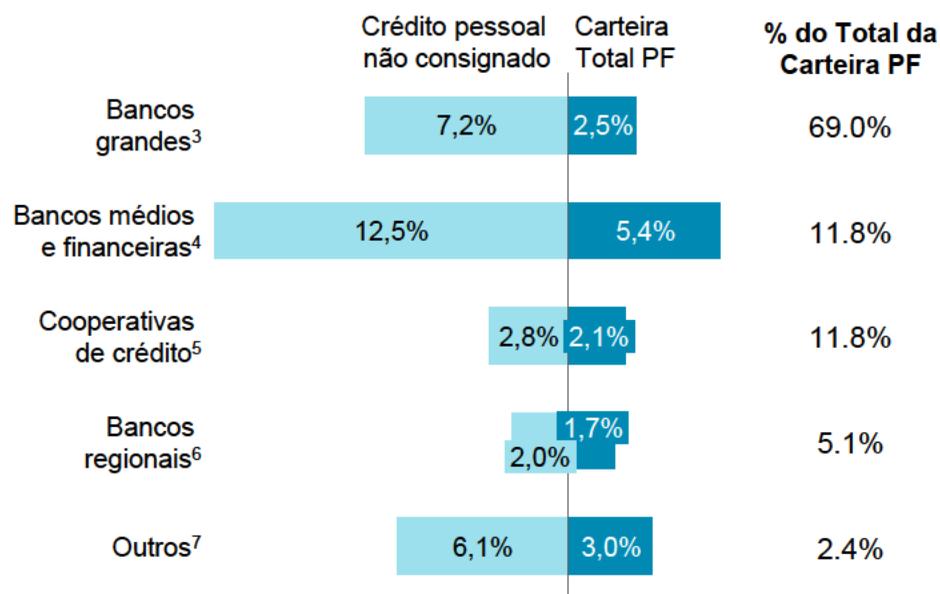
© Oliver Wyman

i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais (3/5)

... Sendo *first stop* de clientes de crédito, com a vantagem de selecionar clientes com melhor saúde financeira

Operações de crédito vencidas por credor^{1,2}

Em mar/17



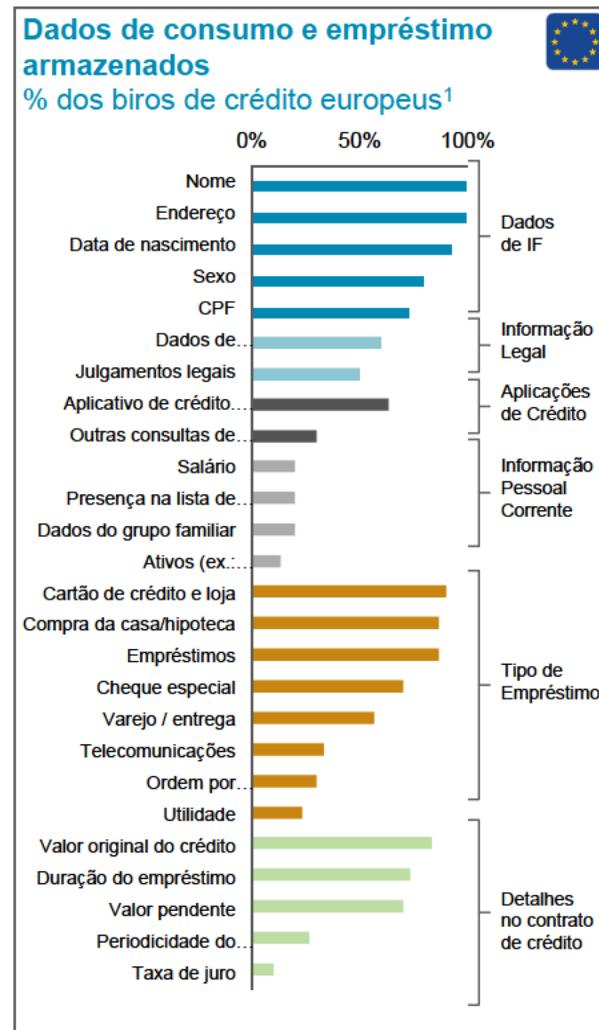
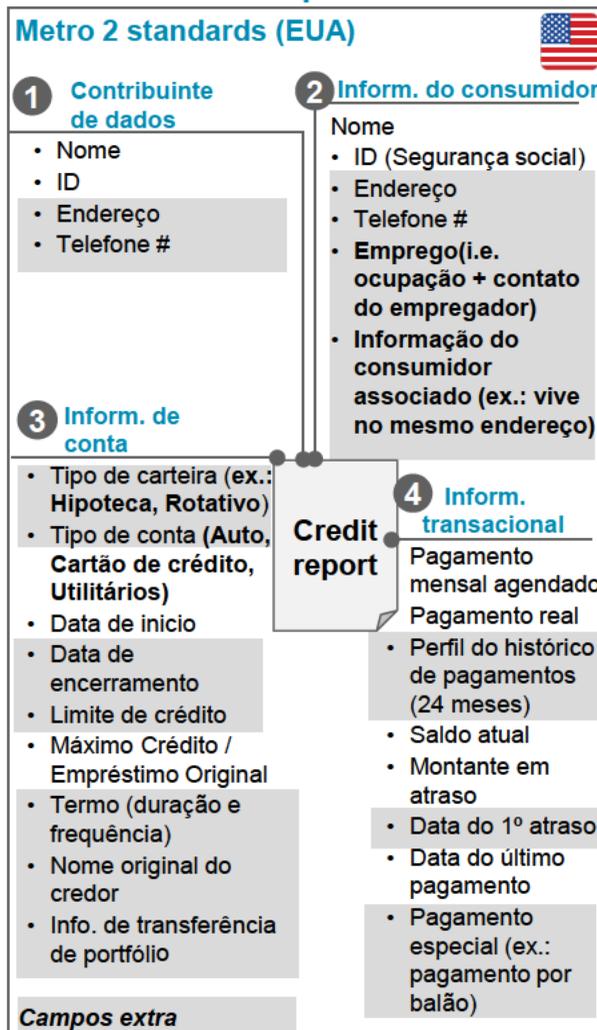
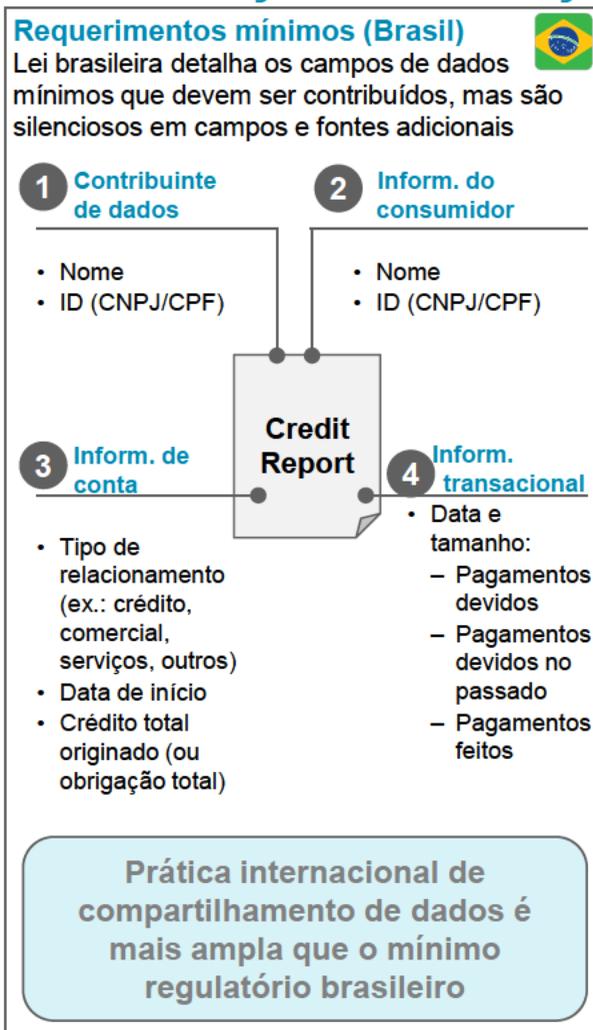
Comentários

- Bancos grandes se beneficiam da menor assimetria de informação e apresentam um menor índice de inadimplência em sua carteira de crédito PF
- Devido a uma combinação de seleção adversa e menor acesso a informação, **bancos pequenos e médios têm em suas carteiras de crédito, clientes com pior capacidade de pagamento**
 - Tais clientes, por não conseguirem crédito com bancos grandes, recorrem aos bancos menores mediante cobrança de maiores taxas de crédito (*seleção adversa*)
 - Para os clientes que chegam ao banco médio, há menos dados para avaliar a qualidade creditícia, separando os “bons dos maus”, o que aumenta a incerteza e piora a performance dos modelos (*menor acesso a dados*)
- Cooperativas de crédito demonstram comportamento similar ao de bancos grandes: níveis de inadimplência baixos por conhecerem os clientes (são associados das cooperativas) a quem emprestam
- As empresas consideradas ‘não-bancárias’ apresentam carteiras de crédito com a pior qualidade dentre as instituições, devido tanto a nichos de mercado (crédito para negativados) quanto assimetria de informação.

1. Operações de crédito vencidas acima de 15 dias.; 2. Segundo classificação do Bacen; 3. Bancos grandes: S1s; 4. Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado; 5. Coop de crédito: S5 Privado; 6. Bancos regionais: S2 e S3 público; 7. Outros: S2 Privado e Estrangeiro, S3 e S4 estrangeiros; Fonte: Banco Central do Brasil IF.Data Set/17 e SCR Saldo Set/17

i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais (4/5)

O mercado de crédito no Brasil sofre com a baixa disponibilidade de informações em relação aos outros países



1. Amostra de 30 biros de crédito europeus. Fonte: ACCIS (Association of Consumer Credit Information Suppliers) survey 2010 © Oliver Wyman

i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais (5/5)

Mesmo para a informação que existe, ainda há dificuldades e custos associados em adquiri-la e utiliza-la

Volume de dados disponíveis

	Gov	SCR	Bureau	Propriedade	Transacional	Rede social
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> IRPF: últimos 18 anos Informação de PPE Programas de governo 	<ul style="list-style-type: none"> Informações abrangentes de exposição de crédito 	<ul style="list-style-type: none"> Fontes do mercado de dados negativos e de registro 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedade de ativos financeiros e reais 	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo de caixa do consumidor Registro interno 	<ul style="list-style-type: none"> Informação de registro disponível ao público
Dados para avaliação de crédito	<ul style="list-style-type: none"> Conta bancária usada na submissão Resultado da declaração (ex.: reembolso recebido) 	<ul style="list-style-type: none"> Registro de mercado Limites globais, saldo e dias atrasados 	<ul style="list-style-type: none"> Registro de mercado Dados negativos: limites, saldo e dias atrasados Informação bancária 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos Ativos colateralizados 	<ul style="list-style-type: none"> Registro interno Limite, saldo e dias anteriores Conta / cartão de crédito CPF x CNPJ Renda / ganhos Geolocalização Redes / Links 	<ul style="list-style-type: none"> Registro público Dados pessoais não estruturados
Performance do crédito						
Disponibilização para todos credores¹						

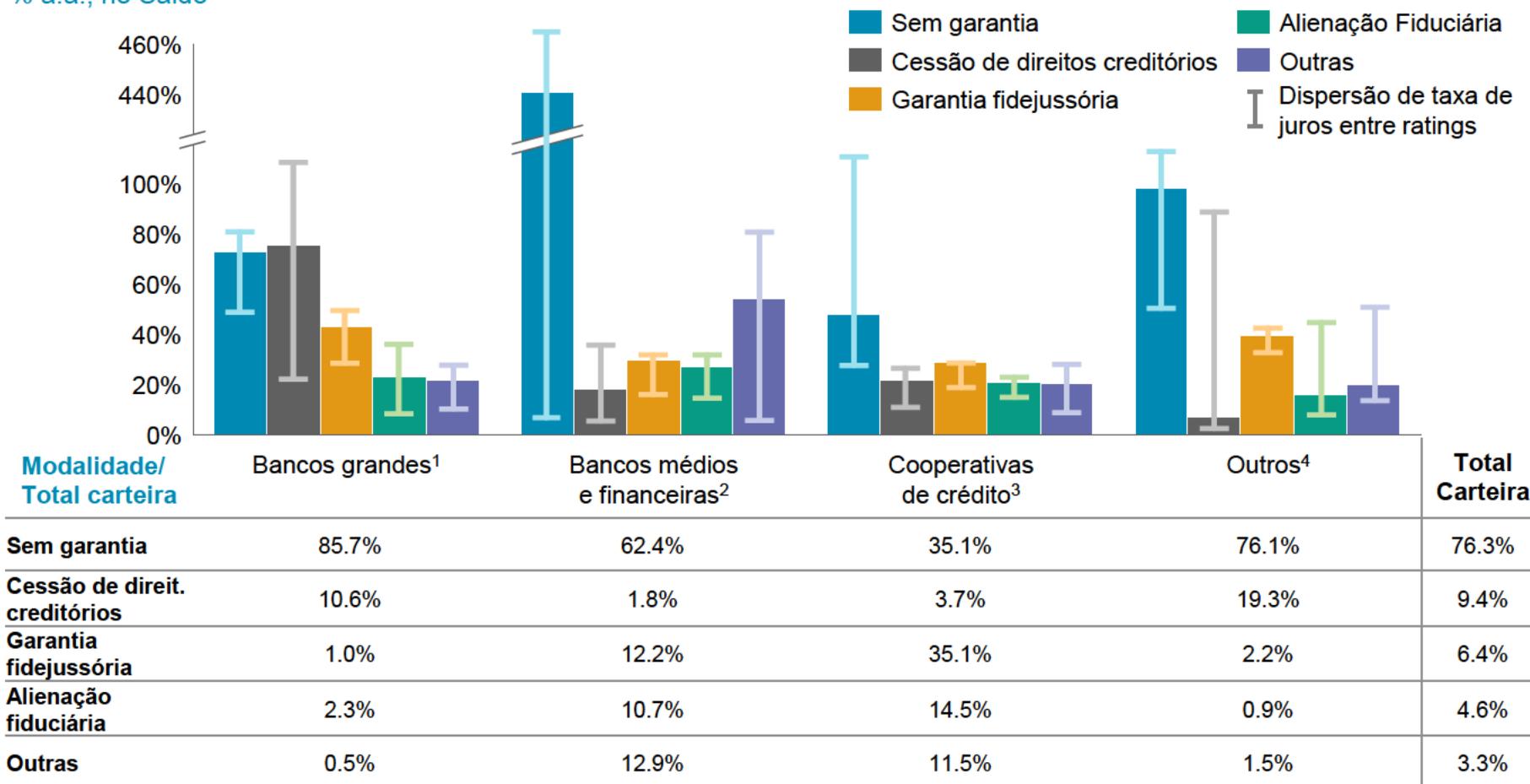
Apesar de serem variáveis relevantes ao modelo de crédito, os dados não estão facilmente disponíveis

1. Considera instituições financeiras, cooperativas e empresas não bancárias
 Fonte: Área de modelagem de grandes bancos

ii **Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores**
Clientes sem acesso ao crédito sem garantia em grandes bancos sofrem com taxas de juros quase 6 vezes maiores em bancos médios e financeiras

Taxa de juros cobrado por credor em cada modalidade de garantia

% a.a., no Saldo

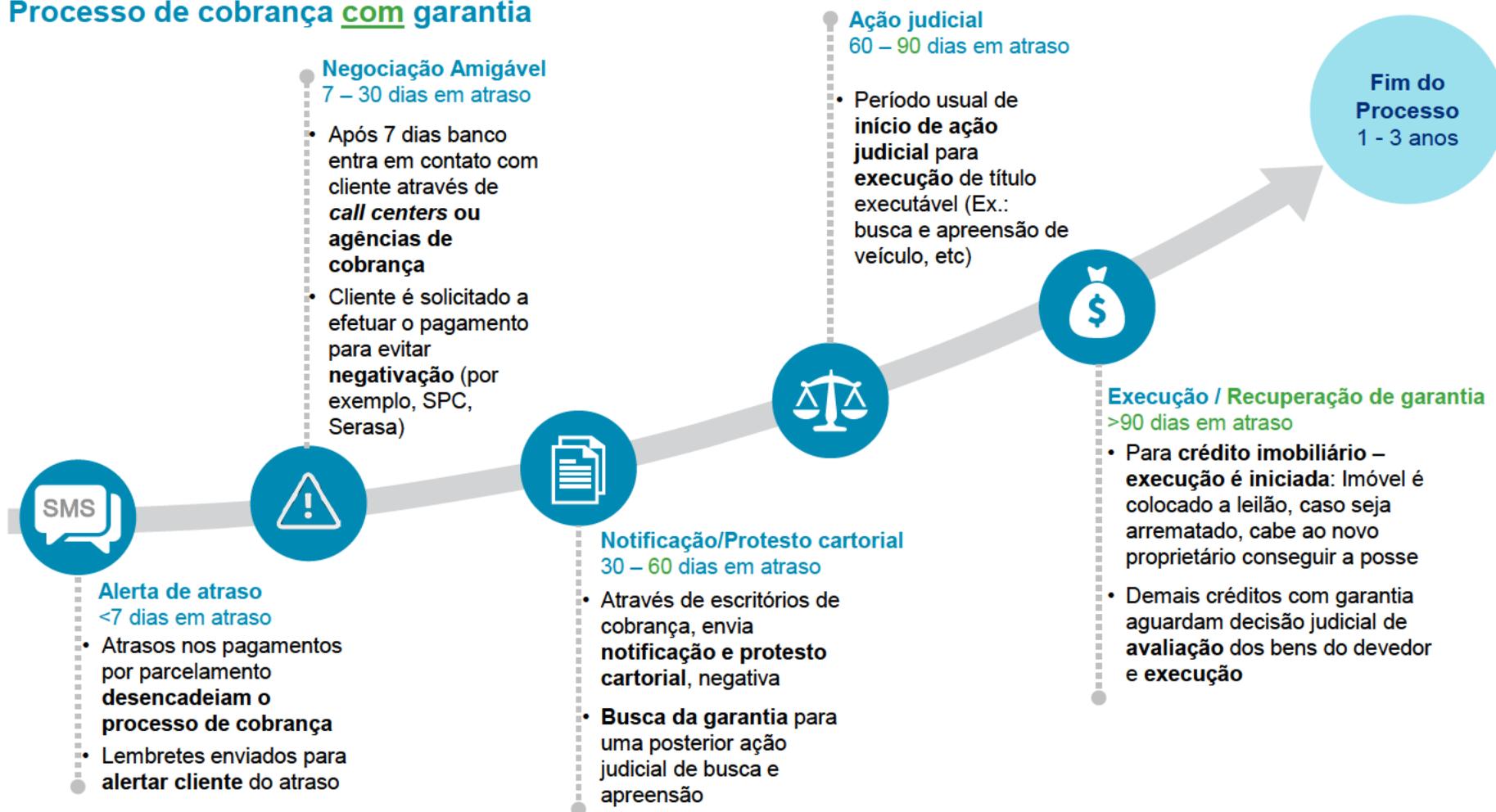


1.Bancos grandes: S1s; 2.Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 3.Coop de crédito: S5 Privado; 4.Outros: Demais segmentos prudenciais

Fonte: SCR, Saldo Nov/17

iii Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos (1/4) A cobrança do crédito envolve um processo de alto custo para o credor e que pode levar anos até o seu fim...

Processo de cobrança com garantia



Fonte: Entrevista OW com área de Contencioso cível de Bancos

- iii **Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos (2/4)**
... Parte é explicada pela característica do mercado de cobrança, que é muito mais fragmentada e carece de especialização no Brasil em comparação com as melhores práticas internacionais...



Brasil

1. Indústria desagregada de cobranças

- *Players* locais atuam como agências para bancos e instituições financeiras
- Volume grande de cobranças ainda processado internamente por bancos

2. Especialização limitada

- Cobranças especializadas apenas para atividades com maior valor
- Terceiros com experiência mais recente no tratamento do cliente

3. Processos burocráticos

- Não há otimização de processos e pessoal de acordo com segmento e estágio do processo de cobranças
- Ausência de padronização de requisitos para um mesmo processo entre os cartórios

4. Regras legais específicas

- Aumento do foco em proteção ao consumidor



Mercados Internacionais

1. Indústria consolidada de cobranças

- Grandes *players*, muitas vezes com presença internacional e experiência
- Volumes importantes de atividades de recuperação e coleta são terceirizados

2. Alto grau de especialização

- Processos e análises diferenciados para otimizar os tratamentos em produtos, segmentos e estágio de inadimplência
- Gerenciamento proativo de operações internas e externas para otimizar o valor total para o banco
- Pessoal qualificado alocado em áreas onde terão o maior impacto

3. Processos diferenciados

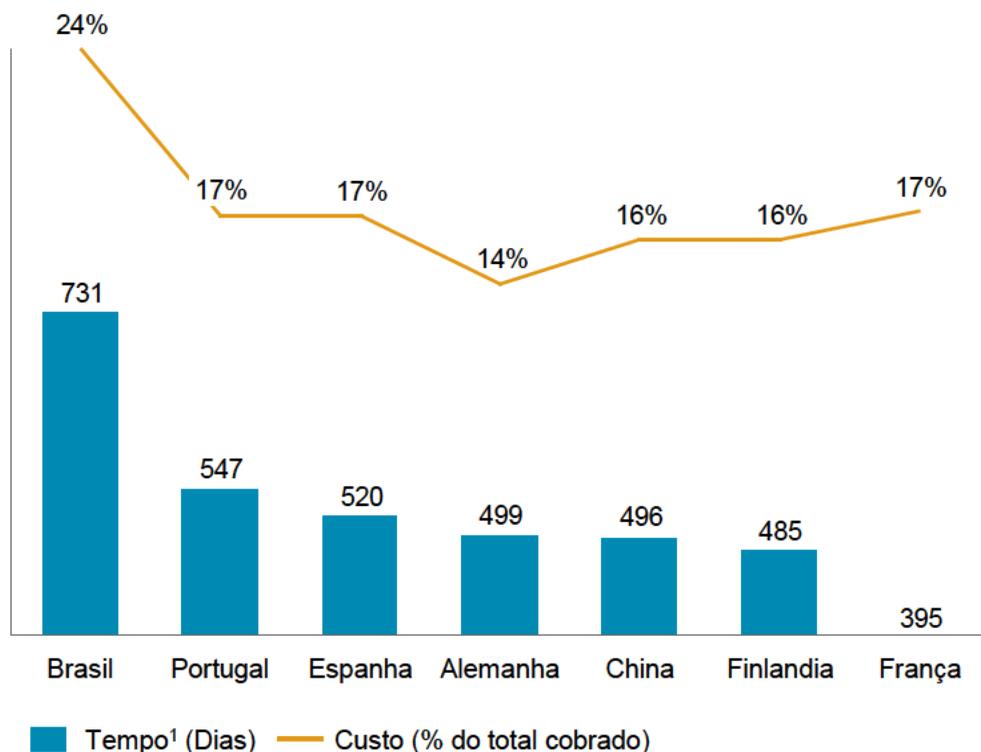
- Processos personalizados por produto, tamanho de exposição e estágio de inadimplência

4. Estrutura legal menos rigorosa

- Proteção ao consumidor equilibrada com exigência de garantia de direitos dos credores

iii Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos (3/4) ... Adicionalmente observamos ineficiência de tempo e custo do processo brasileiro...

Benchmark de Custo e Tempo de processo judicial



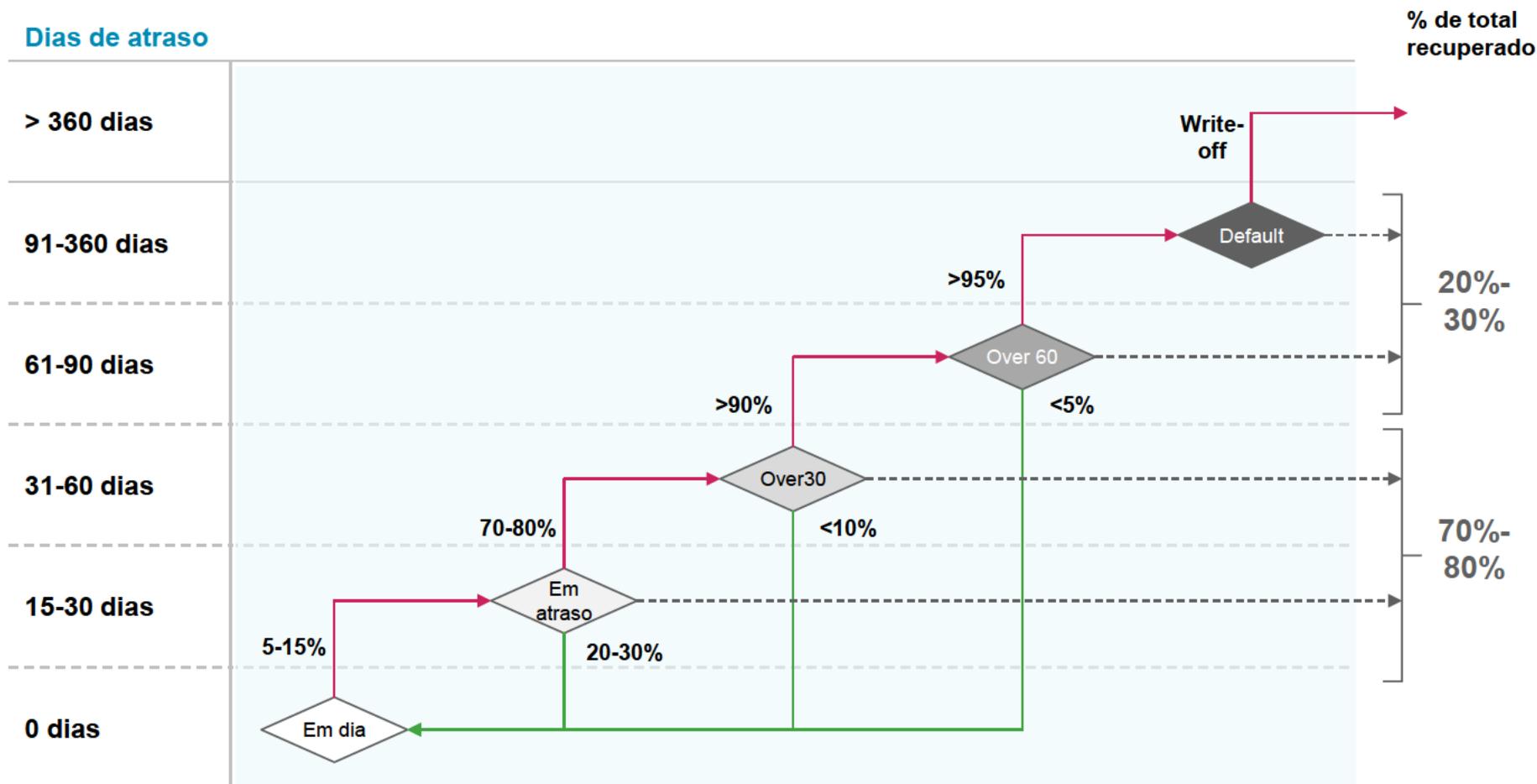
Reformas internacionais

- Sistemas de gerenciamento dando suporte ao fluxo manual de casos através de formulários e arquivos
 - contribuem para a pontualidade geral
 - eficiência do sistema de justiça
- Introdução de novos recursos de gerenciamento de casos
- Expansão dos sistemas existentes de gerenciamento de casos e de automação de tribunais
- Implementação da plataforma para a submissão eletrônica da queixa inicial
- Fomentar o sistema de arquivamento eletrônico, integrando-o com uma plataforma que permita que litigantes paguem as tarifas judiciais eletronicamente

1. Tempo: (i) Preenchimento e submissão; (ii) julgamento e sentença; and (iii) execução
 Fonte: Banco Mundial, Relatório *Doing Business*

iii Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos (4/4) ... Resultando em um índice de recuperação pós-*default* entre 20-30% no Brasil

Esquema de cobrança – benchmark de grandes bancos para empréstimos pessoais não-consolidados

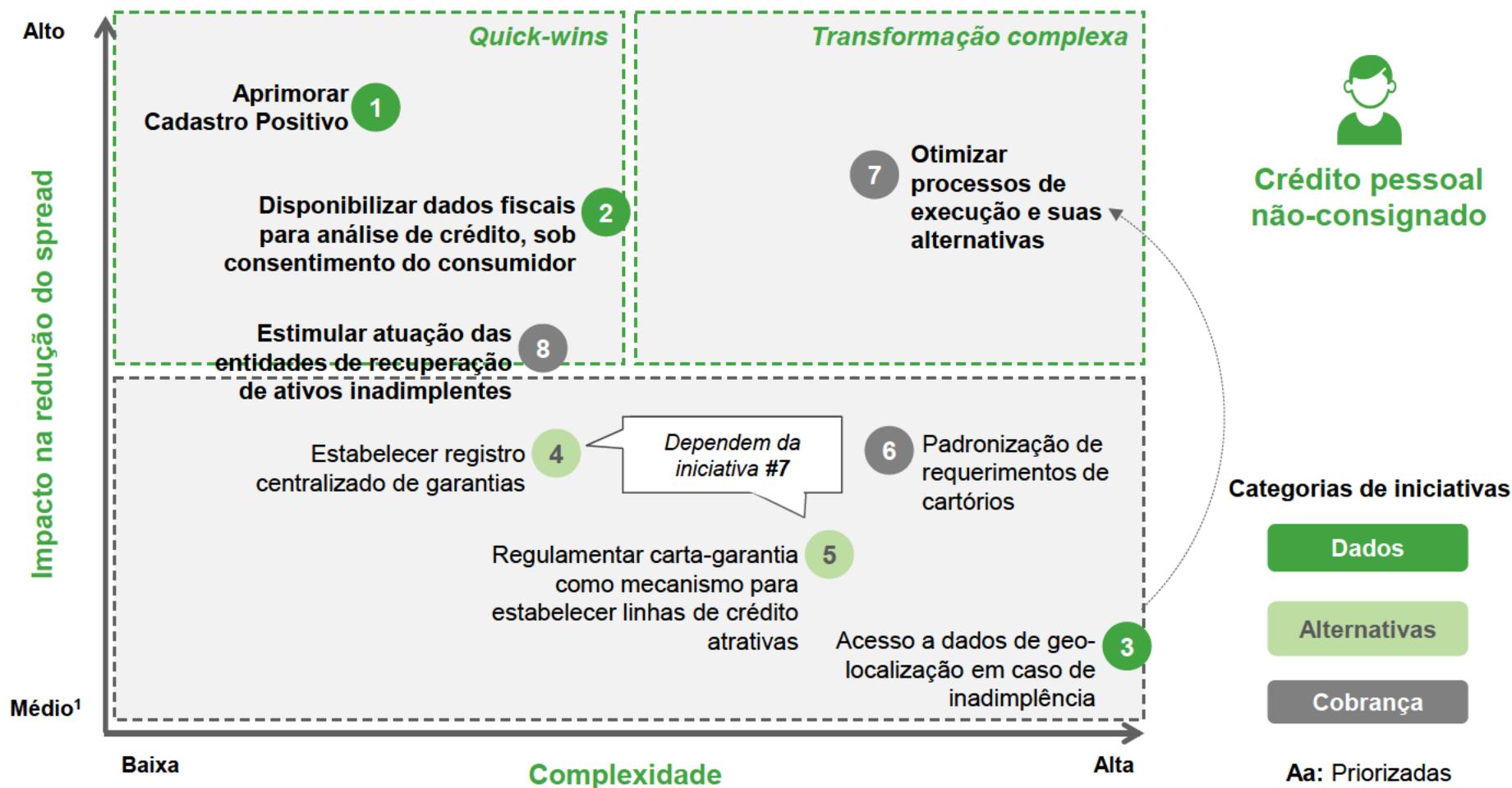


Fonte: Análise OW da experiência de projetos anteriores

3 | Principais iniciativas

Principais iniciativas

Consideramos iniciativas de aumento de **dados** disponibilizados como as com maior oportunidade para redução da taxa para crédito pessoal



1. Iniciativas de baixo impacto estimado foram desconsideradas desta análise

i Reduzir vantagem informacional aumentando disponibilidade de dados
 A melhoria do ambiente de dados passa por alterações regulatórias relevantes, e uma cooperação mais intensa entre entidades do governo

Iniciativa	Descrição	Casos internacionais	Status
1 Aprimorar Cadastro Positivo	a) Mudanças estruturais do arcabouço brasileiro vs. legislação e práticas internacionais – Alterar política de “Opt-in” para “Opt-out” – Endereçar responsabilidade objetiva e solidária b) Expandir escopo de dados compartilhados sobre Consumidores	<ul style="list-style-type: none"> • EUA • Banco Mundial 	
2 Disponibilizar dados fiscais para análise de crédito, sob consentimento do consumidor	a) Integrar dados entre Receita, Sinter e E-Social para criação de base consolidada a ser compartilhada com as IFs via decreto b) Preparar infraestrutura que permita a adesão dos contribuintes para o uso das informações fiscais – em particular renda e histórico da situação de regularidade fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Chile 	
3 Acesso a dados de geo-localização em caso de inadimplência	a) Em casos de inadimplência comprovada, possibilitar acesso a dados de geo-localização para encontrar consumidor (aplicável para veículos)	<ul style="list-style-type: none"> • EUA 	

Dados

Aa: Priorizadas

1 Aprimorar Cadastro Positivo (1/3)

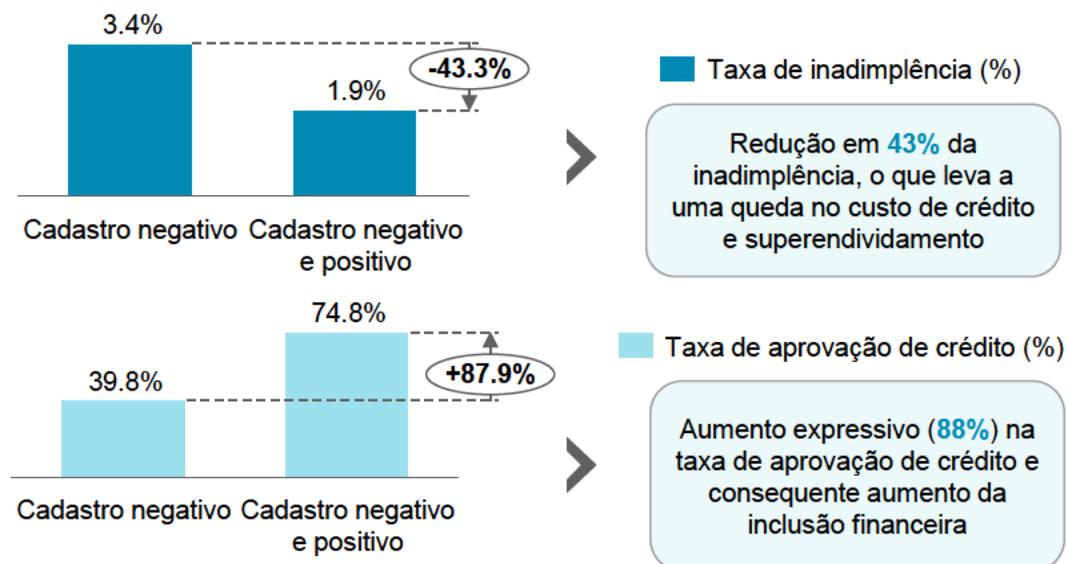
EUA e outras práticas internacionais mostram que um ambiente de dados positivos é fundamental para a redução do custo de risco

Cadastro positivo

- O cadastro positivo permite o compartilhamento de informação ampla sobre tomadores de crédito entre credores
 - Não somente dos tomadores negativados / na “lista negra”...
 - ...melhorando a avaliação do risco dos tomadores de crédito...
 - ...e possibilitando a **diferenciação entre o bom e o mau pagador:**
- Apesar de regulamentado, a lei do cadastro positivo brasileiro tem espaço para melhora
 - Países mais desenvolvidos utilizam uma amplitude maior de dados...
 - ...com responsabilidades alocadas de tal forma que seja incentivado um compartilhamento amplo, mas responsável

Impacto da implantação do cadastro positivo nos EUA

Taxa de inadimplência e taxa de aprovação de crédito¹



Base de dados positiva relevante implica em uma melhora geral no ambiente de crédito – no Brasil, seriam economias estimadas em ~R\$ 45 bilhões para desonerar o *spread* bancário

1. Benchmarks internacionais baseados em dados do World Bank; Fonte: Credit Reporting Knowledge Guide 2016, IFC

1 Aprimorar Cadastro Positivo (2/3)

Alterações importantes à Lei do Cadastro Positivo já estão em discussão no Congresso

Elementos da lei brasileira

PLP 441/17 em tramitação na Câmara dos Deputados

- Alteração da lei do cadastro positivo **de opt-in para opt-out** – IFs precisam de autorização para acessar a informação
- Cadastrado comunicado por meio físico ou eletrônico pelos GBDs
- Cancelamento universal do cadastro
- Tempo para correção ou cancelamento de informação e comunicação aos bancos alterado de 7 para 10 dias
- Cria autorização específica para acesso ao detalhamento de informação (apenas IFs)
- Prevê ônus da veracidade da informação apenas objetiva (não-solidária)
- Cria acesso dos consulentes ao Score de cada GBD (*give-to-get*) [Art 4 IV da lei 12.414]
- **Prestadores de serviços** passam a ser informantes de crédito (2241 concessionárias¹) [alteração do Art 2 IV da lei 12.414]

Elementos relevantes e estagio atual

- ✓ **Necessidade de autorização prévia dos consumidores**
 - Em discussão na Câmara dos Deputados através da PL 8.184/17 (permite adesão automática ao cadastro positivo). Status: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
- ✓ **Responsabilidade objetiva e solidária**
 - Em discussão na Câmara dos Deputados através da PLP 441/17. Status: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela mesa
- ✗ **Amplitude de dados obrigatórios**
 - Em discussão na Câmara dos Deputados através da PLP 441/17. Status: Aguardando constituição de Comissão Temporária pela mesa

Próximos passos

- **Aprovação na Câmara dos Deputados**
- **Implementar mudanças propostas no Projeto de Lei**
- **Aprovação na Câmara dos Deputados**
- **Implementar mudanças propostas no Projeto de Lei**
- **Adicionar clara hierarquia de responsabilidades**
- *Slides a seguir*

A PLS 212 foi aprovada no Senado em out/17, agora segue tramitação na Câmara dos Deputados via PLP 441/17

1. Concessionárias: Utilidades públicas – Água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e assemelhados

1 Aprimorar Cadastro Positivo (3/3)

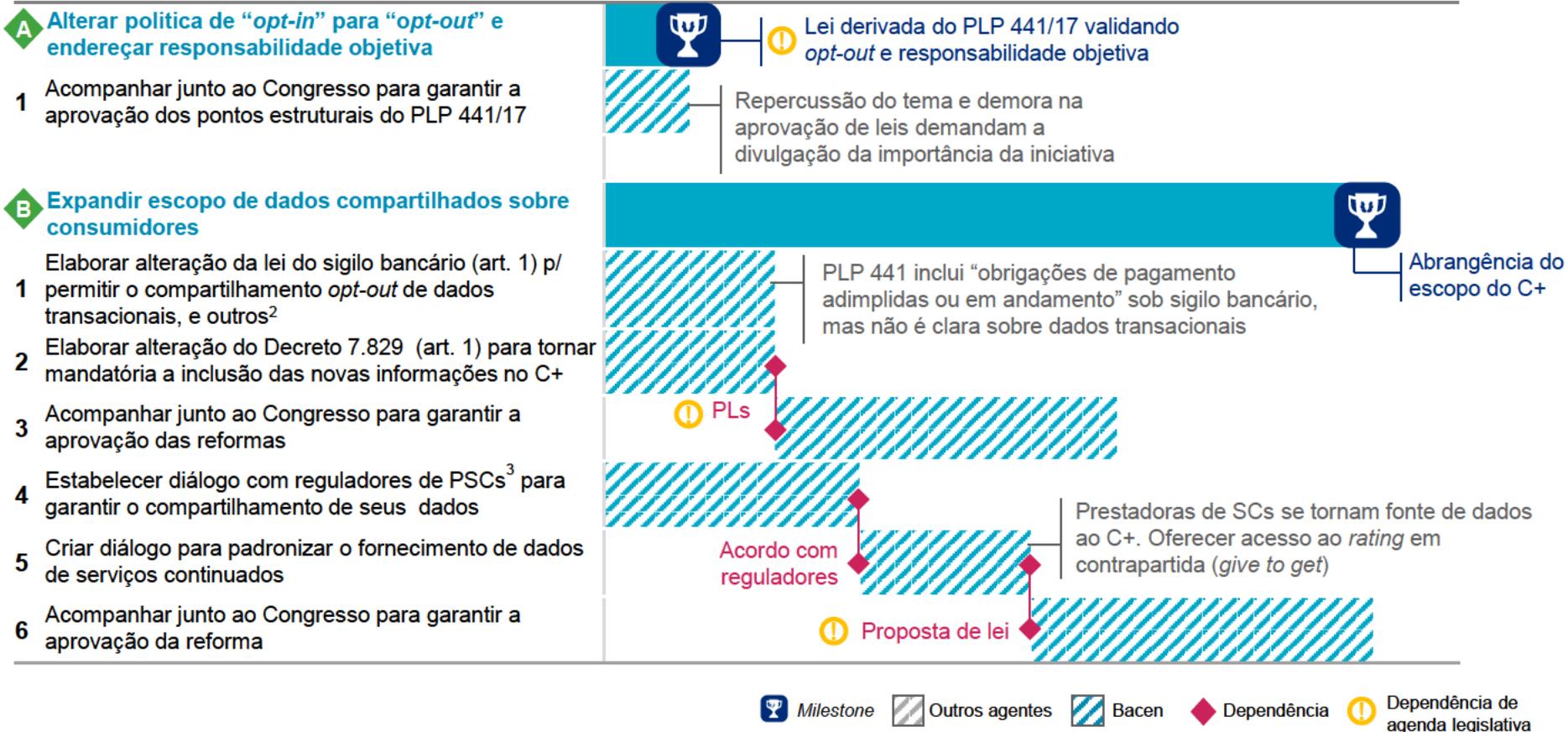
As mudanças propostas na PLP 441 endereçam questões estruturais importantes – recomendamos também expandir o escopo de dados

	<i>Situação atual</i>	<i>Em discussão no Congresso</i>	<i>Iniciativa</i>
Categoria de Dados	Informações obrigatórias por Lei (12.414)	Mudanças propostas na PLP 441	Informações adicionais a serem tratadas
Registro	<ul style="list-style-type: none"> Nome e Registro do cliente (CNPJ/CPF) Natureza da Relação (p. ex.: creditícia, comercial, serviços) 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Informações dos pais, cônjuges, data de constituição, tipo de relacionamento, documentos de identificação Endereços relacionados Grau de instrução
Poder Aquisitivo	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Detalhes dos bens informados do cliente (Casa, carro, aplicações financeiras, etc.) Nome da ocupação, datas de início e fim, nome e CPF/CNPJ do empregador, Valores de salário (líquido e bruto) Renda informada e comprovada do cliente, com data de referência e documento(s) de comprovação avaliando confiabilidade da informação
Produtos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Data de início da concessão Créditos totais já originados (ou obrigações totais) Data e montante de todos pagamentos já realizados Data e valores à vencer 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico de crédito disponibilizado pelo GBDs a IFs autorizadas pelo cadastrado 	<ul style="list-style-type: none"> Limite de crédito Histórico de uso de cartões de crédito e débito, com discriminação de operações ou faturas pelos diversos usuários de um contrato de cartão (filhos, cônjuges) Balanco ao final do mês das contas, total de crédito e débito, movimentações realizadas, tipo de conta Histórico de renegociações
Amplo Espectro	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Prestadores de serviços continuados são considerados fonte de dados 	<ul style="list-style-type: none"> Comportamento de compras Obrigatoriedade de participação de prestadores de serviços contínuos como informantes

1 Plano de implementação (aprimorar cadastro positivo)

Acreditamos que a maior complexidade está presente na obrigatoriedade de dados de prestadores de serviços continuados

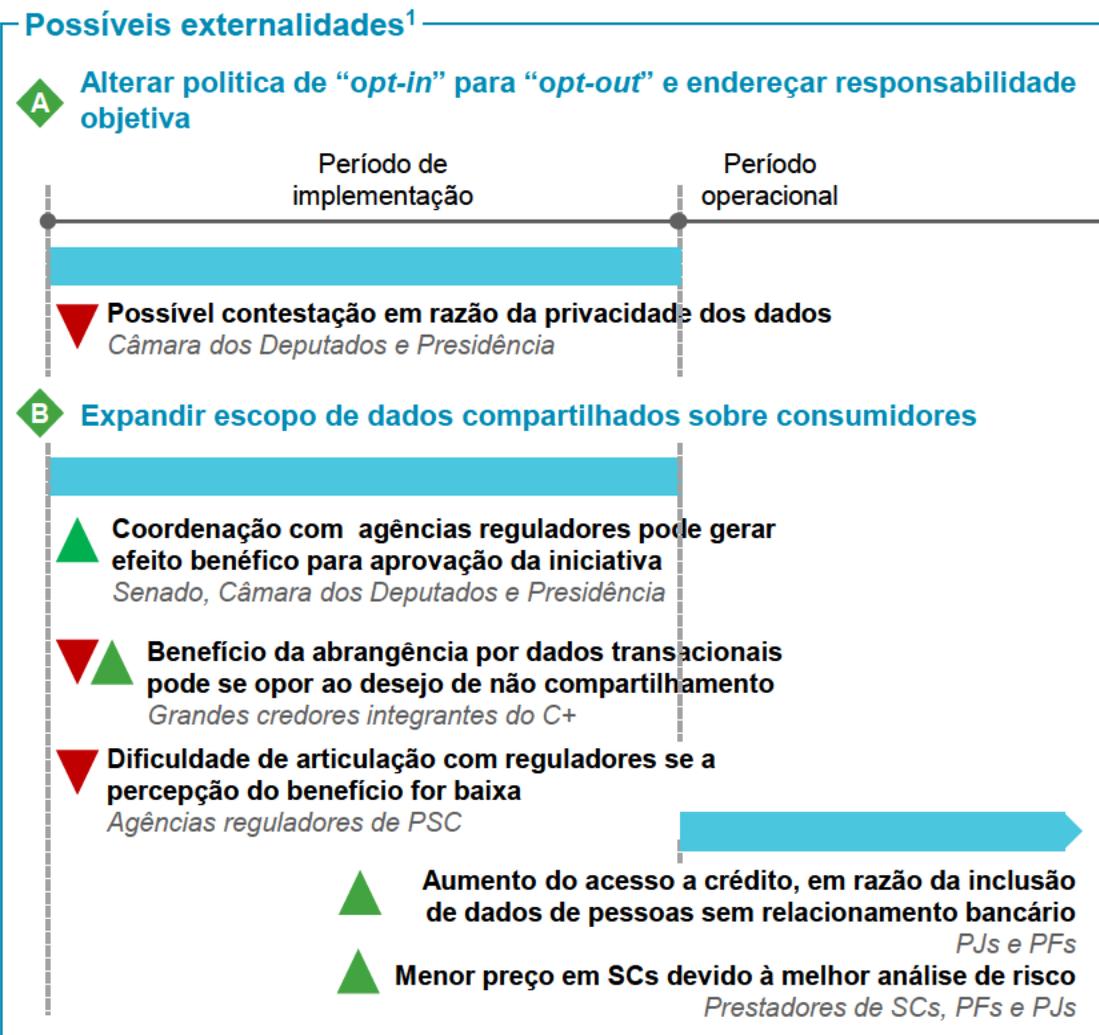
Cronograma proposto¹



1. Prazos de aprovação de leis podem apresentar grande variação. 2. Dados transacionais agregados mensalmente, visando facilitar compartilhamento e reduzir risco de contestação legal; 3. Prestadores de serviços continuados. Acreditamos que esta iniciativa deverá ser posta em operação em comum acordo com os respectivos reguladores de serviços continuados

1 Plano de implementação (aprimorar cadastro positivo)

Medidas representam uma evolução contínua das informações disponíveis para os *bureaus* de crédito



KPIs: Métricas de efetividade

- ▼ **Robustez do C+:** Número de pedidos de exclusão de cadastros e/ou Número de reclamações consumeristas
- ▲ **Utilização do C+:** Número de consultas e/ou Número de IFs que realiza a consulta

1. Possíveis Impactos, dificuldades e consequências esperadas

1 Plano de implementação (aprimorar cadastro positivo)

Leis relevantes que regem o Cadastro Positivo

Legislação atual

Lei Complementar 105/01 (Sigilo bancário)

- Determina condições para a troca de dados bancários de clientes sem violação do sigilo
- Atualmente, institui que **dados bancários podem ser revelados apenas após consentimento do interessado**
- Está em discussão na Câmara dos Deputados através da **PLP 441/17**, para permitir o compartilhamento de dados relativos a operações de crédito e obrigações de pagamento, *opt-out*, para bancos de dados

Lei 12.414/11 (Cadastro Positivo)

- Disciplina a formação de banco de dados com informação de adimplemento, – determinando suas atribuições e seus deveres
- Está em discussão na Câmara dos Deputados através da **PLP 441/17**:
 - Torna obrigatória a notificação ao cadastrado no momento do cadastro (automático)
 - Determina a responsabilidade “objetiva” sobre a qualidade dos dados, vs. “objetiva e solidária” atualmente prevista pela lei
- A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados está avaliando a proposta da **PL 8184/17**, que permite apenas *opt-out* do cadastro positivo

Decreto 7.829/08

- Caracteriza “histórico de crédito” definido pela lei 12.414/11
- Na prática, o decreto determina quais são os dados inclusos no C+
 - **Data da concessão ou assunção da obrigação de pagamento, valor concedido ou assumido, valores devidos, valores pagos**

Resolução 4.172/12

- Institui a obrigatoriedade do fornecimento de dados ao C+ mediante pedido do interessado – **Valido apenas para entidades reguladas pelo Bacen**

Alterações propostas

- Possibilitar claramente o **compartilhamento de dados transacionais sem configuração de quebra de sigilo bancário (art. 1)**

- Tornar o conceito de “histórico de crédito” mais abrangente ao **especificar dados transacionais, e outros, em sua composição (art. 1)**

- Criar diálogo para padronizar o **compartilhamento de dados de prestadores de SCs**

2 Disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor

Identificamos duas etapas principais para operacionalização, com destaque para envolvimento primordial da Receita Federal

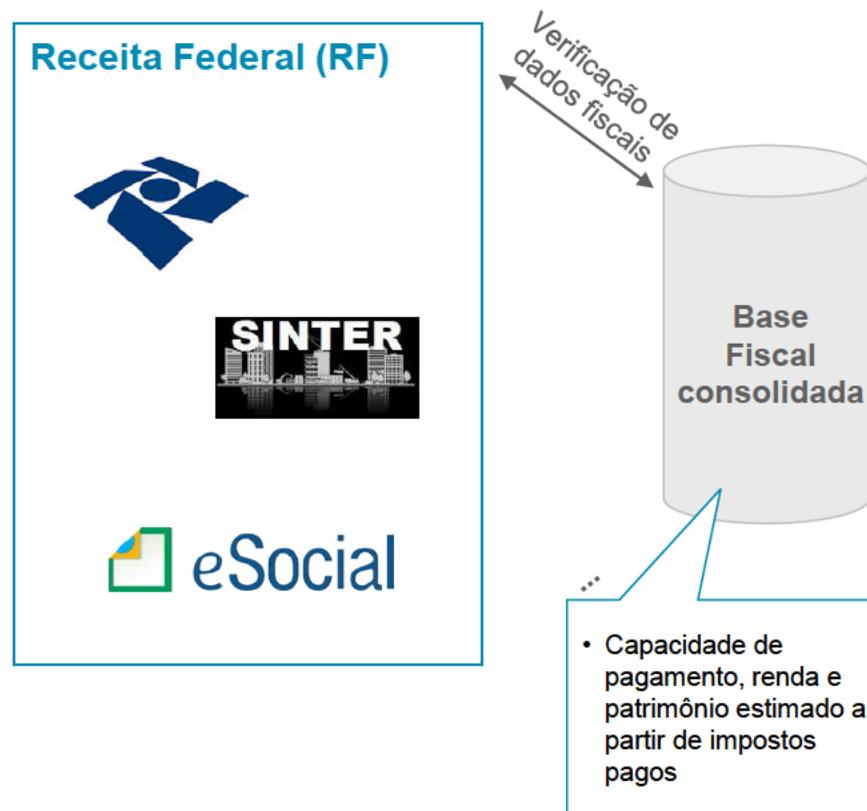
Etapas

A Integração de dados entre entidades da Receita e criação de base a ser compartilhada com as IFs via decreto e lei

- O e-Social¹, o Sinter² e a integração da Receita formarão um importante banco de dados, contendo informações fiscais e de imóveis, permitindo estimar capacidade de pagamento, renda e patrimônio
- A criação de uma base Fiscal consolidada que permitisse acesso a IFs aumentaria consideravelmente a qualidade de dados para avaliação de crédito
- Definir critério de regularidade fiscal (similar a discussão de definição de inadimplência)

B Preparar infraestrutura que permita adesão dos contribuintes

- Preparar infraestrutura em que o contribuinte possa abdicar do sigilo fiscal de parte de suas informações, para fim de avaliação de crédito – especificamente renda e situação de regularidade

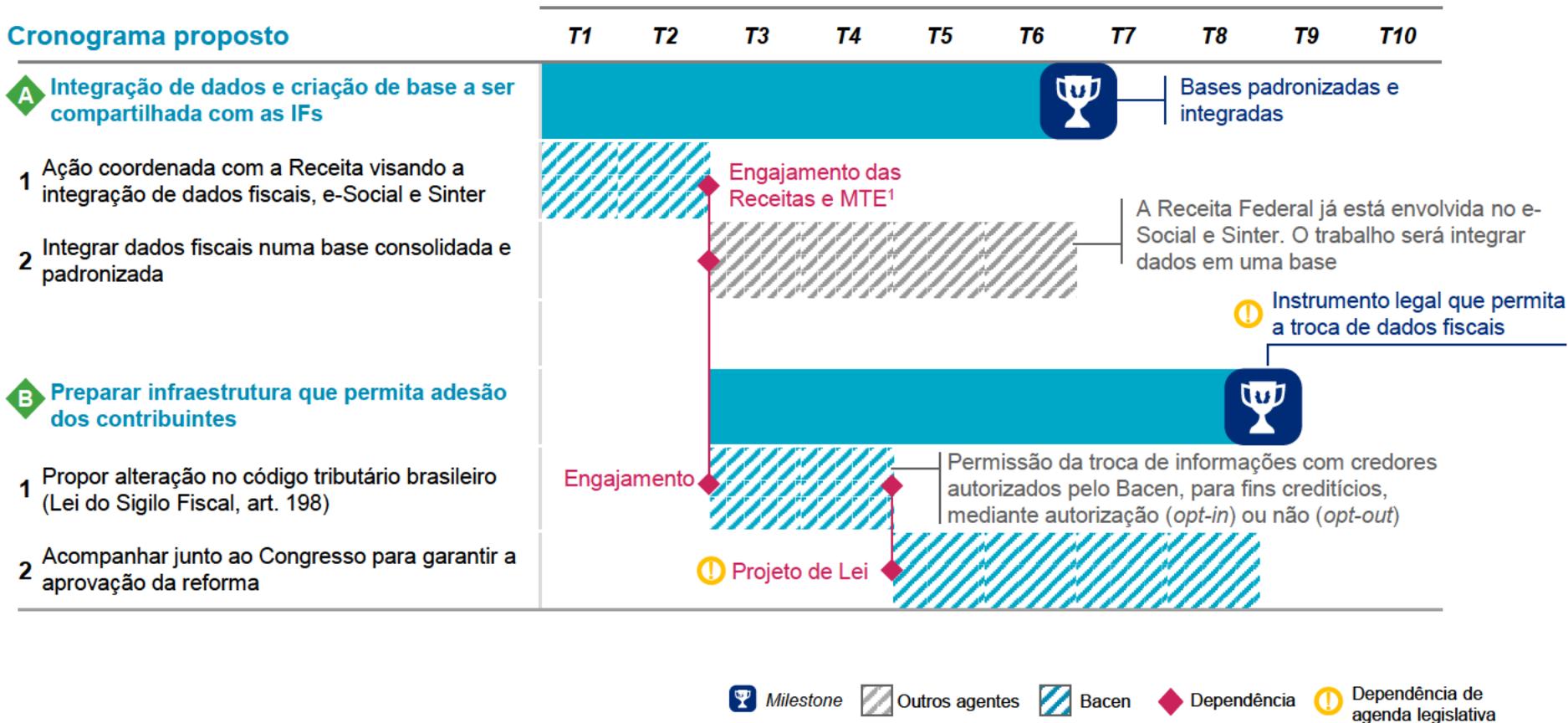


1. Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. 2. Web Service para troca de dados fiscais, cadastrais e imagens georreferenciadas de imóveis urbanos entre União e Municípios.

2 Plano de implementação (disponibilização de dados fiscais)

A implementação dependerá de esforço da Receita e da aprovação dos poderes executivo e legislativo

Cronograma proposto

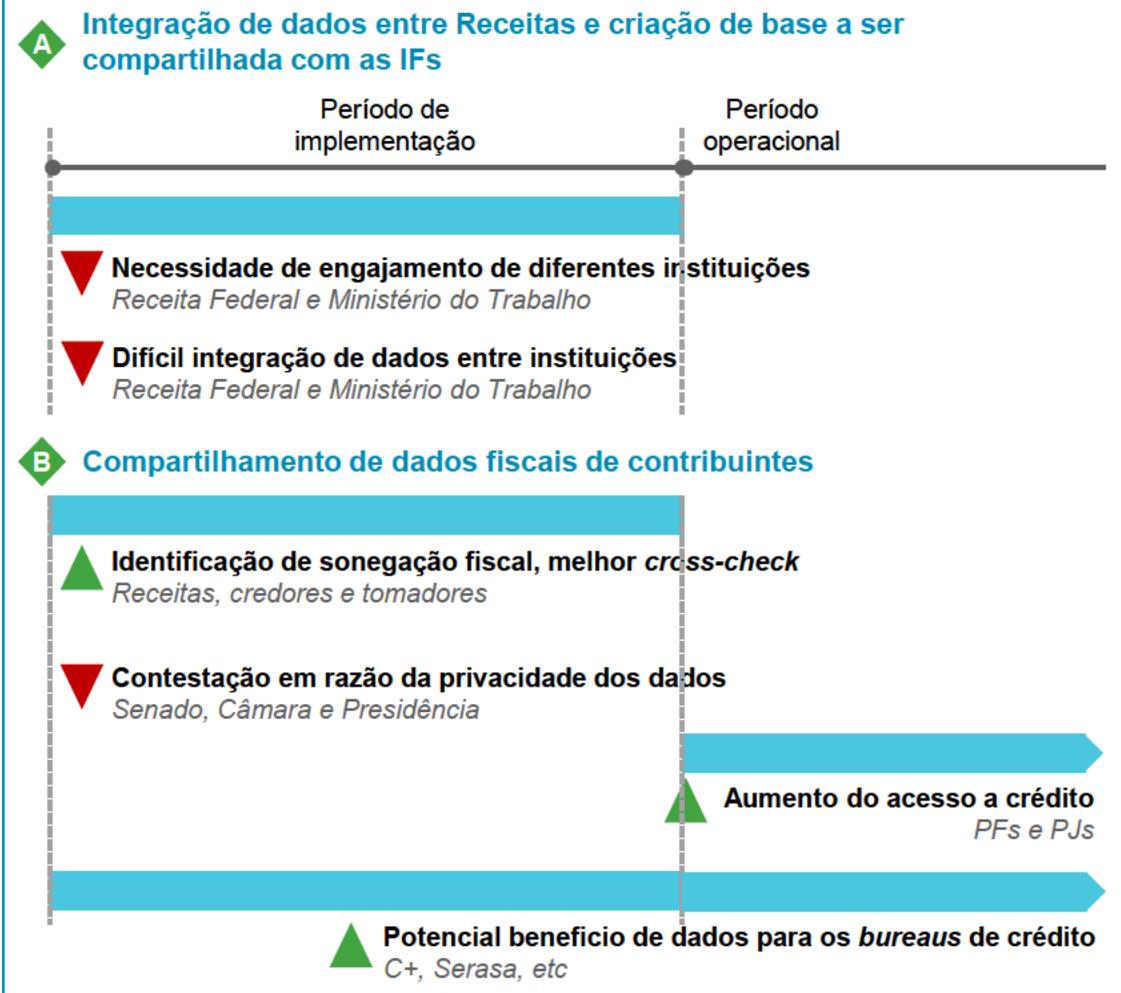


1. Ministério do Trabalho (MTE) administra o e-Social juntamente com a Receita Federal

2 Plano de implementação (disponibilização de dados fiscais)

A clara comunicação sobre os benefícios gerados fortalecerão o apelo que a iniciativa possui perante os agentes externos

Possíveis externalidades¹



KPIs: Métricas de efetividade

- ▲ **Robustez da base de dados:**
Número de cadastros
- ▲ **Utilização da base de dados:**
Número de consultas

1. Possíveis Impactos, dificuldades e consequências esperadas

2 Plano de implementação (disponibilização de dados fiscais)

Leis relevantes que regem uma possível base de dados fiscais

Legislação atual

Lei 5.172/66 (Código tributário)

- Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e normas e direitos aplicáveis
- Similarmente a LC 105/01 (Sigilo Bancário), introduz situações nas quais dados fiscais podem ser compartilhados sem prejuízo ao sigilo fiscal
- **Intercâmbio de dados é atualmente permitido apenas no âmbito da administração pública ou via requerimento jurídico**

Alterações propostas

- **Permissão do compartilhamento de informações com credores autorizados pelo Bacen, para fins creditícios, mediante autorização (*opt-in*) ou não (*opt-out*) – Artigo 198**

Lei 12.414/11 (Cadastro Positivo)

- Disciplina a formação de banco de dados com informação de adimplemento, determinando suas atribuições e seus deveres
- Inclui “obrigações de pagamento adimplidas ou andamento” como conjunto de dados que constitui histórico de crédito
- Conseqüentemente, permite a criação de uma base de dados fiscais para formação de histórico de crédito, desde que não haja quebra de sigilo fiscal (lei 5.172)

–

ii Facilitar acesso e disponibilidade de crédito com garantia
 Vinculação de garantias, com possibilidade efetiva de avaliar sua qualidade, é uma evolução necessária para baratear crédito pessoal

Iniciativa	Descrição	Casos internacionais	Status
4 Estabelecer registro centralizado de garantias	a) Estabelecer lei que possibilite o registro centralizado de garantias, alavancando o que já existe no mercado para imóveis, veículos e CDBs	<ul style="list-style-type: none"> China 	
5 Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas	a) Criar carta-garantia como mecanismo para facilitar operacionalização e tornar a abertura de crédito colateralizado mais atrativo	<ul style="list-style-type: none"> Chile 	

Alternativas

4 Estabelecer registro centralizado de garantias (1/2)

A China reformou em 2007 seu sistema de garantias, aumentando a criando um registro central de ativos móveis



Reforma de sistema da garantias chinês

- A reforma seguiu alterações legislativas, a criação de um registro unificado e um programa para disseminação do projeto
 - **Lei:** Foi criado um esquema de prioridades mais transparente para credores com garantia e sem garantia
 - **Registro:** Foi criado um **cadastro nacional online de penhores de contas a receber e inventário**
 - O registro é supervisionado pelo *Credit Reference Center*, uma unidade vinculada ao Banco Popular da China
 - Possui acesso online via conta de usuário e reúne informações sobre a identificação do tomador, credor, descrição do ativo e da operação de crédito
 - **Divulgação:** Foram promovidos eventos educativos para clientes e setor público para disseminar a importância do projeto

Resultados obtidos

- ~400.000 cadastros e 500.000 buscas no sistemas realizados até junho de 2011
 - A parcela dos **empréstimos baseados em ativos móveis na China cresceu de 16% para 36%** entre 2006 e 2011
 - Número de empréstimos envolvendo ativos móveis cresceu 21% de 2008 a 2010, frente a estagnação percebida de 2006 a 2008
- Dos 5 maiores bancos chineses, 4 reportaram crescimento anual em empréstimos com garantias móveis maior que 25% ao ano entre 2008 e 2010
- **36 produtos financeiros** foram criados baseando-se em garantia de ativos móveis¹

Nota: O relacionamento entre crédito privado e status de prioridade de credores segurados é estatisticamente significativo ao fazer o controle por tamanho do país, nível de renda, aplicação da lei, origem legal e regiões

Fonte: Banco Mundial, Oliver Wyman; 1. *Financial News*

4 Estabelecer registro centralizado de garantias (2/2)

Primeiramente é necessário o estabelecimento do arcabouço legal para posteriormente a operacionalização do registro se inicie

Etapas	Recomendações	Estágio de avanço	Próximos passos
A Legislar o registro unificado de garantias	<ul style="list-style-type: none">• Centralizar informações a respeito dos bens de pessoas físicas e jurídicas (CPF/CNPJ) em uma única base de dados<ul style="list-style-type: none">– Restringir acesso a entidades ou instituições pertinentes– Empoderar dono dos dados para acesso da informação a terceiros	<ul style="list-style-type: none">• -	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de lei centralizando as diferentes bases de dados existentes de informantes do governo• Preparar a infraestrutura nas entidades registradoras para junção de informações
B Ampliar modalidades de ativos registrados – Ativos Móveis	<ul style="list-style-type: none">• Estruturar legislação de modo a permitir registro de ativos móveis de valor• Fomentar utilização desses registros como garantias	<ul style="list-style-type: none">• Lei 13.476 aprovada	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar lei de registro de ativos móveis (máquinas, joias, etc)

5 Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas (1/3)

No Chile foi estruturado um registro eletrônico de garantias combinado à estruturação de garantia guarda-chuva para ampliar acesso a crédito

Registro e utilização de garantias móveis no Chile

- Através do “*Registro de Prendas Sin Desplazamiento*”, um braço do Registro Civil do Chile, é possível realizar o registro eletrônico de ativos móveis
 - O serviço começou a ser oferecido em 2011 devido a necessidade de ampliar o acesso ao crédito no país
 - O registro é eletrônico, público e único
 - Custa \$30.490 pesos chilenos, cerca de R\$ 150
- Podem ser registrados ativos presentes ou futuros, que poderão servir como **garantia em única ou múltiplas operações de crédito, desde que não ultrapassem o valor total das obrigações creditórias**
- A múltipla utilização de ativos como garantia de crédito **maximiza o poder de barganha dos tomadores de crédito**, podendo assim reduzir as taxas de juros cobradas

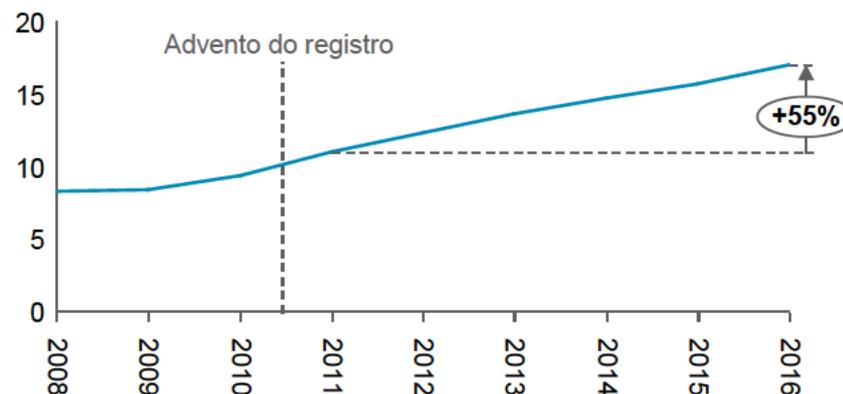
Bens aceitos no registro de garantias móveis

- **Propriedade pessoal móvel:** veículos motorizados, máquinas, animais de corte, etc
- **Direitos:** créditos, direitos de concessão
- **Título de crédito:** ações, títulos, notas promissórias
- **Outros:** Lucros futuros, inventários

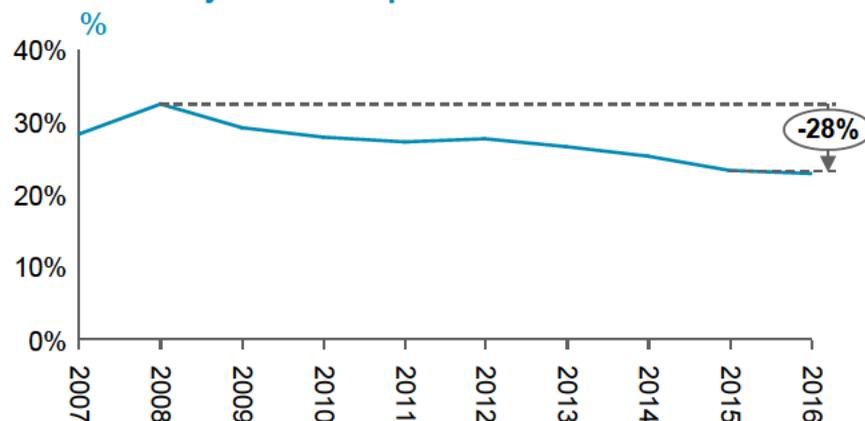
Fonte: Banco Central do Chile

© Oliver Wyman

Empréstimo ao consumidor MM Pesos chilenos



Taxa de juros de empréstimo ao consumidor



5 Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas (2/3)

No Brasil, a lei nº 13.476/17 prevê a abertura de limite de crédito e sua respectiva constituição de garantia

Lei nº 13.476/17

- Possibilita a **constituição de ônus e gravames**, mediante registro em central registradora
- A lei trata de garantias sobre **ativos financeiros e valores mobiliários, definidos pela resolução nº 4.593/17**
- O registro de cada ativo deve ser feito em **entidades registradoras da forma prevista em lei para cada modalidade de garantia**
- A lei propicia o arcabouço jurídico para a **criação da Carta Garantia** de modo que uma garantia utilizada para uma linha de crédito possa ser ampliada para todas as operações financeiras derivadas
- Permite a cobrança de dívida remanescente após execução da garantia

Limitações da Lei nº13.476/17

- Trata apenas do registro de gravames e ônus de ativos financeiros selecionados, tornando-se necessário **expandir a abrangência da legislação para os demais ativos financeiros e outros ativos móveis**
- **Exceção imóveis em alienação fiduciária** da cobrança de saldo devedor remanescentes após execução, desencorajando a aceitação desse tipo de garantia em mais de uma linha de crédito

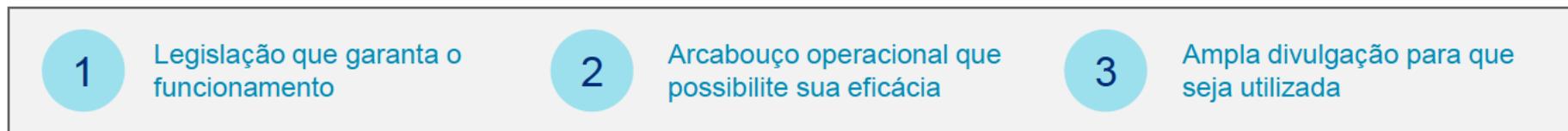
Aspectos não tratados

- Criação de **base centralizadora dos registros** de ativos móveis passíveis de serem utilizados como garantias
 - Conceder permissão a uma entidade ou definir integração entre as existentes;
 - Estabelecer normas de operacionalização e funcionamento
- Em caso de inadimplência em uma das operações de crédito, a lei não endereça o impacto da execução da garantia nos outros créditos não-inadimplentes, que estão dentro do mesmo limite
 - Para garantir maior segurança, poderia ser definido que, em caso de inadimplência em qualquer um dos créditos, o limite de crédito correspondente a ele é cancelado e a garantia executada

5 Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas (3/3)

Para garantir utilização da nova modalidade é necessário operacionalizar um registro centralizado de garantias móveis

A carta-garantia deve apoiar-se em 3 pilares:



Requisitos	Recomendações	Estágio atual	Próximos passos
Pilar 1: Lei	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação de um registro centralizado de ativos não-financeiros possibilitando sua utilização como garantia para abertura de linhas de crédito 	 <ul style="list-style-type: none"> A lei 13.476/17 permite criação de cadastro de ativos financeiros e uso de garantia para um limite de crédito 	<ul style="list-style-type: none"> Lei que permita registro de gravames e ônus de ativos móveis não-financeiros em base centralizada
Pilar 2: Operacionalização	<ul style="list-style-type: none"> Necessária a existência de um registro funcional centralizado com todas informações relevantes dos ativos presentes O registro deve ser acessível por credores praticantes da modalidade 	 <ul style="list-style-type: none"> Devido à falta de legislação vigente, o registro de garantias móveis é realizado de maneira dispersa em cartórios (se realizado) O registro centralizado, atualmente, é previsto apenas para veículos 	<ul style="list-style-type: none"> Conceder a permissão de registro a uma central registradora oficial; Garantir a intercomunicação em caso de múltiplas registradoras
Pilar 3: Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> Mandatária a utilização de meios de comunicação em massa para divulgar o mecanismo deste novo produto financeiro 	 <ul style="list-style-type: none"> Conceito pouco conhecido no Brasil, uma vez que não existe a prática de registro de ativos que não automóveis no país 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o uso do registro através da divulgação

Sem desenvolvimento Pleno funcionamento

Após regulamentação e operacionalização dos registros, é possível criar um registro central que inclua todos os tipos de ativos, simplificando a consulta de garantias e sua utilização para tomada de crédito

iii Aumentar efetividade e eficiência de cobranças

Cobrança apresenta hoje um custo operacional alto vs. o próprio ticket de crédito, o que incentiva credores a incluir LGD=1 na precificação

	Iniciativa	Descrição	Casos internacionais	Status
Cobrança	6 Padronização de requerimentos de cartórios	a) Falta de padronização nos processos e integração das informações armazenadas b) Longo tempo de processamento c) Falta de competição para estimular aumento de eficiência	<ul style="list-style-type: none"> • União Internacional dos Notários (UINL) 	
	7 Otimizar processos de execução e suas alternativas	a) Estabelecer legislação clara de excussão extrajudicial direta de bens em Alienação Fiduciária, excetuando apenas o financiamento habitacional b) Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias c) Incentivar alternativas ao judiciário: conciliação, mediação d) Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões individuais no mercado de crédito e) Instituição de juízes-robô para causas de menor valor	<ul style="list-style-type: none"> • EUA • França • Canadá • Reino Unido 	
	8 Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes	a) Propor regulação específica, com exigência de requisitos operacionais e fortalecimento da cobrança para incentivar a atuação de entidades especializada em recuperação de créditos inadimplentes – <i>Atualmente sujeitas à regulação da CVM, e não Banco Central do Brasil</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Europa 	

Aa: Priorizadas

6 Padronização de requerimentos de cartórios

A atuação dos cartórios é relevante ao atual processo de cobrança, onerando o processo devido as suas ineficiências

- Apesar de regulação clara existente, cartórios possuem **processos de requerimento individuais**



- **Habilidade limitada de padronização** do processo de interação com cartórios

- A maioria dos cartórios ainda tem um **processo interno manual** que requer interação e documentos físicos



- **Benefícios limitados** podem ser alcançados através da digitalização por parte das instituições financeiras



- **Prazos de regulamentação das tarefas do cartório são generosos** e, em caso de não cumprimento dos requisitos, há a uma extensão desses prazos



- Cronograma dos processos de registro e recuperação, definido **principalmente pelo tempo de processamento** de cartórios

- Os processos de registro e coleta (com exceção de notificação) para financiamento imobiliário devem ser **realizados no cartório mais próximo da propriedade**



- **Não há pressão para os cartórios melhorarem** seus processos, uma vez que o potencial de ganho do negócio é limitado

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas (1/5)

Sugerimos novas medidas de recuperação de garantias para desburocratizar e acelerar o processo de execução

Iniciativas

- A Estabelecer legislação clara de excussão extrajudicial de bens alienados**
 - Excetuar apenas financiamento de imóveis residenciais em que o tomador mora na casa financiada
 - Notificação simplificada
 - Se ativo recuperado não for no valor da dívida, possibilidade de cobrar o restante
 - Dívidas fiscais e impostos (e.g. IPVA) transmitidas ao tomador

- B Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias**
 - Venda de veículos já pode ser feita de maneira direta por valor de mercado – porém nesse caso a dívida é extinta

- C Incentivar alternativas a sistema jurídico: conciliação e mediação**
 - Remover a obrigatoriedade da conciliação/ mediação quando houver desinteresse por uma das partes
 - Investir na formação de mediadores e na criação de CEJUSCs¹

- D Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões individuais no mercado de crédito**
 - Aproximar relação entre Bacen e Judiciário

- E Instituição de juízes-robô para causas de menor valor**

Exemplos internacionais

-  ➤ • Para garantias em que excussão extrajudicial é prevista, tomada de bem pode ser realizada após notificação
-  ➤ • Excussão extrajudicial prevista para qualquer tipo de bem, exceto imóveis que sejam bem de família
 - Promoveu programas de conscientização do judiciário com relação a cobrança

-  ➤ • Com exceção de imóveis, leilões são opcionais para ativos recuperados

-  ➤ • *Alternative Dispute Resolution (ADRs)* são amplamente utilizadas, e com grande sucesso: 83% delas gera acordos (Quebec)
-  ➤ • Programas de arbitragem anexos ao tribunal

-  ➤ • Obrigatoriedade de treinamentos contínuos sobre o mercado de crédito

-  ➤ • Em testes, utilização de robôs em simulação de decisão judicial

1. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas (2/5)

Execução extrajudicial e necessidade reduzida de leilões facilita a recuperação do bem nos Estados Unidos se comparado ao Brasil



Processo	Cenário brasileiro	Cenário norte-americano ¹
<p>Execução Imobiliária</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo de carência até o início do processo de execução do imóvel (>90 dias) • Necessidade de notificação e busca constante pelo devedor por parte do credor - onera o processo • Consolidação de documentos e dependência do Registro de Imóveis para seguimento do processo aumenta o tempo total do processo • Arremate raramente em 1º leilão – valor inicial é supervalorizado – ele ocorre em 2º leilão com valor inferior à dívida • Os leilões somente podem ser realizados por pessoas físicas, como resultado, a publicidade tem alcance limitado 	<ul style="list-style-type: none"> • Execução extrajudicial é legislada • 60 a 120 dias entre notificação do devedor até recuperação da dívida pelo credor (venda ou tomada) • Contrato com cláusula de execução extrajudicial especifica termos da execução previamente caso seja necessário • No caso do valor do arremate do imóvel ser inferior à dívida, credor pode entrar com ação judicial para cobrança do restante
<p>Execução de Automóveis</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado prazo de carência, necessidade de notificações e dificuldade em localizar o devedor para notificar e cobrar a dívida • Ordem judicial de busca e apreensão para tomada do veículo, estendendo o processo devido à necessidade de comprovar a dívida e emitir o mandato • Credor assume as dívidas do veículo (multas, IPVA, etc.), que precisam ser pagas para regularização do bem antes de poder executá-lo 	<ul style="list-style-type: none"> • Permissão para tomar veículo do devedor em caso de inadimplência superior ao limite previamente acordado • Devedor pode contestar apenas em caso de abusos na cobrança ou erro no cálculo do valor devido • Não é necessário aviso prévio ao devedor ao realizar a tomada do automóvel • Venda do veículo pode ser privada desde que o valor recebido seja razoável • Caso valor de venda do veículo seja inferior à dívida, credor pode entrar com ação judicial para cobrar restante

1. Lista não exaustiva de estados americanos pesquisados: Nova Iorque, Califórnia, Texas, Michigan.
 Fonte: *United States Foreclosure Laws*

+ Pleno incentivo a alternativas ao sistema jurídico: Programa de arbitragem anexo ao tribunal

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas (3/5)

...Mas algumas barreiras prejudicam seu crescimento. Mediação e conciliação poderiam ser incentivadas através de medidas específicas

Conciliação e mediação no Brasil¹

A obrigatoriedade da audiência de conciliação/ mediação foi instaurada com o intuito de desobstruir as cortes do país, no entanto, a iniciativa ainda não apresentou alta efetividade

Limitação	Medida resolutiva	Justificativa
<ul style="list-style-type: none"> Obrigatoriedade mesmo em caso de desinteresse por uma das partes <ul style="list-style-type: none"> Reduz eficácia e prolonga prazo de resolução 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência quando de comum acordo entre ambas as partes ou após triagem da adequabilidade de casos <ul style="list-style-type: none"> Traz maior assertividade ao método 	<ol style="list-style-type: none"> Apesar da recente obrigatoriedade a partir de 2015, o índice de disputas resolvidas pela conciliação aumentou de 0,8%, para 11,9%² entre 2015 e 2016 O índice de acordo em audiências de conciliação é, geralmente, baixo no Brasil: 29% (DF), 42% (MG), 58% (SP), 72% (BA) <ul style="list-style-type: none"> Em Quebec (Canadá), a audiência ocorre apenas quando há consenso entre partes ou se requerido por uma parte e considerado viável pelo juiz. Índice de acordos: 83% Durante a SC³, juízes selecionam casos propensos à conciliação e abordam as partes <ul style="list-style-type: none"> Devido a maior foco e especialização, o índice de conciliação foi de 71% em 2017, consideravelmente acima da média nacional
<ul style="list-style-type: none"> Desalinhamento de incentivos: avaliação de desempenho atual remunera apenas casos atendidos <ul style="list-style-type: none"> Incentiva a produtividade, mas não o desempenho 	<ul style="list-style-type: none"> Remuneração variável através de <i>success fee</i>: Remunerar o mediador/ conciliador pelo número de casos atendidos + adicional por acordo selado <ul style="list-style-type: none"> Incentiva <i>produtividade e qualidade</i> 	<ol style="list-style-type: none"> Na Bahia, mediadores são remunerados por caso analisado e recebem um adicional por acordo selado <ul style="list-style-type: none"> Devido ao incentivo correto, a mediação e conciliação é mais efetiva na Bahia que em outros estados brasileiros

1. CNJ e NUPEMEC; 2. A Justiça em Números, 2016 e 2017; 3. Semana da Conciliação.

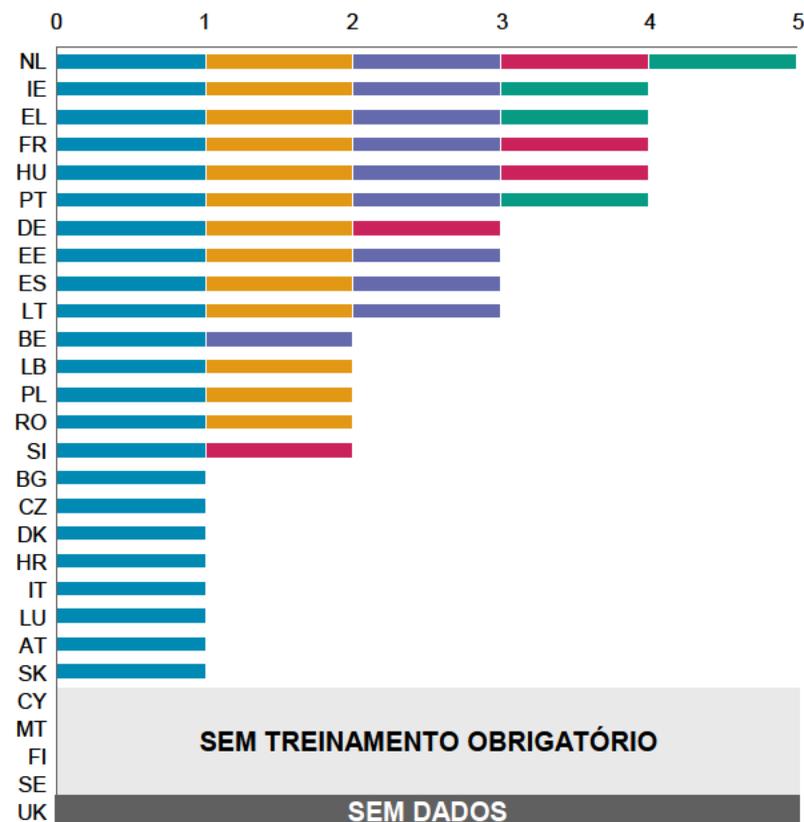
7 Otimizar processos de execução e suas alternativas (4/5)

Países europeus implementaram treinamento obrigatório do judiciário como medida de ganho de eficiência, conforme recomendado pela CE¹

Caracterização do treinamento do judiciário na Europa

- O treinamento contínuo tem o intuito de **aprimorar habilidades específicas dos juizes e trazer maior eficiência** a Corte
- O treinamento não se restringe ao judiciário - a França adotou, em 2010, a obrigatoriedade do treinamento para:
 - **Juizes, promotores, oficiais de justiça, advogados, assistentes da Corte e notários**
- Além dos treinamentos específicos por país, a CE lançou em 2011 um plano de treinamento do judiciário sobre a legislação de outros países membros da EU:
 - Entre 2011 e 2015, foram promovidos **mais de 500.000 treinamentos**
 - Treinamentos são administrados de maneira centralizada pelo EJTN³

Países que adotam a obrigatoriedade do treinamento para o judiciário²



1. Comissão Europeia recomenda em seu estudo: *The functioning of judicial systems and the situation of the economy in the European Union Member States*; 2. Fonte: *The 2016 EU Justice Scoreboard*, Comissão Europeia; 3. *European Judicial Training Network*

■ Treinamento inicial ■ Treinamento geral, em serviço ■ Treinamento em serviço para funções judiciais especializadas
 ■ Treinamento em serviço para gerenciamento de funções do tribunal ■ Treinamento em serviço, TI

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas (5/5)

A utilização de juízes robô pode acelerar a execução de garantias através da inteligência artificial

Robô suportando decisões judiciais



Status: Em desenvolvimento

- Pesquisadores da UCL¹ desenvolveram um robô que, através de IA, avalia casos e determina a “sentença” adequada através da análise de casos passados
- O robô foi alimentado por informações sobre 584 casos de temas diversos
- De acordo com seus criadores, seu objetivo não é a “substituição de juízes”, mas sim “**atuar como uma ferramenta de rápida identificação de padrões que possam levar a determinadas ocorrências**”
 - Mesmo assim, em **79% das sentenças observadas** o veredito do robô foi igual ao deliberado pela Corte

Robô suportando atividades contratuais

JPMORGAN CHASE & CO.

Status: Em uso

- O banco JP Morgan desenvolveu uma ferramenta COIN (*Contract Intelligence*) que revisa contratos sob uma avaliação jurídica de operações financeiras através de *machine learning*
- A ferramenta interpreta e revisa contratos comerciais, um processo que **anteriormente levava mais de 300 mil horas para ser concluído** por funcionários
- Se comparado ao processo tradicional, o eletrônico é:
 - Mais rápido e mais barato
 - Mais confiável

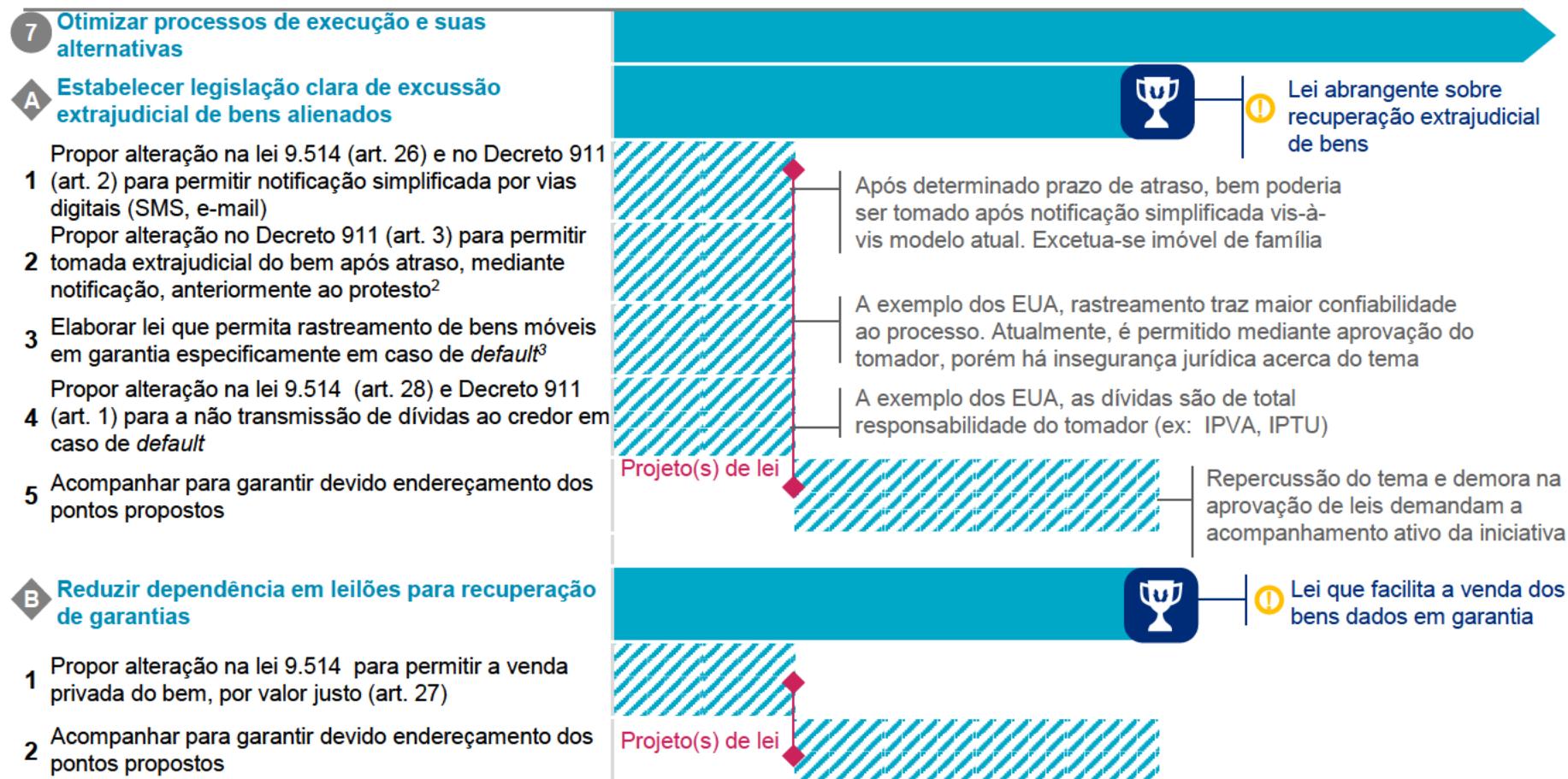
Casos recentes mostram que *softwares* de IA podem tanto auxiliar a tomada de decisões judiciais quanto suportar tarefas processuais

1. University College London

7 Plano de implementação (otimizar processos de execução e alternativas)

A implementação da iniciativa é complexa e envolverá mudanças legislativas e comportamentais (1/2)

Cronograma proposto¹



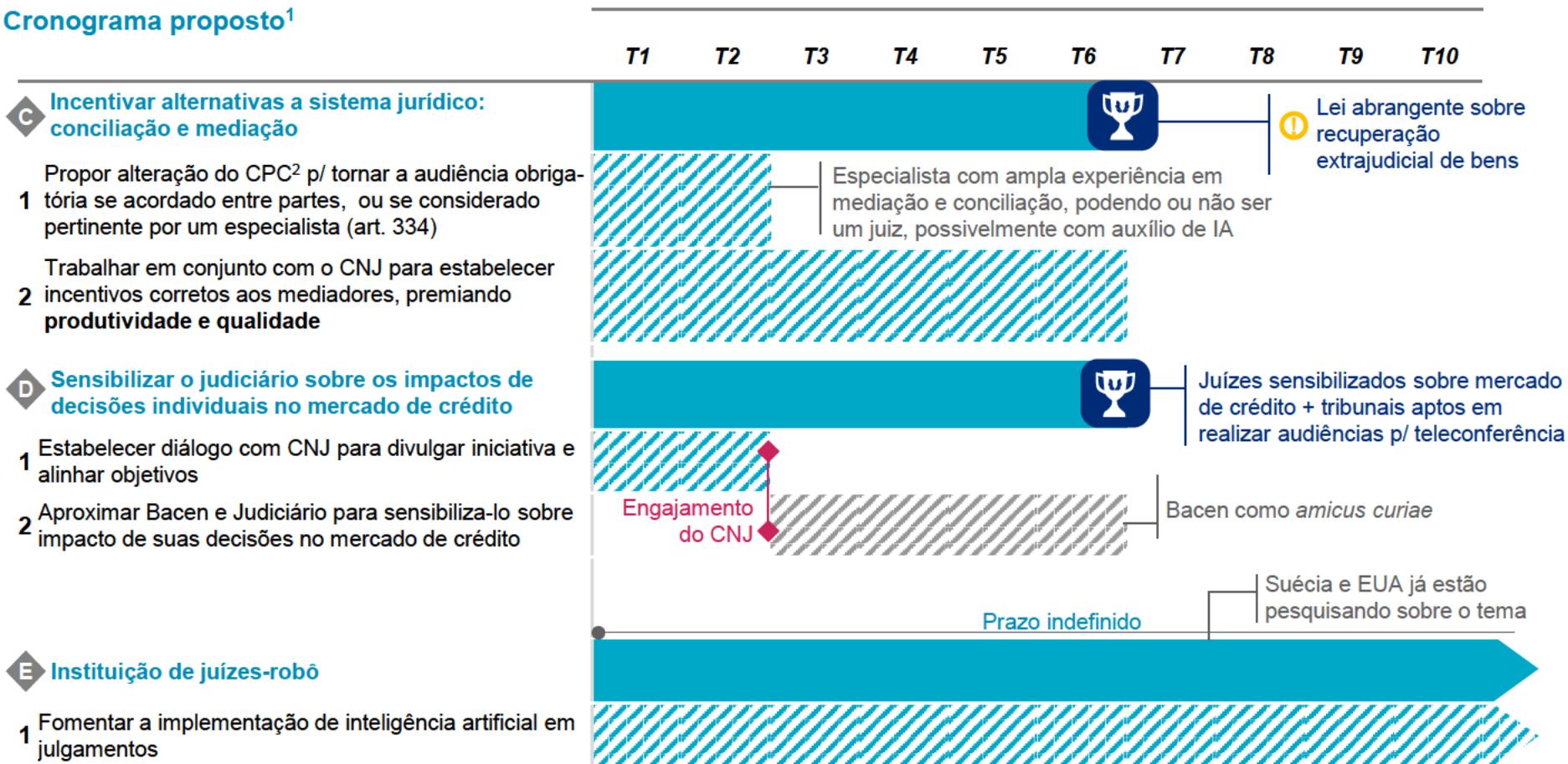
1. Prazos de aprovação de leis podem apresentar grande variação; 2. Foi recentemente aprovada a lei 13.606/18, a qual permite a execução extrajudicial direta de débitos devidos à Fazenda, porém ela é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. A aprovação definitiva da lei será um "medidor" da receptividade da proposta, 3. O rastreamento já é possível em operações de seguro de veículos, e perfeitamente legal, facilitando a aprovação desta medida

 Milestone  Outros agentes  Bacen
 Dependência  Dependência de agenda legislativa

7 Plano de implementação (otimizar processos de execução e alternativas)

A implementação da iniciativa é complexa e envolverá mudanças legislativas e comportamentais (2/2)

Cronograma proposto¹

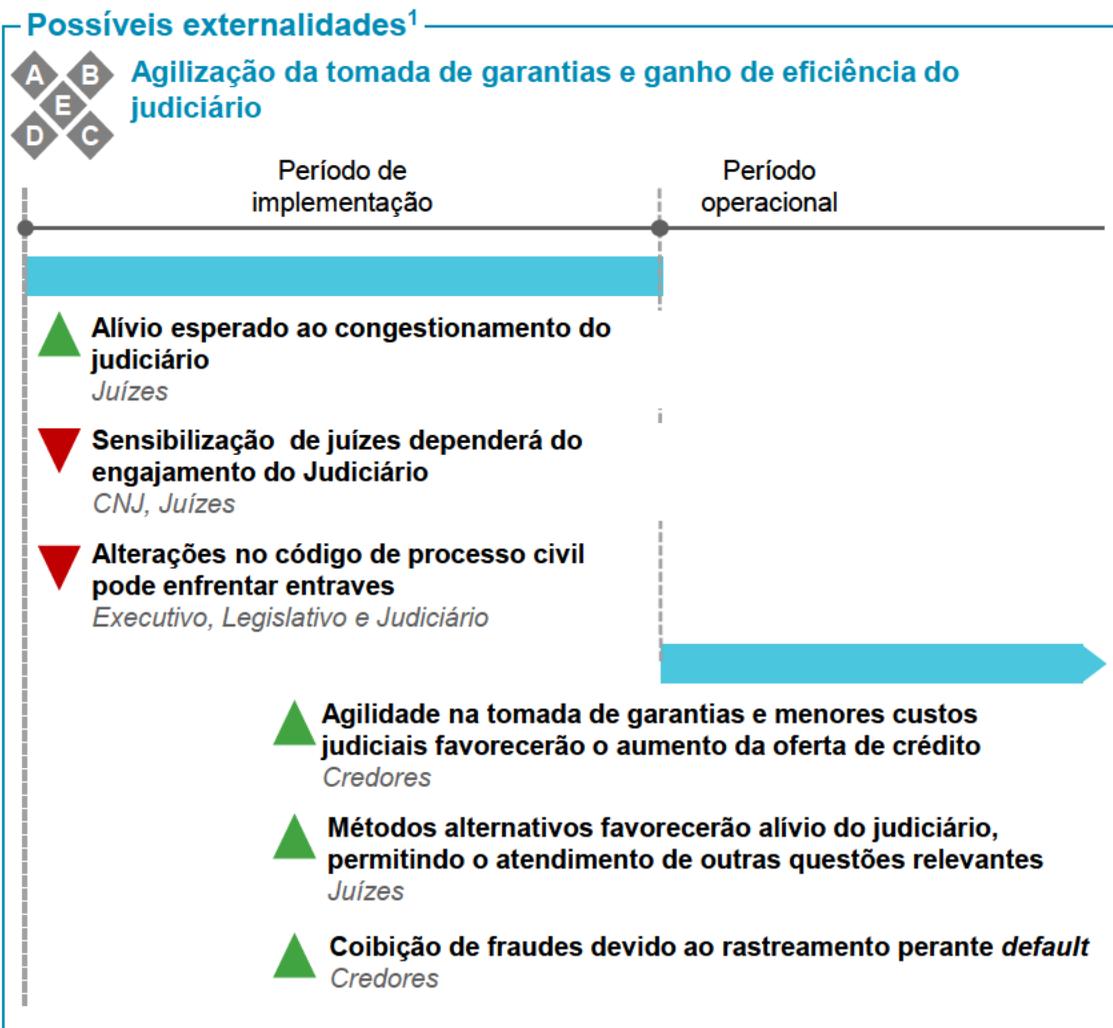


1. Prazos de aprovação de leis podem apresentar grande variação.
 2. Código de Processo Civil

 Milestone
  Outros agentes
  Bacen
  Dependência
  Dependência de agenda legislativa

7 Plano de implementação (otimizar processos de execução e alternativas)

No entanto, esperamos um alto impacto na concessão de crédito, além de efeitos benéficos de segunda ordem, como maior eficiência do judiciário



KPIs: Métricas de efetividade

- ▼ **Eficiência do judiciário:**
Número de processos na fila de espera; tempo médio de resolução
- ▼ **Agilidade na tomada e venda de garantias:** Dias corridos para a tomada do bem; dias corridos entre tomada e venda de bens; provisão de despesas para execução de garantias

1. Possíveis Impactos, dificuldades e consequências esperadas

7 Plano de implementação (otimizar processos de execução e alternativas) Leis relevantes que regem a atividade de cobrança...

Legislação atual

Decreto lei 911/69 (Alienação fiduciária de bens móveis)

- Estabelece normas e processos, notavelmente a cobrança, sobre a alienação fiduciária de bem móvel
- Dispõe que um bem pode ser tomado após **autorização judicial**
 - **A notificação deve ser feita por carta registrada com aviso de recebimento**
- Adicionalmente, permite a venda direta do bem e execução por quantia certa, exigindo o pagamento do saldo restante caso a venda não alcance o montante devido

Lei 9.514/97 (Alienação fiduciária de bens imóveis)

- Estabelece normas e processos, notavelmente a cobrança, sobre a alienação fiduciária de bem imóvel
- Dispõe que o bem pode ser tomado sem a necessidade de autorização judicial
- Exige **notificação do devedor, por duas vezes, via oficial de registro**
- Demanda que imóvel tomado seja **obrigatoriamente leiloado, e não prevê execução por valor certo**

Lei 13.105/15 (Código de Processo Civil)

- Entre outras medidas, instaura a obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação, bem como as **condições de cancelamento da audiência**:
 - **Prazo não razoável, falta de interesse de *ambas* as partes**, quando não houver autocomposição, entre outros

Constituição Federal de 1988

- Constituição Brasileira, aqui analisada sob o ponto de vista do direito de privacidade
- Institui que **são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas**

Será preciso criar lei que possibilite o rastreamento de bens, acionado apenas em caso de *default*, sem prejuízo do direito de privacidade e com o intuito de coibir fraude ou má fé do devedor

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas

Alterações sugeridas e seus impactos (1/4)

A Legislação clara de excussão extrajudicial e notificação simplificada

Alterações legislativas previstas

Decreto lei 911/69

(Alienação fiduciária de bens *móveis*)

- Possibilitar a tomada do bem sem a autorização judicial
- Permitir a notificação simplificada e eletrônica (e-mail e SMS) do devedor
- Passível de contestação apenas se comprovado abuso na tomada do bem

Lei 9.514/97

(Alienação fiduciária de bens *imóveis*)

- Permitir a notificação simplificada e eletrônica (e-mail e SMS) do devedor

Consequências práticas

	Situação atual	Situação esperada
 Juiz	<ul style="list-style-type: none"> • Juiz responsável pela ordem de busca e apreensão • Judiciário congestionado devido à uma grande amplitude de demandas 	<ul style="list-style-type: none"> • Em situação de inadimplência, tomada do bem após notificação, sem necessidade de ordem judicial • Excussão extrajudicial de bens propiciará o descongestionamento do judiciário
 Credor	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de notificação, via cartório de imóveis ou carta com aviso de recebimento • Lentidão e custos processuais oneram o processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Notificação eletrônica e excussão extrajudicial do bem móvel • Agilidade na execução devido a maior atribuição ao credor e menor dependência externa
 Tomador	<ul style="list-style-type: none"> • Risco moral é facilitado pelo método atual de notificação 	<ul style="list-style-type: none"> • Notificação simplificada coíbe possível risco moral por parte do devedor
 Cartório	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pelo registro e eventuais protesto e cobrança em caso de <i>default</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobrança poderá ser realizada eletronicamente, potencialmente removendo esta atividade dos cartórios

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas

Alterações sugeridas e seus impactos (2/4)

B Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias

Alterações legislativas previstas

Lei 9.514/97

(Alienação fiduciária de bens imóveis)

- Possibilitar a venda direta do bem, por valor justo e sem obrigatoriedade de leilão
- Permitir execução por valor certo

Consequências práticas

	Situação atual	Situação esperada
 Juiz	—	—
 Credor	<ul style="list-style-type: none"> • Imóveis executados devem, obrigatoriamente, ser vendidos através de leilões • Além de ser um processo lento e custoso, o valor de venda dificilmente atinge o valor de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de venda direta, a exemplo de bens móveis, acelera e barateia a venda do imóvel
 Tomador	<ul style="list-style-type: none"> • Risco moral é facilitado pelo método de venda atual, o qual possibilita a recompra do bem por valor inferior ao da dívida 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz risco moral por não mais permitir a recompra do imóvel por baixo valor • Maior celeridade ao processo
 Cartório	—	—

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas

Alterações sugeridas e seus impactos (3/4)

Incentivar alternativas ao sistema jurídico: conciliação e mediação

Alterações legislativas previstas

Lei 13.105/15
(Código de Processo Civil)

- Permitir que a audiência não ocorra caso *uma* das partes não tenha interesse, a não ser que julgado pertinente por um especialista), trazendo maior confiabilidade ao processo (atualmente, a audiência é obrigatória caso uma das partes esteja interessada)

Consequências práticas

	Situação atual	Situação esperada
 Juiz	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda unilateral traz baixa assertividade á audiência • Baixa assertividade onera e prolonga o processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Audiência consensual será mais assertiva e auxiliará no descongestionamento do judiciário • Juiz terá participação reduzida, mas continuará envolvido no processo (homologação)
 Credor	<ul style="list-style-type: none"> • Método é pouco utilizado por ser pouco assertivo • Execução ocorre judicialmente – lenta e imprevisível 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior assertividade ampliará agilizará a execução • Credor terá papel mais ativo
 Tomador	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca participação no processo, mas frequentemente beneficiado por decisões judiciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de consenso amplia capacidade de negociação
 Cartório	–	–

7 Otimizar processos de execução e suas alternativas

Alterações sugeridas e seus impactos (4/4)

D Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões no mercado de crédito

Não necessita de mudanças legislativas

Consequências práticas

	Situação atual	Situação esperada
 Juiz	<ul style="list-style-type: none"> Decisões judiciais tem, muitas vezes, viés pró-tomador 	<ul style="list-style-type: none"> Juízes serão sensibilizados sobre o amplo impacto de suas decisões no âmbito do crédito
 Credor	<ul style="list-style-type: none"> Decisões, muitas vezes, favorecem tomador em detrimento ao amplo espectro do sistema financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> Espera-se fortalecimento dos direitos dos credores em comparação à situação atual
 Tomador	<ul style="list-style-type: none"> Tomadores são, muitas vezes, beneficiados pelas decisões do judiciário 	<ul style="list-style-type: none"> A sensibilização do judiciário pode favorecer decisões extrajudiciais tais como conciliação e mediação
 Cartório	–	–

8 Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes (1/2)

Seguindo *benchmarks* internacionais, GAIs¹ tem o potencial de impulsionar a recuperação de crédito devido a sua maior especialização

GAIs apresentam vantagens para a recuperação do crédito

...Porém, seu crescimento no Brasil é prejudicado pela falta de profissionalização

Alta especialização gera²:

- ✓ **Economias de escala**, pois permite menores custos fixos aos bancos devido ao esforço concentrado na concessão do crédito
- ✓ **Maior efetividade na cobrança**, reflexo da priorização desta atividade vs. originação



“Aventureiros inflam o mercado, não há método, não há capital. **La fora é necessário fazer uma diligência profunda sobre quem está cobrando.** [...] Tem que provar o cumprimento de normas, requisitos de defesa ao consumidor e boas práticas de cobrança ”

“**Má fama desestimula a venda de carteiras pelos bancos** ”

- CEO de gestora de ativos inadimplentes

Regulação do Bacen coibiria a “má fama” das gestoras de ativos inadimplentes

1. Gestoras de ativos inadimplentes; 2. FMI: Fundo Monetário Internacional

8 Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes

Regulação específica, exigência de requisitos operacionais e fortalecimento da cobrança viabilizarão o crescimento sustentável da gestão de NPLs¹

Recomendações do FMI para supervisão de gestão de ativos inadimplentes na Europa²

Pilares	Status	Iniciativas
A. Aperfeiçoamento da supervisão	 Adoção de medidas robustas de provisionamento e requisitos de capital para incentivar a recuperação de ativos	➤ • Brasil já emprega requisitos robustos de provisionamento e capital
	 Poder de sanção regulatória para instituições de recuperação de ativos	➤ • Analisar eventuais mudanças no Código de Defesa do Consumidor
	 Exigência de desenvolvimento da capacidade de gestão de ativos inadimplentes	➤ • Exigir a definição de estratégias claras para a redução de NPLs
B. Medidas de suporte	 Mecanismos que possibilitem um mercado secundários de NPLs	➤ • A securitização através de FIDCs permite a existência de um mercado secundários de NPLs
	 Melhorar o acesso a informação sobre o tomador de crédito e qualidade da garantia	➤ • Previsto nas iniciativas 1, 2, 4 e 5
	 Sistema legal/jurídico eficiente para recuperação de garantias	➤ • Previsto nas iniciativas 6 e 7

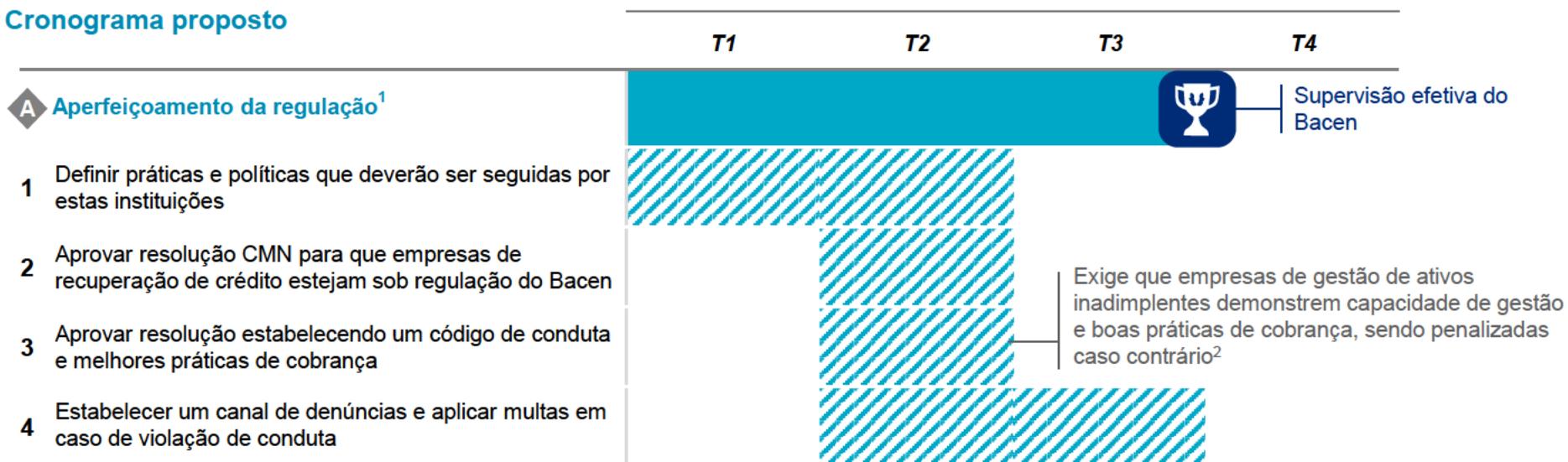
1. *Non-performing loans;*

2. *IMF, A Strategy for Resolving Europe's Problem Loans, set/15;*

8 Plano de implementação (entidades de recuperação de ativos)

Regulação pelo Banco Central trará maior credibilidade às entidades de recuperação de ativos fomentando o mercado de crédito

Cronograma proposto



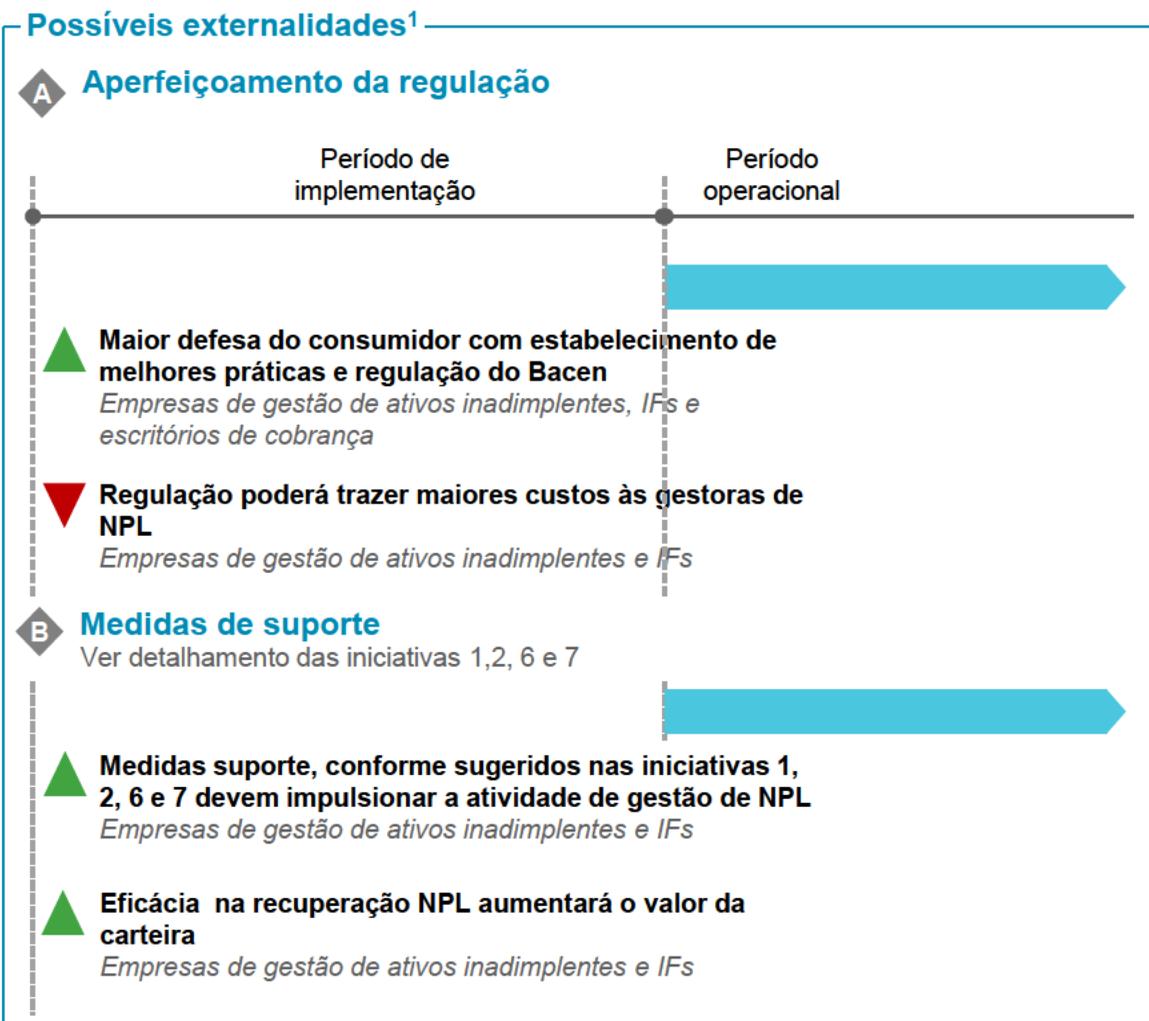
A iniciativa será fortalecida pela adoção de **medidas de suporte, as quais ampliarão o valor das carteiras de ativos problemáticos:**

- Melhorar o acesso a informação sobre o tomador de crédito e qualidade da garantia - **iniciativas 1, 2, 4 e 5**
- Sistema legal/jurídico eficiente para recuperação de garantias - **iniciativas 6 e 7**

-  Milestone
-  Outros agentes
-  Bacen
-  Dependência
-  Dependência de agenda legislativa

1. Prazos de aprovação de leis podem apresentar grande variação; 2. Se utilizados terceiros em atividades de cobrança, co-responsabilizar empresas de gestão de ativos inadimplentes em hipótese de abusos na cobrança

8 Plano de implementação (entidades de recuperação de ativos) Porém, sua eficácia dependerá da aprovação de medidas de suporte, relacionadas à outras iniciativas



KPIs: Métricas de efetividade

- ▲ **Atividade das gestoras de ativos inadimplentes:** % da carteira de ativos vendida para este tipo de instituição
- ▲ **Assertividade da cobrança:** Taxa de recuperação de crédito pré e pós iniciativa
- ▼ **Método de cobrança:** Taxa de reclamações de tomadores de crédito inadimplentes

1. Possíveis Impactos, dificuldades e consequências esperadas

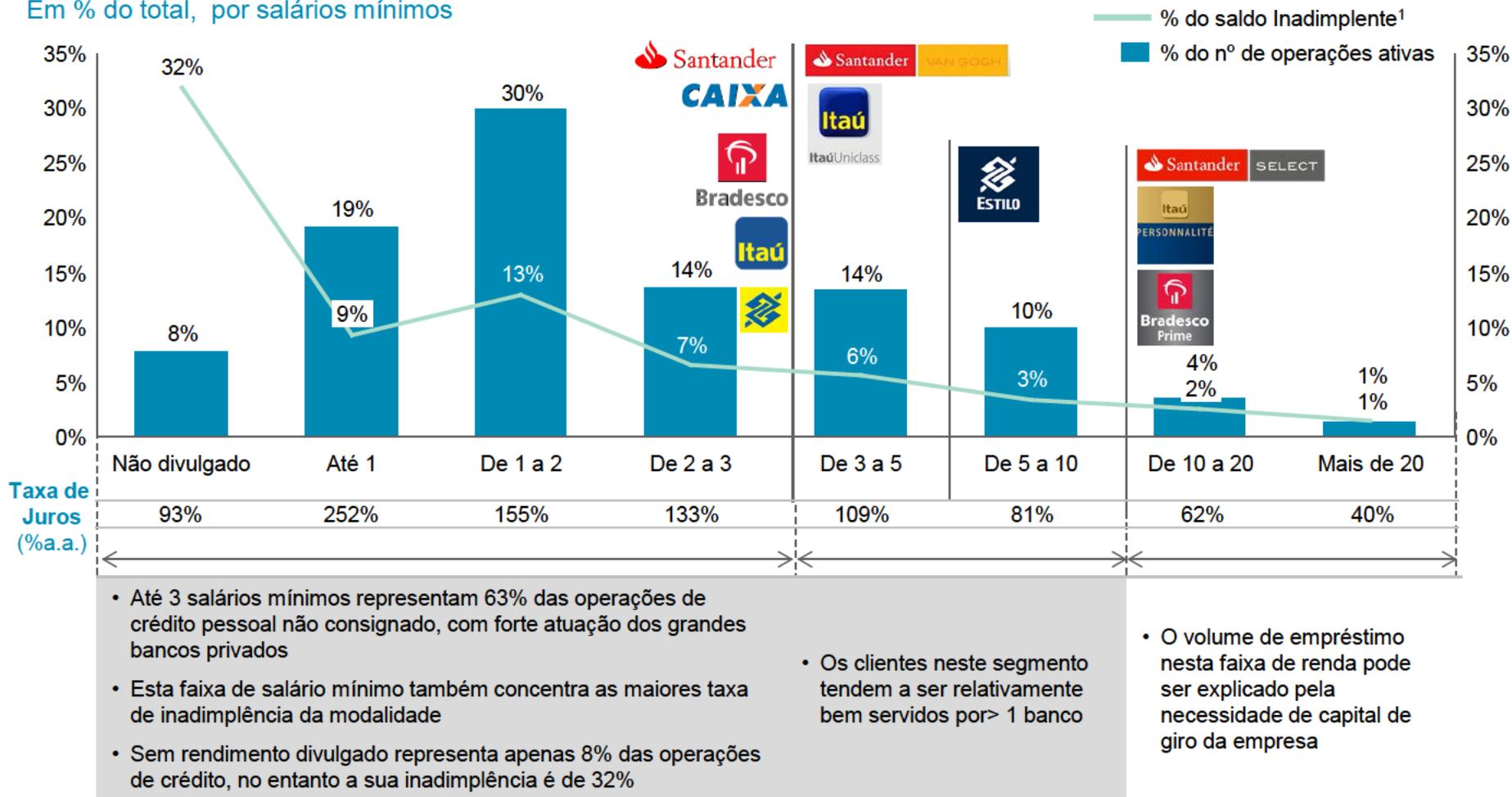
4 | Anexo

4.1 | Lista completa de hipóteses & evidências

O papel do crédito pessoal não-consignado (1/3)

Saldo de crédito e inadimplência por faixa de renda

Distribuição da população total por renda per capita
Em % do total, por salários mínimos



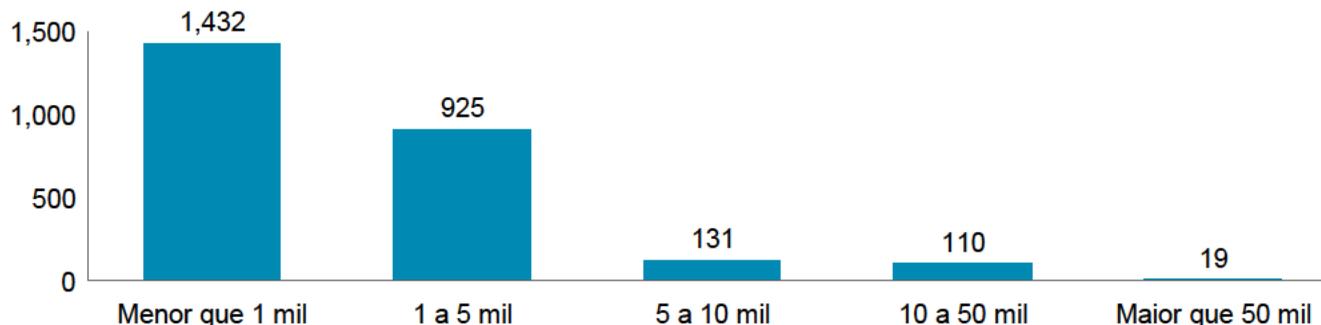
1. Saldo considerado inadimplente após 90 dias vencido
Fonte: SCR, database Saldo em Nov 2017
© Oliver Wyman

O papel do crédito pessoal não-consignado (2/3)

O ticket médio da modalidade é baixo para clientes com renda inferior a 10 salários mínimos

Número de operações por tamanho de empréstimo

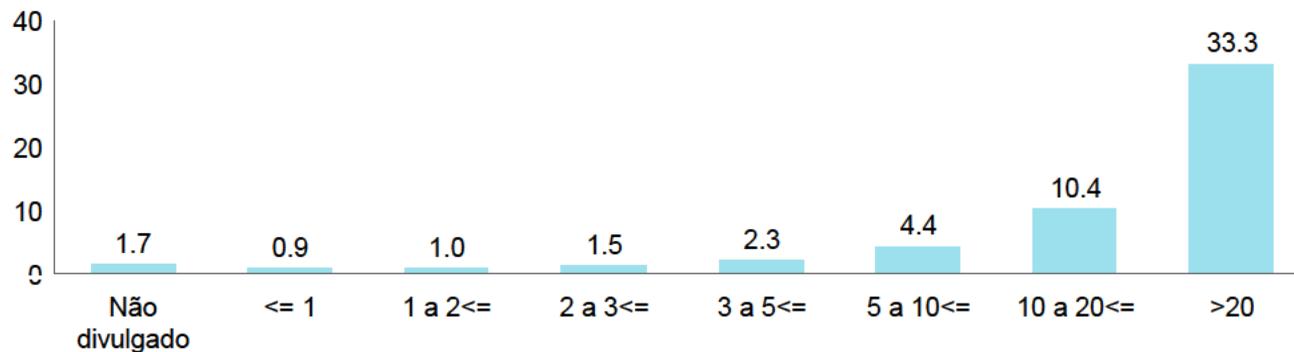
Em milhares de operações, por ticket da operação em R\$



90% do número de operações desta modalidade tem ticket menor de R\$ 5 mil

Ticket médio por faixa de renda

Em Milhares de R\$, por # de salários mínimos



Até 5 salários mínimos, o ticket médio está entre R\$ 1-2 mil

Ticket / renda ¹	-	93.9%	69.5%	64.3%	60.9%	63.1%	74.1%	-
-----------------------------	---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---

1. Ticket/ renda: Considerando limite intermediário do grupo. Nota: 1 salário mínimo em 2017 equivale a R\$937,00

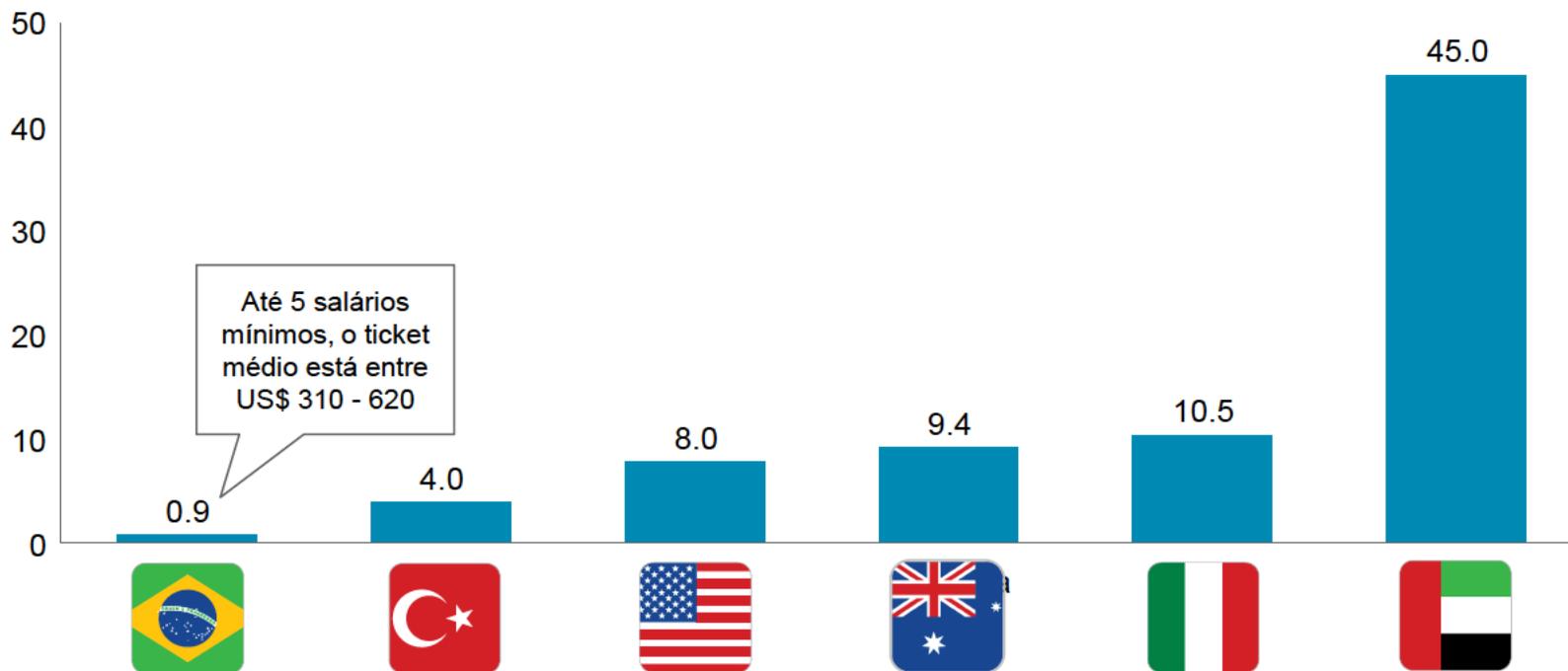
Fonte: SCR Concessão, Set/17

O papel do crédito pessoal não-consignado (3/3)

O Brasil apresenta o menor ticket médio e a menor parcela de renda comprometida dentre os países avaliados

Ticket médio por país

Em Milhares de USD por empréstimo



PIB / Capita (KUSD / pessoa)	8.6	10.8	57.5	49.9	30.5	37.6
Ticket / PIB per Capita	10.8%	37.1%	13.9%	18.7%	34.2%	119.6%

Fonte: Banco Mundial em 2016, Oliver Wyman

Comparativo de taxa de juros

As taxas de juros divulgadas ao público se mostram maiores frente às observadas nas operações recém-concessionadas

Taxa de juros

Em % ao ano

Divulgação pública ^{1,2}		SCR	
5 grandes bancos	67% - 97%	S1	45,9% - 86,2%
Bancos médios e pequenos	54% - 348%	S2 e S3	54% - 286%
Financeiras	159% - 898%	S4	Grande dispersão, com média 351% (financeiras) e 75% (agências de fomento)
Fintechs³	25% - 120%	S5³	34%

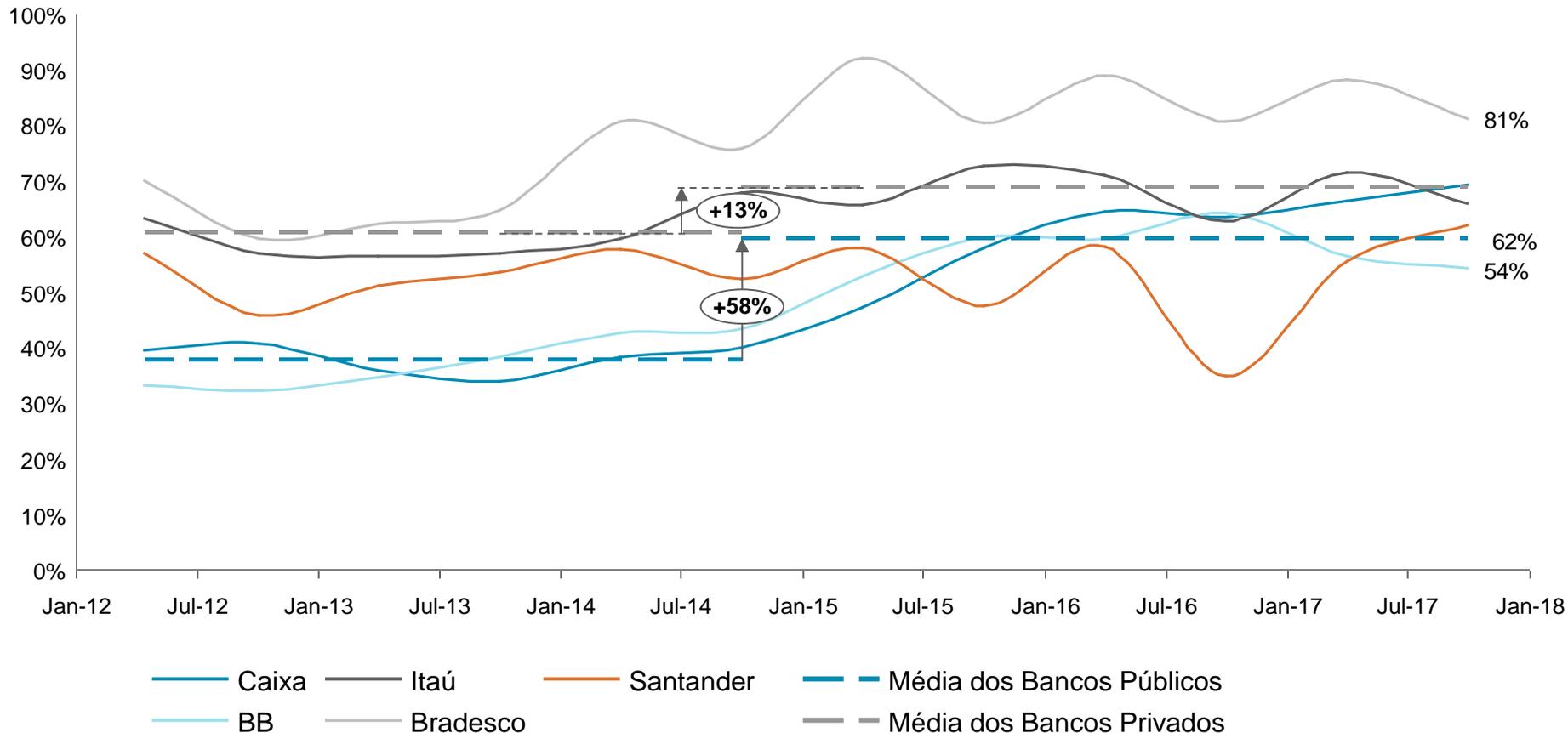
Informações tarjadas em razão do sigilo empresarial (art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.724, de 2012)

1. Não inclui operações referenciadas em tarifas reguladas, relacionadas a recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) ou quaisquer outros recursos compulsórios
 2. Não inclui saldo de crédito direcionado
 3. De informações públicas e *pitch-books* - ou seja, não são auditadas ou informadas oficialmente. Inclui plataformas de empréstimos para PME e varejo
- Fonte: Banco Central do Brasil IF Data, até set/2017, Relatórios Anuais de bancos do 2Q/2017 e análise da Oliver Wyman no SCR, Concessão Set/17

Ambiente competitivo (1/2)

Grandes bancos aumentaram em média as taxas cobradas na modalidade de crédito ao final de 2014

Evolução dos spreads anuais para crédito pessoal não-consignado¹
(Grandes bancos brasileiro, %)



1. Linhas de tendência do histórico de spreads anuais (diferença entre juros e taxa Selic) de cada um dos bancos para empréstimo pessoal não consignado. Fonte: Banco Central do Brasil.

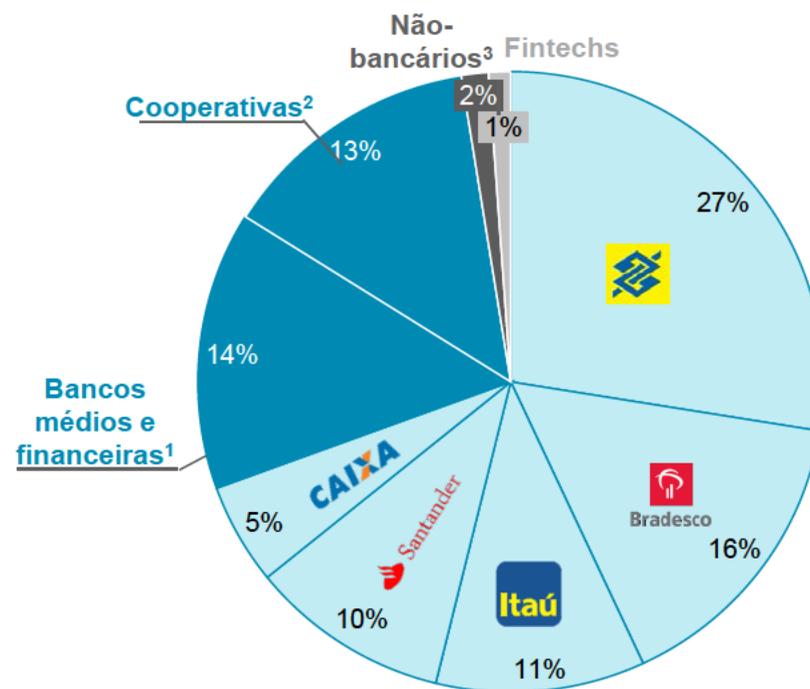
Ambiente competitivo (2/2)

Os maiores *players* dominam o mercado de crédito pessoal não-consignado, com participação relevante de banco público

Segmentação dos *players*



Market share de crédito pessoal não-consignado¹ Em Nov/17, em saldo

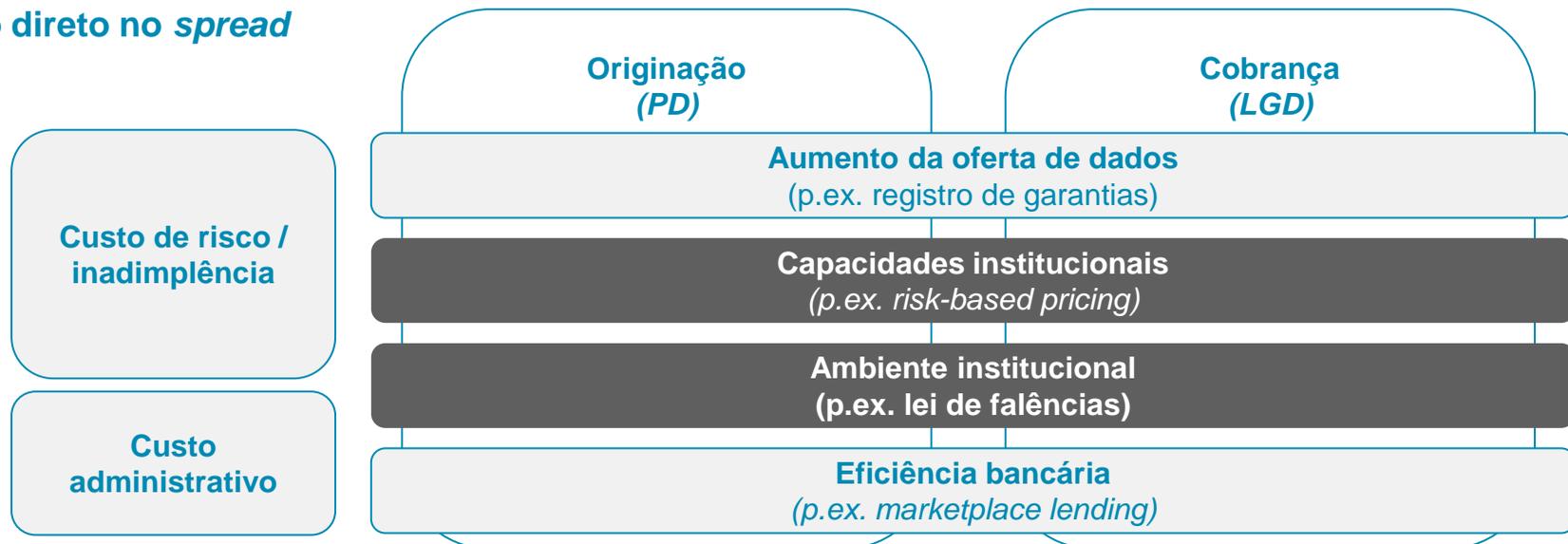


1. Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 2. Coop de crédito: S5 Privado; 3. Não-bancários: S4 estrangeiro
Fonte: SCR, Saldo Nov/17, análise Oliver Wyman

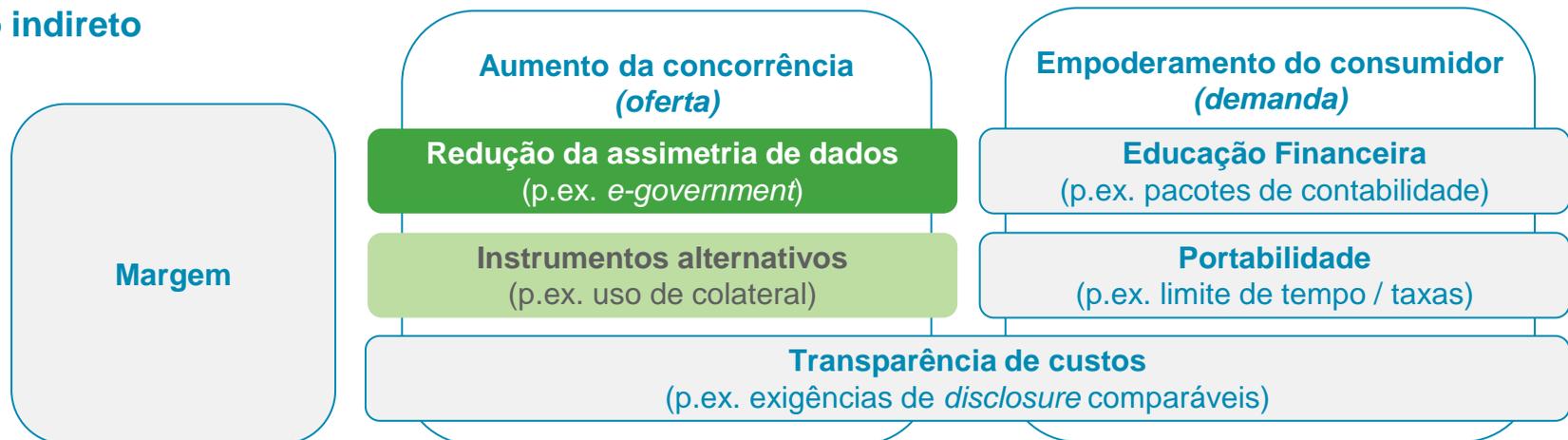
Framework de análise

Para cada componente de *spread*, elencamos as diferentes alavancas disponíveis para testar e endereçar as hipóteses de maneira ampla

Impacto direto no *spread*



Impacto indireto

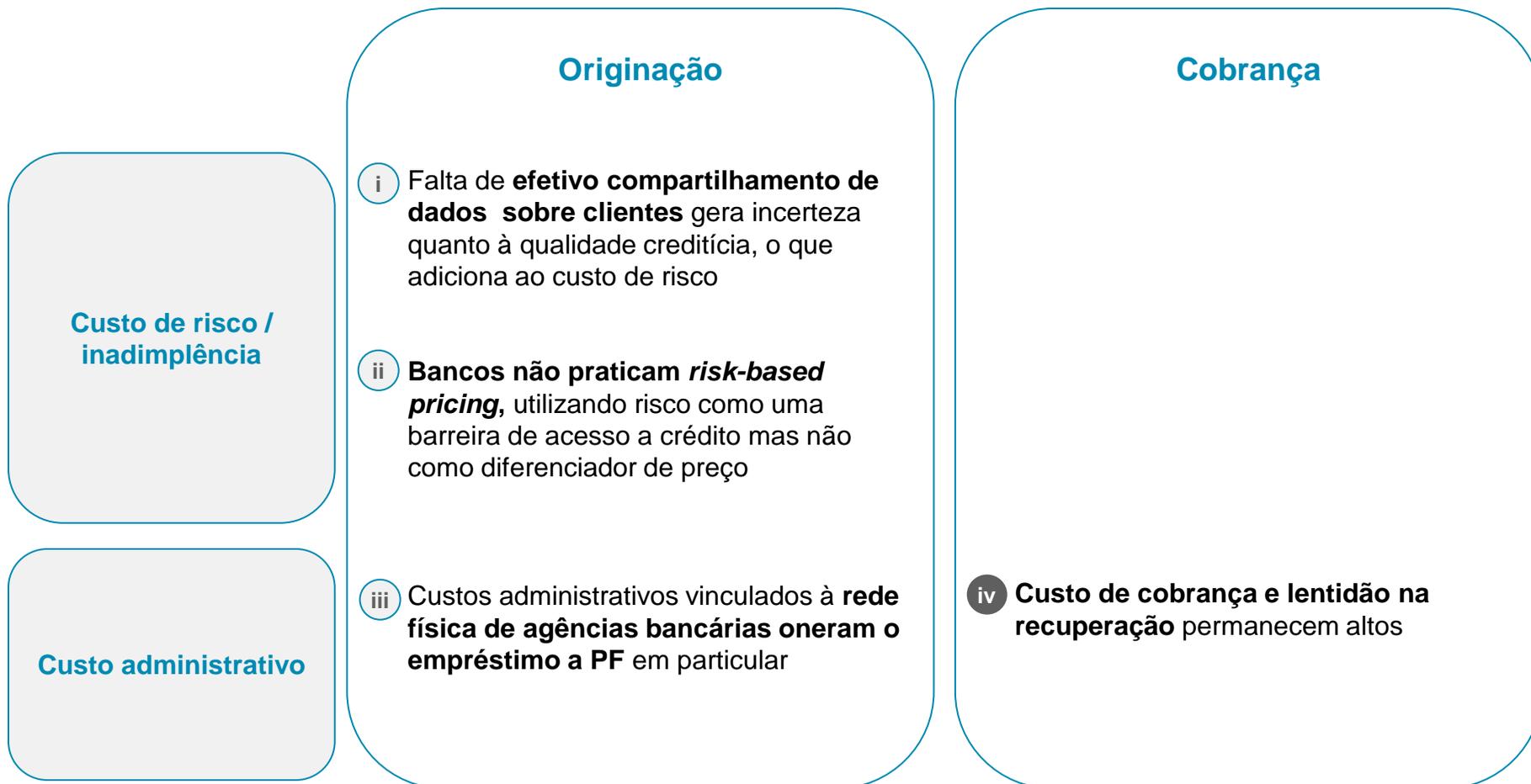


● ● ● Principais hipóteses

Hipóteses de trabalho

Potenciais razões para os altos custos de risco e administrativo no produto crédito pessoal não consolidado

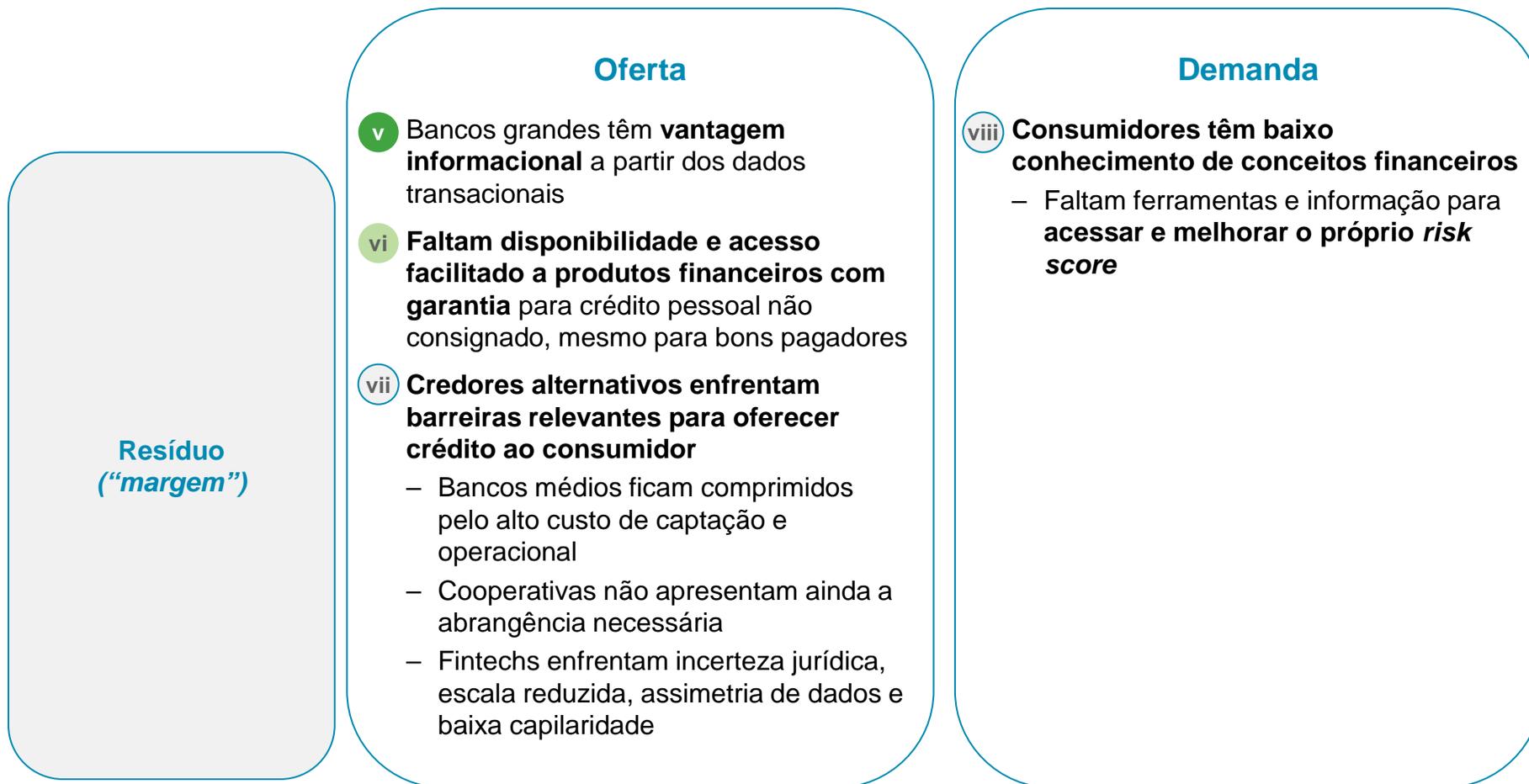
Hipóteses: impacto direto no *spread*



Hipóteses de trabalho

Potenciais razões para o alto resíduo (“margem”) no produto crédito pessoal não consignado

Hipóteses: impacto indireto no *spread*



i Falta de efetivo compartilhamento de dados sobre clientes gera incerteza quanto à qualidade creditícia, o que adiciona ao custo de risco
 O mercado de crédito no Brasil sofre com a baixa disponibilidade de informações em relação aos outros países

Requerimentos mínimos (Brasil) 

Lei brasileira detalha os campos de dados mínimos que devem ser contribuídos, mas são silenciosos em campos e fontes adicionais

1 Contribuinte de dados

- Nome
- ID (CNPJ/CPF)

2 Inform. do consumidor

- Nome
- ID (CNPJ/CPF)

Credit Report

3 Inform. de conta

- Tipo de relacionamento (ex.: crédito, comercial, serviços, outros)
- Data de início
- Crédito total originado (ou obrigação total)

4 Inform. transacional

- Data e tamanho:
 - Pagamentos devidos
 - Pagamentos devidos no passado
 - Pagamentos feitos

Prática internacional de compartilhamento de dados é mais ampla que o mínimo regulatório brasileiro

Metro 2 standards (EUA) 

1 Contribuinte de dados

- Nome
- ID
- Endereço
- Telefone #

2 Inform. do consumidor

- Nome
- ID (Segurança social)
- Endereço
- Telefone #
- Emprego(i.e. ocupação + contato do empregador)
- Informação do consumidor associado (ex.: vive no mesmo endereço)

Credit report

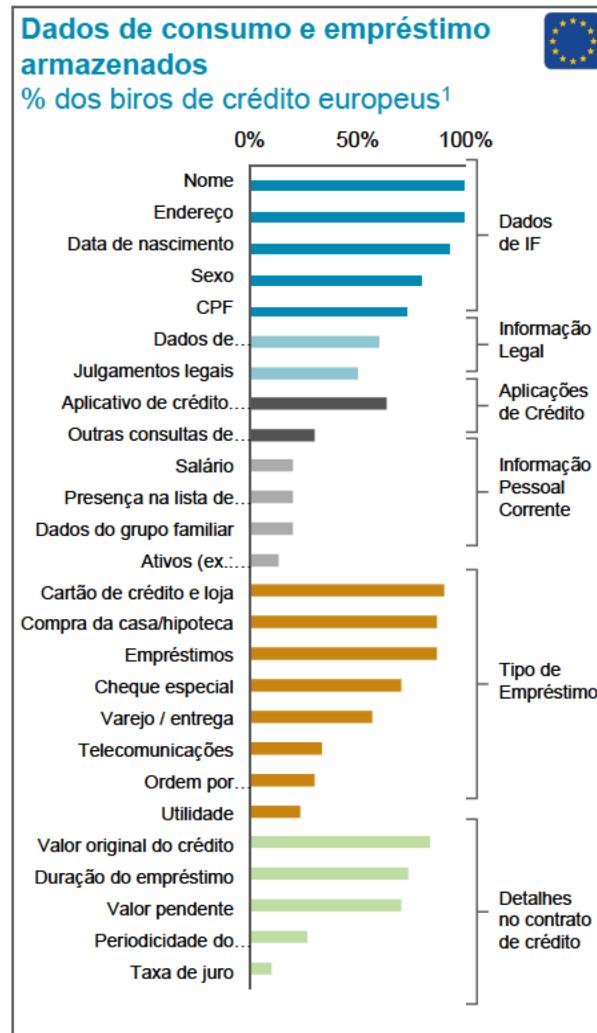
3 Inform. de conta

- Tipo de carteira (ex. Hipoteca, Rotativo)
- Tipo de conta (Auto Cartão de crédito, Utilitários)
- Data de início
- Data de encerramento
- Limite de crédito
- Máximo Crédito / Empréstimo Original
- Termo (duração e frequência)
- Nome original do credor
- Info. de transferência de portfólio

4 Inform. transacional

- Pagamento mensal agendado
- Pagamento real
- Perfil do histórico de pagamentos (24 meses)
- Saldo atual
- Montante em atraso
- Data do 1º atraso
- Data do último pagamento
- Pagamento especial (ex.: pagamento por balão)

Campos extra



1. Amostra de 30 biros de crédito europeus. Fonte: ACCIS (Association of Consumer Credit Information Suppliers) survey 2010 © Oliver Wyman

i Falta de efetivo compartilhamento de dados sobre clientes gera incerteza quanto à qualidade creditícia, o que adiciona ao custo de risco. Mesmo para a informação que existe, ainda há dificuldades e custos associados em adquiri-la.

Volume de dados disponíveis

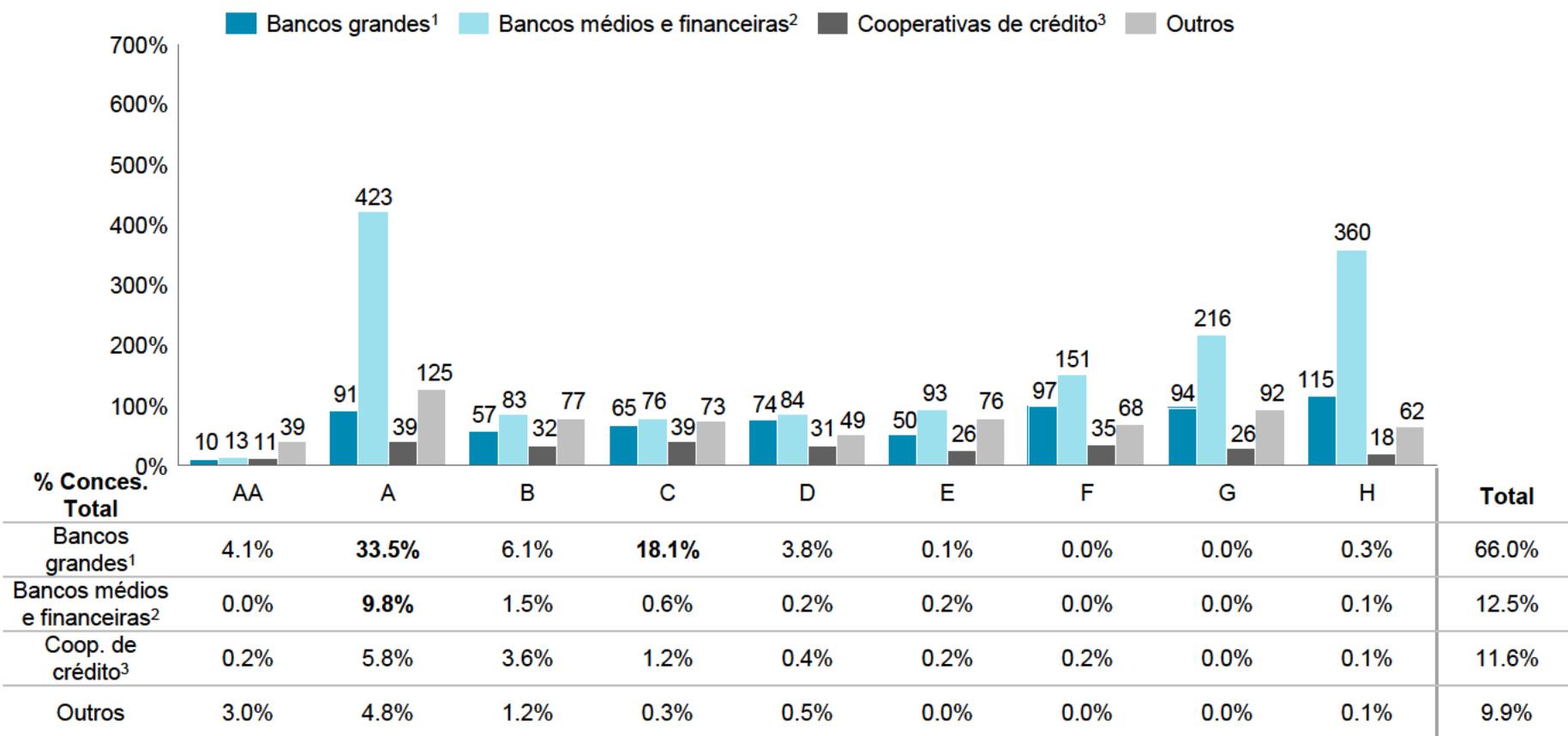
	Gov	SCR	Bureau	Propriedade	Transacional	Rede social
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> IRPF: últimos 18 anos Informação de PPE Programas de governo 	<ul style="list-style-type: none"> Informações abrangentes de exposição de crédito 	<ul style="list-style-type: none"> Fontes do mercado de dados negativos e de registro 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedade de ativos financeiros e reais 	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo de caixa do consumidor Registro interno 	<ul style="list-style-type: none"> Informação de registro disponível no público
Dados para avaliação de crédito	<ul style="list-style-type: none"> Conta bancária usada na submissão Resultado da declaração (ex.: reembolso recebido) 	<ul style="list-style-type: none"> Registro de mercado Limites globais, saldo e dias atrasados 	<ul style="list-style-type: none"> Registro de mercado Dados negativos: limites, saldo e dias atrasados Informação bancária 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos Ativos colateralizados 	<ul style="list-style-type: none"> Registro interno Limite, saldo e dias anteriores Conta / cartão de crédito CPF x CNPJ Renda / ganhos Geolocalização Redes / Links 	<ul style="list-style-type: none"> Registro público Dados pessoais não estruturados
Performance do crédito						
Disponibilização para todos credores¹						

Apesar de serem variáveis relevantes ao modelo de crédito, os dados não estão facilmente disponíveis

1. Considera instituições financeiras, cooperativas e empresas não bancárias
 Fonte: Área de modelagem de grandes bancos

ii) Bancos não praticam *risk-based pricing*, utilizando risco como uma barreira de acesso a crédito mas não como diferenciador de preço
 Precificação “one-size-fits-all” é praticada tanto por pequenos quanto grandes bancos

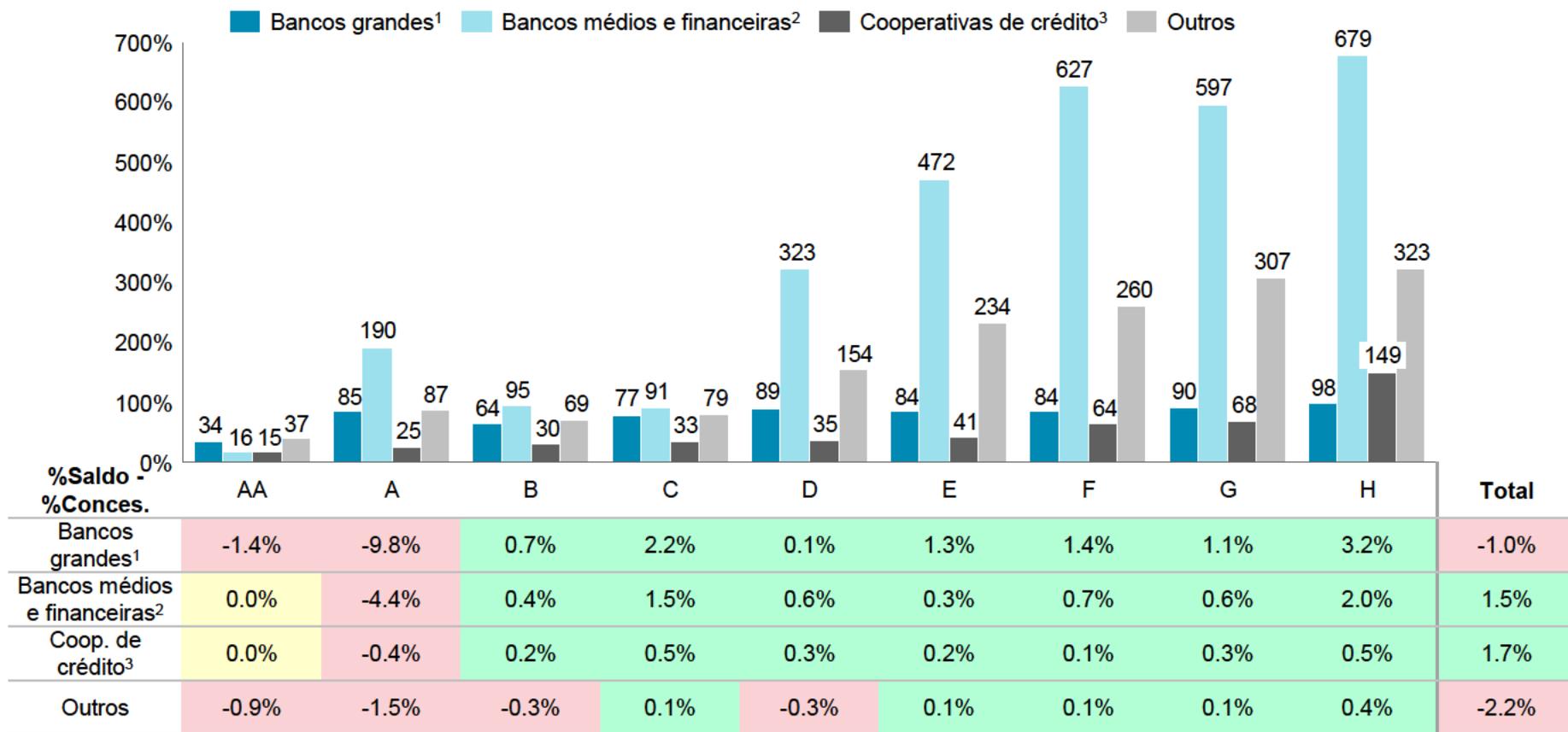
Taxa de juros cobrada por porte de IF e classe de risco
 % a.a. – Concessão em Mar/17



1. Bancos grandes: S1s; 2. Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 3. Coop de crédito: S5 Privado
 Fonte: SCR, Concessão Mar/17

ii Bancos não praticam *risk-based pricing*, utilizando risco como uma barreira de acesso a crédito mas não como diferenciador de preço
 Precificação “one-size-fits-all” é praticada tanto por pequenos quanto grandes bancos

Taxa de juros cobrada por porte de IF e classe de risco
 % a.a. – Saldo em Nov/17 da Safra contratada em Mar/17

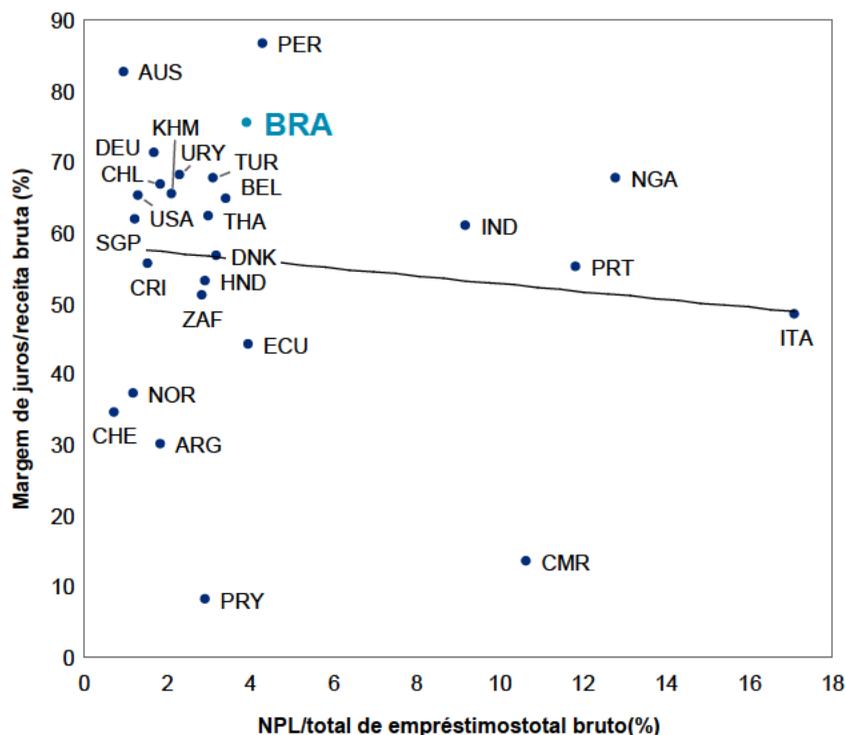


1.Bancos grandes: S1s; 2.Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 3.Coop de crédito: S5 Privado
 Fonte: SCR, Saldo em Nov/17 da Safra contratada em Mar/17

- ii Bancos não praticam *risk-based pricing*, utilizando risco como uma barreira de acesso a crédito mas não como diferenciador de preço
Bancos não têm incentivos para abandonar este modelo, uma vez que conseguem manter margens elevadas, a despeito da alta inadimplência

NPL¹ vs Margem

Benchmark internacional relacionando margem e inadimplência



Considerando outros países com mesmo nível de inadimplência, a margem de crédito no Brasil tem participação maior na receita

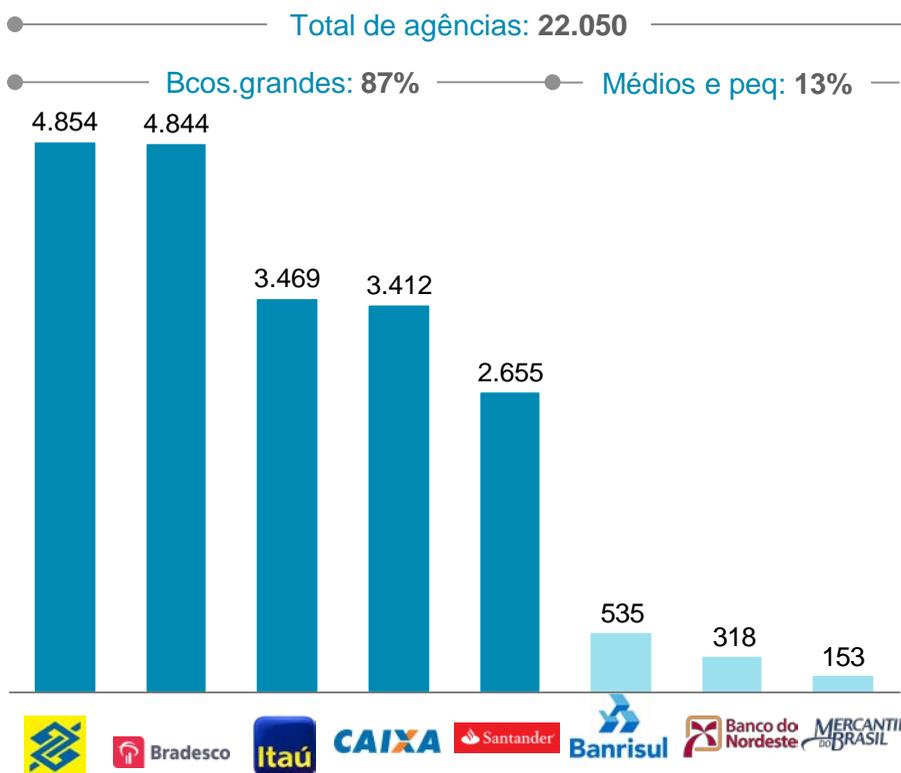
Mesmo com inadimplência alta, a margem de retorno continua elevada

- **Precificação** da concessão de crédito pessoal semelhante à do **mercado de seguros**
 - Precificação considera que os juros de bons pagadores são o prêmio para arcar com a sinistralidade – a inadimplência dos maus
 - Margem conservadora, de modo a manter ganhos saudáveis mesmo em cenários de alto estresse
- Bancos não têm incentivos para abandonar este modelo e adotar *risk-based pricing*, uma vez que **conseguem manter margens de crédito elevadas, a despeito da alta taxa de inadimplência**
 - Alto custo de mudança caso precificação não esteja adequadamente ajustada – nenhum dos grandes bancos quer correr o risco de ser o “desbravador” e perder posição de mercado
 - Histórico do mercado acarretou em falta de foco institucional dos bancos em produzir modelos de precificação mais complexos
 - Inexistência de legislação que exija / motive bancos a atualizar e melhorar modelos de risco

iii Custos administrativos vinculados à rede física de agências bancárias oneram o empréstimo a PF em particular

Apesar do aumento das agências digitais, gastos com as agências físicas ainda são altos

Ranking de bancos por número de agências bancárias¹



Diminuição de agências bancárias

- Estudo recente² estima que cerca de 30% dos funcionários trabalham nas agências, os quais juntos com gastos em segurança, transporte, aluguel e outros relacionados ao funcionamento da agência correspondem a cerca de 50% das despesas administrativas
- **Aumento de transações por canais digitais**, que atingiram **61,9% das transações em 2016** resulta em diversos bancos começarem a fechar as agências bancárias:
 - **Itaú:** Fechou um total de 448 agências e postos de atendimento em 2016 enquanto adicionou 631 mil clientes à plataforma virtual³
 - **Banco do Brasil:** anunciou no final de 2016 um plano de reestruturação que inclui fechamento de 402 agências e transformação de 379 em postos de atendimento³
- **Uma redução de 50% no total de agências reduziria os custos administrativos em 25%.** Parte da redução é compensada por maior custo em TI para implantação de plataformas digitais²

1. Posição em 31/10/2017.

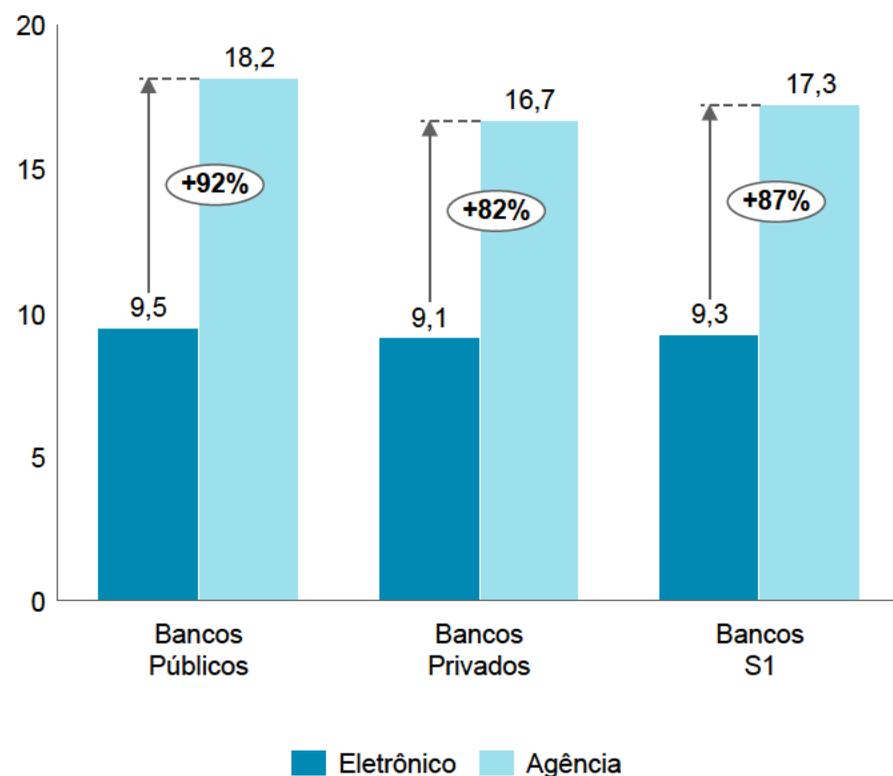
Fonte: IF.Data Banco Central do Brasil. 2. Relatório do Goldman Sachs de 03/2017: *Future of Finance Fintech's Brazil Moment*. 3. Mídia especializada

iii Custos administrativos vinculados à rede física de agências bancárias oneram o empréstimo a PF em particular

No crédito, ganhos de eficiência com digitalização e autosserviço são incorporados à margem, e não repassados ao consumidor

Serviços: taxa cobrada para TED/DOC

Em R\$/operação



Discrepância de custos por canal

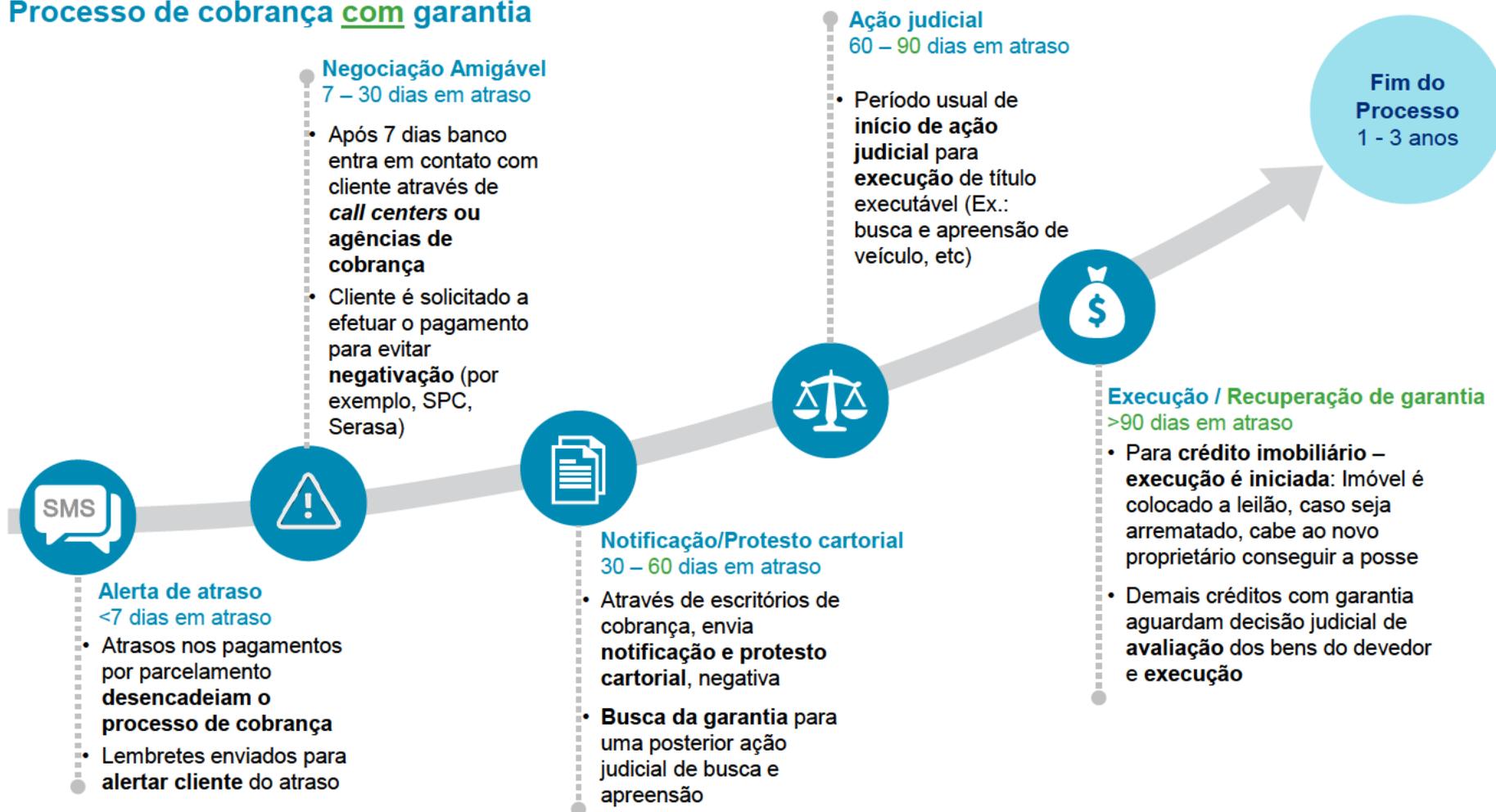
- Serviços realizados em agência possuem precificação muito superior quando comparados com meios eletrônicos
 - O serviço realizado chega a ser **92% mais caro do que por meio online** em bancos públicos
 - Rateio do custo de agência entre produtos é um dos principais *drivers* para aumento do preço – que é maximizado justamente para criar o incentivo de autosserviço
- **Precificação de crédito, por outro lado, não apresenta diferença** de custo de acordo com canal de origem
 - **Carga de custo operacional é feita na média, onerando todos os empréstimos** mesmo que não haja custo de agências
 - Ganhos de eficiência com digitalização e autosserviço são incorporados à margem, e não repassados ao consumidor como forma de aumentar *market share*

1. Posição em 31/10/2017.
Fonte: site Banco Central do Brasil

iv Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos

A cobrança do crédito envolve um processo de alto custo para o credor e que pode levar anos até o seu fim...

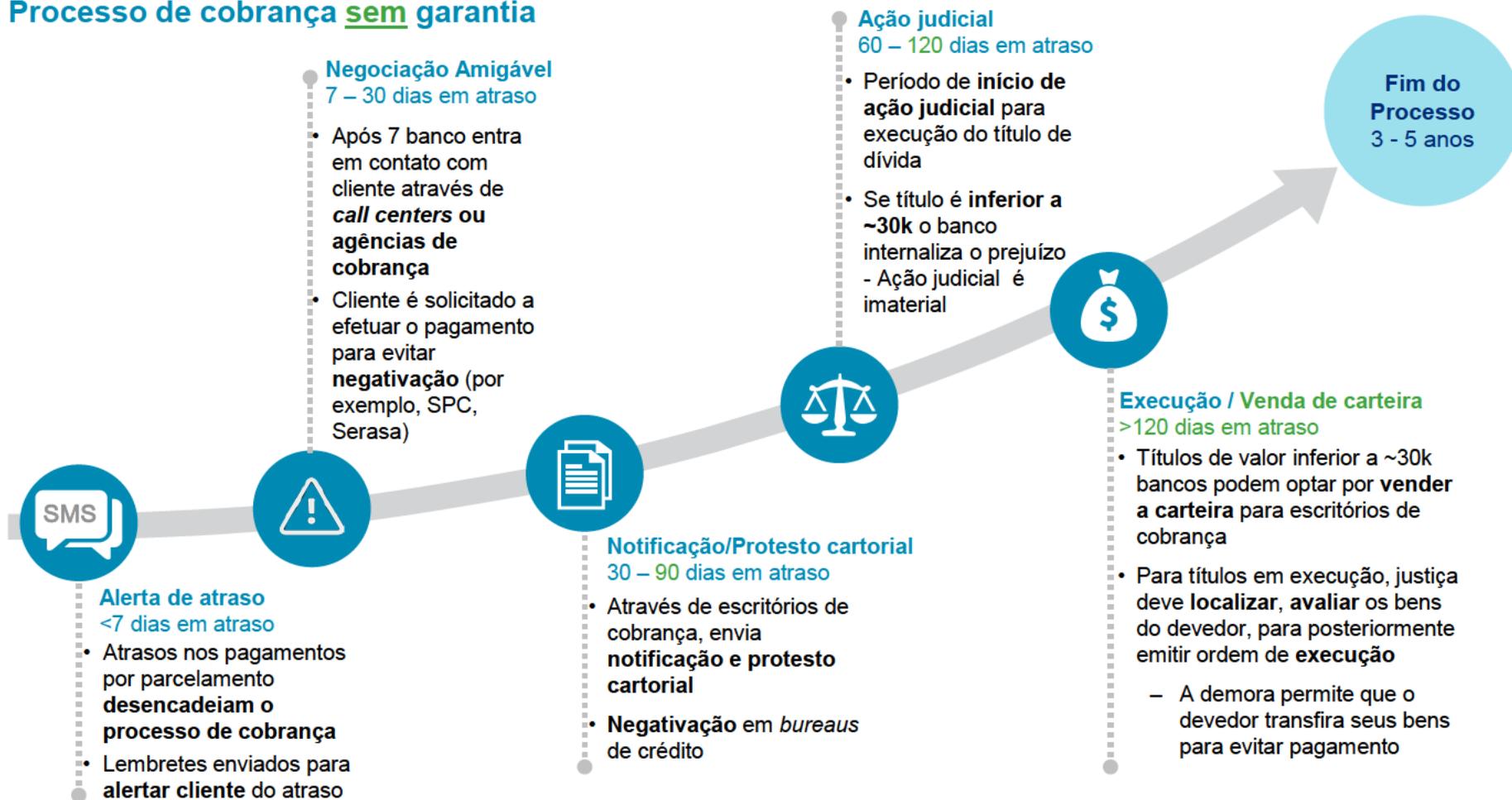
Processo de cobrança com garantia



Fonte: Entrevista OW com área de Contencioso cível de Bancos

iv Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos ... E para crédito sem garantia leva-se ainda mais tempo até o fim do processo de cobrança

Processo de cobrança sem garantia



- iv **Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos**
... Parte é explicada pela característica do mercado de cobrança, que é muito mais fragmentada e carece de especialização no Brasil em comparação com as melhores práticas internacionais...



1. Indústria desagregada de cobranças

- *Players* locais atuam como agências para bancos e instituições financeiras
- Volume grande de cobranças ainda processado internamente por bancos

2. Especialização limitada

- Cobranças especializadas apenas para atividades com maior valor
- Terceiros com experiência mais recente no tratamento do cliente

3. Processos burocráticos

- Não há otimização de processos e pessoal de acordo com segmento e estágio do processo de cobranças
- Ausência de padronização de requisitos para um mesmo processo entre os cartórios

4. Regras legais específicas

- Aumento do foco em proteção ao consumidor



Mercados Internacionais

1. Indústria consolidada de cobranças

- Grandes *players*, muitas vezes com presença internacional e experiência
- Volumes importantes de atividades de recuperação e coleta são terceirizados

2. Alto grau de especialização

- Processos e análises diferenciados para otimizar os tratamentos em produtos, segmentos e estágio de inadimplência
- Gerenciamento proativo de operações internas e externas para otimizar o valor total para o banco
- Pessoal qualificado alocado em áreas onde terão o maior impacto

3. Processos diferenciados

- Processos personalizados por produto, tamanho de exposição e estágio de inadimplência

4. Estrutura legal menos rigorosa

- Proteção ao consumidor equilibrada com exigência de garantia de direitos dos credores

- iv **Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos**
... Outra parte é explicada pela dependência do processo dos cartórios, que por serem instituições independentes entre si, não há uma padronização de regras e procedimentos entre eles

“
“ *Notários e oficiais de registro gozam de **independência no exercício de suas atribuições**, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei.*”

– Artigo 28, lei dos Cartórios (8.935/94)



“
“ *Cada cartório tem suas próprias regras: alguns solicitam documentos que outros não pedem*”

– Executivo do banco
Departamento de cobrança imobiliária

“
“ *Cartórios têm seu próprio entendimento sobre a regulação, aplicando quando conveniente*”

– Executivo do banco
Departamento de cobrança imobiliária

“
“ *É impossível padronizar cartórios, porque eles analisam a lei de formas distintas. Ademais, a última coisa que eles querem é mudar e correr o risco de perder seu negócio lucrativo*”

– Executivo do banco
Departamento de crédito imobiliário

iv Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos

Alta variação dos custos com cartórios durante processo de cobrança

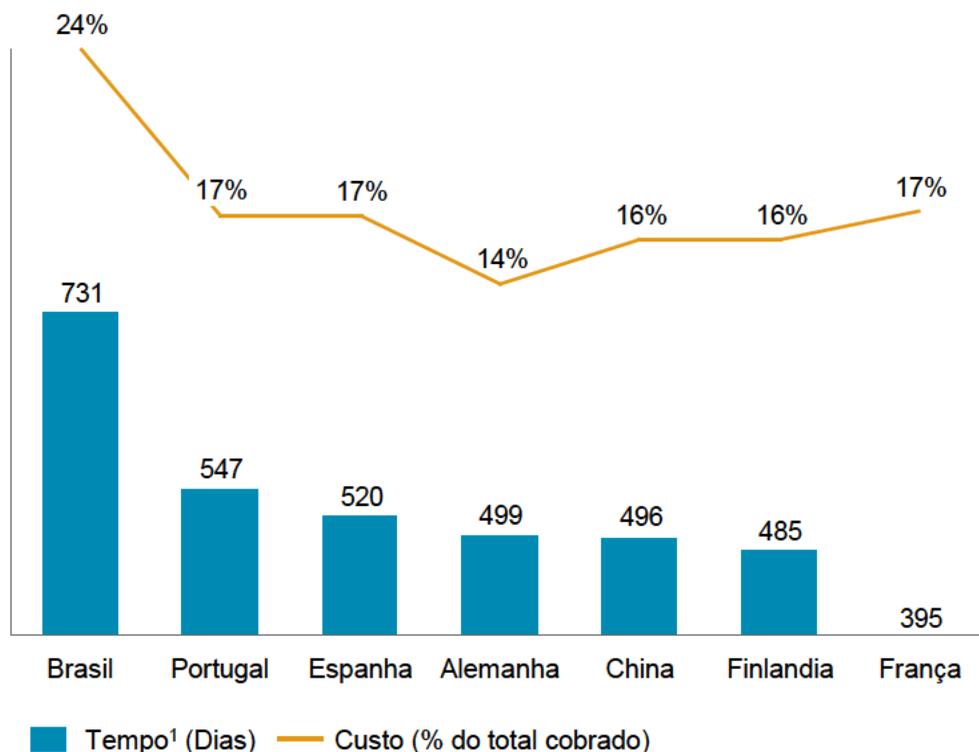
Intimação do devedor

Recuperação da garantia

Cartório	Cidade	Documentos requeridos	Preço	Pagamento	Documentos requeridos	Preço	Pagamento
A	São Paulo SP	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Folha de dívidas Formulário de solicitação 	R\$ 500,00	<ul style="list-style-type: none"> Apenas dinheiro Antecipado 	<ul style="list-style-type: none"> Procuração Substabelecimento' (2x) Matrícula' (2x) Formulário de solicitação (2x) Formulário do cartório Recibo ITBI Recibo de pagamento 'Decurso de prazo' 	Recibo de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Apenas dinheiro Antecipado
B	Jaboticabal SP	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Folha de dívida (3x) Formulário de solicitação 	Definido caso-a-caso	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito No ato do recebimento 	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Formulário de solicitação Recibo ITBI 	Recibo de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito Antecipado
C	Ribeirão Preto SP	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Folha de dívida Formulário de solicitação 	R\$ 156,28	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito Antecipado 	<ul style="list-style-type: none"> Procuração Formulário de solicitação assinado pelo credor, com valor Recibo ITBI Recibo de pagamento Cópia do contrato de crédito 	Recibo de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito Antecipado
D	Brasília DF	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Folha de dívida (2x) Formulário de solicitação (2x) 	R\$ 227,85	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito 	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Formulário de solicitação Recibo ITBI Recibo de pagamento 	R\$ 227,85	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito Antecipado
E	Orleans SC	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Folha de dívida (2x por endereço) 	Definido caso-a-caso	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito No ato do recebimento 	<ul style="list-style-type: none"> Procuração 'Substabelecimento' Formulário de solicitação Recibo ITBI Registro da propriedade Formulário de transf. da prop. 	Recibo de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Dinheiro ou depósito No ato do recebimento

iv Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos ... Adicionalmente observamos ineficiência de tempo e custo do processo brasileiro...

Benchmark de Custo e Tempo de processo judicial



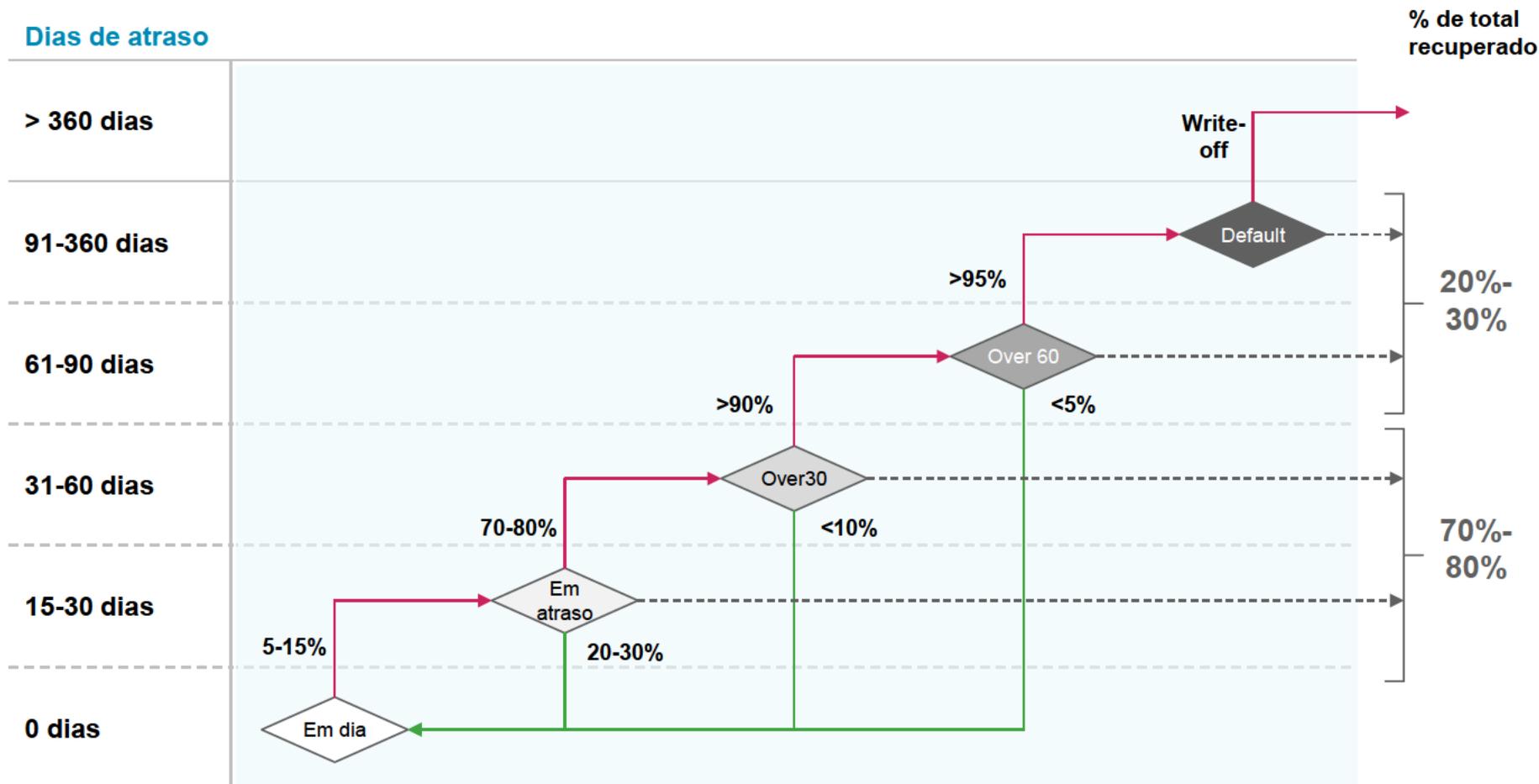
1. Tempo: (i) Preenchimento e submissão; (ii) julgamento e sentença; and (iii) execução
Fonte: Banco Mundial, Relatório *Doing Business*

Reformas internacionais

- Sistemas de gerenciamento dando suporte ao fluxo manual de casos através de formulários e arquivos
 - contribuem para a pontualidade geral
 - eficiência do sistema de justiça
- Introdução de novos recursos de gerenciamento de casos
- Expansão dos sistemas existentes de gerenciamento de casos e de automação de tribunais
- Implementação da plataforma para a submissão eletrônica da queixa inicial
- Fomentar o sistema de arquivamento eletrônico, integrando-o com uma plataforma que permita que litigantes paguem as tarifas judiciais eletronicamente

iv Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos
 ... Resultando em um índice de recuperação pós-*default* entre 20-30% no Brasil

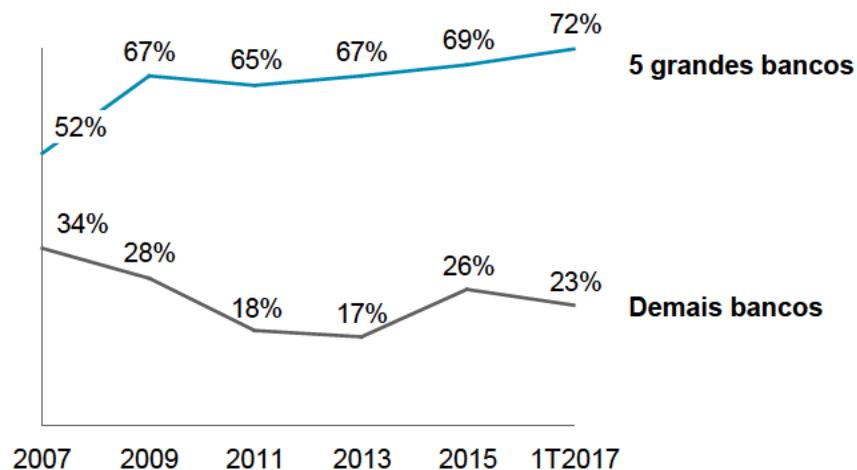
Esquema de cobrança – benchmark de grandes bancos para empréstimos pessoais não-consolidados



Fonte: Análise OW da experiência de projetos anteriores

v Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais

Evolução dos ativos totais

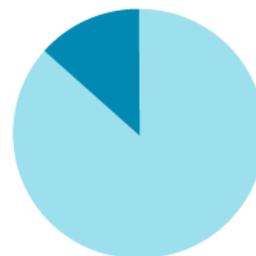
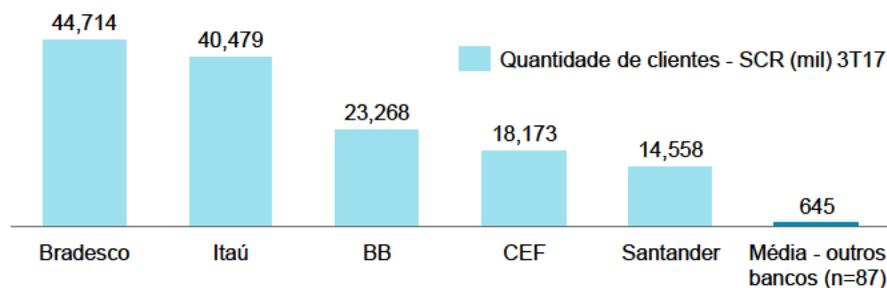


Aumento da concentração bancária devido a

- Busca pelo **aumento da eficiência** após a crise de 2008
- **Barreira de entradas** no setor – forte regulação, altos custos de *funding* e fortes *players* locais estabelecidos
- **Políticas** priorizaram a solidez do sistema e não o aumento ou proteção da competição bancária

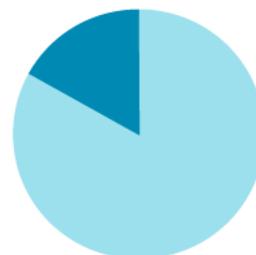
Número de clientes de cada IF

Grandes bancos têm vantagem em relação a dados uma vez que sua base de cliente é muito maior que das outras IFs



Depósitos à vista (1T17)

- 5 grandes bancos : **87%**
- Demais bancos: **13%**



Crédito (1T17)

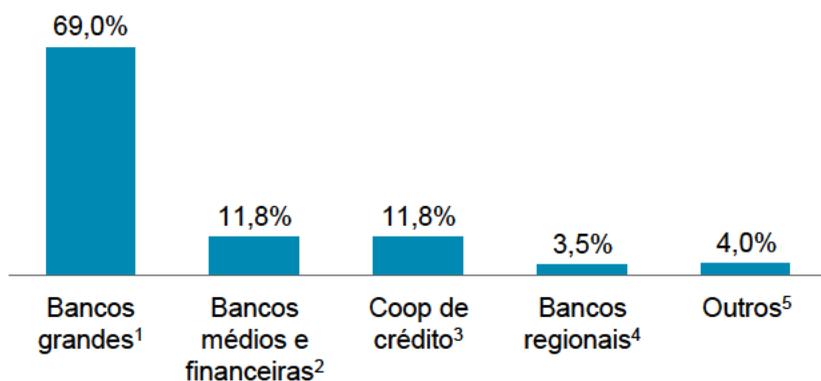
- 5 grandes bancos : **83%**
- Demais bancos: **17%**

v Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais

Bancos de maior porte são beneficiados pelo maior volume de informação proveniente de suas extensas bases de clientes...

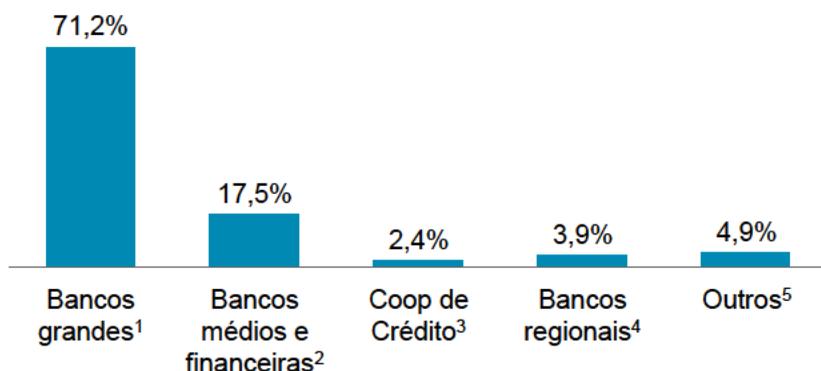
Saldo da carteira de crédito pessoal não-consolidado¹

Por porte da IF



Nº de operações de crédito pessoal não consolidado

Por porte da IF



Comentários

- O custo de inadimplência de um empréstimo é estimado *ex-ante* através de modelos que utilizam quantidade relevante de dados sobre o consumidor em questão – **informações financeiras, demográficas, comportamentais, transacionais, etc.**
- A estimativa é estatística, e consegue ser apenas tão precisa quanto forem **corretos e abundantes os dados**, não só sobre o consumidor em questão, mas também o grupo de consumidores em segmentos similares
- Neste quesito, bancos grandes são muito beneficiados por conta de suas extensas bases de clientes
 - Em Novembro de 2017, **bancos grandes consolidavam 71% de todas as operações de clientes** com operações de crédito no SFN, dando-lhes acesso ao comportamento de boa parte da população como massa crítica de modelagem
 - Capacidade técnica e operacional em lidar com dados para diversos segmentos também se mostra relevante, com bancos grandes sendo menos restritos a nichos específicos

1.Bancos grandes: S1s; 2.Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 3.Coop de crédito: S5 Privado; 4.Bancos regionais: S2 e S3 público; 5.Outros: S2 Privado e Estrangeiro, S3 e S4 estrangeiros

Fonte: SCR, Saldo Nov/2017

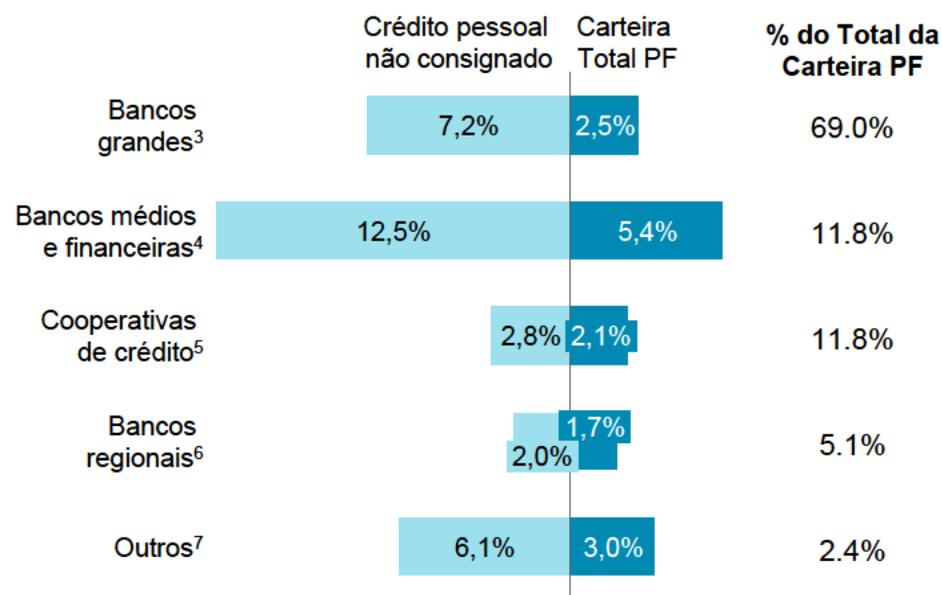
© Oliver Wyman

v Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais

... Sendo *first stop* de clientes de crédito, com a vantagem de selecionar clientes com melhor saúde financeira

Operações de crédito vencidas por credor^{1,2}

Em mar/17



Comentários

- Bancos grandes se beneficiam da menor assimetria de informação e apresentam um menor índice de inadimplência em sua carteira de crédito PF
- Devido a uma combinação de seleção adversa menor acesso a informação, **bancos pequenos e médios têm em suas carteiras de crédito, clientes com pior capacidade de pagamento**
 - Tais clientes, por não conseguirem crédito com bancos grandes, recorrem aos bancos menores mediante cobrança de maiores taxas de crédito (*seleção adversa*)
 - Para os clientes que chegam ao banco médio, há menos dados para avaliar a qualidade creditícia, separando os “bons dos maus”, o que aumenta a incerteza e piora a performance dos modelos (*menor acesso a dados*)
- Cooperativas de crédito demonstram comportamento similar ao de bancos grandes: níveis de inadimplência baixos por conhecerem os clientes (são associados das cooperativas) a quem emprestam
- As empresas consideradas ‘não-bancárias’ apresentam carteiras de crédito com a pior qualidade dentre as instituições, devido tanto a nichos de mercado (crédito para negativados) quanto assimetria de informação.

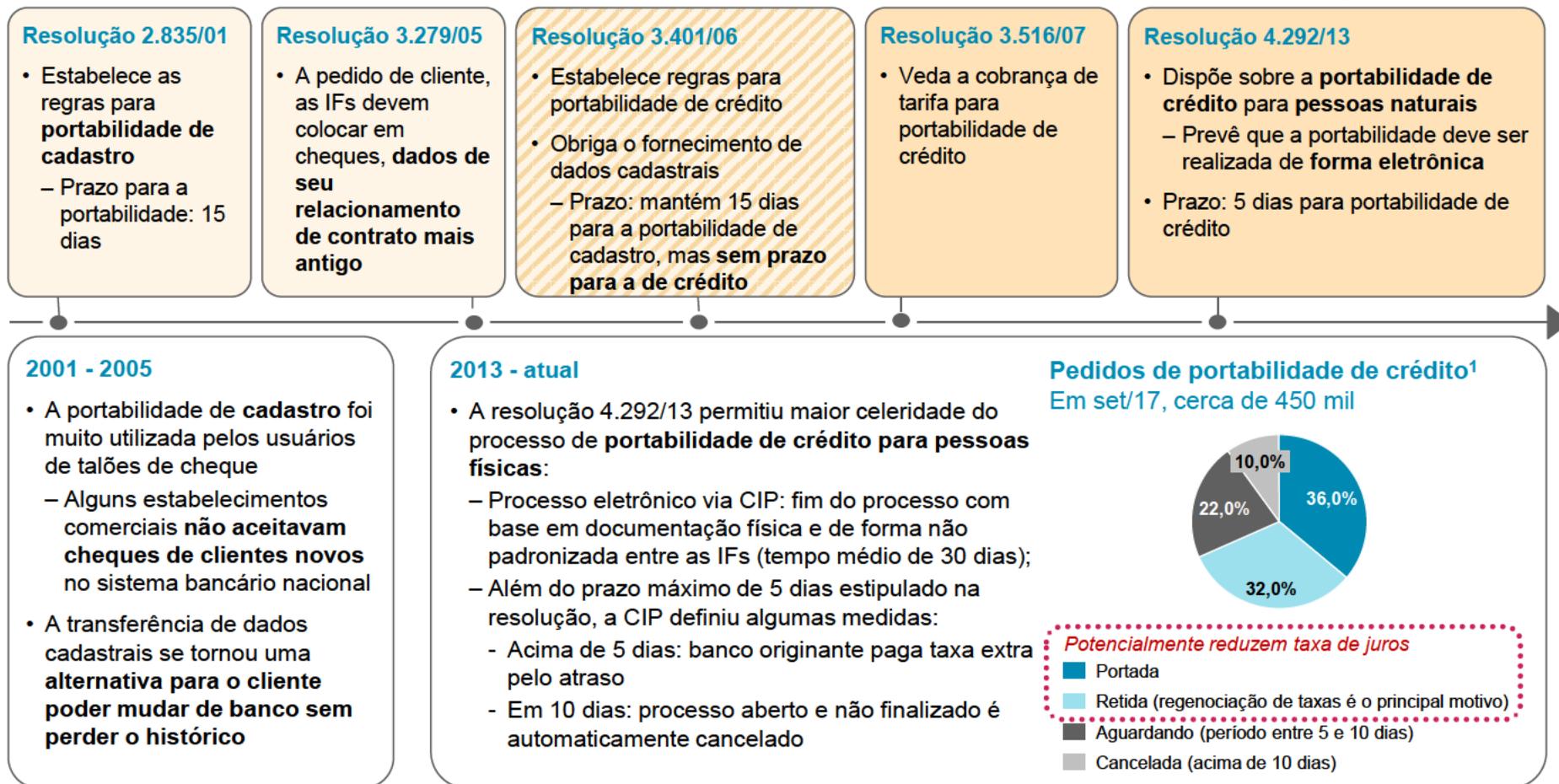
1. Operações de crédito vencidas acima de 15 dias.; 2. Segundo classificação do Bacen; 3. Bancos grandes: S1s; 4. Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado; 5. Coop de crédito: S5 Privado; 6. Bancos regionais: S2 e S3 público; 7. Outros: S2 Privado e Estrangeiro, S3 e S4 estrangeiros;
Fonte: Banco Central do Brasil IF.Data Set/17 e SCR Saldo Set/17

v Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais

A portabilidade de dados cadastrais, um dos recursos contra a assimetria de informações, era muito utilizada para cheques mas caiu em desuso

Portabilidade de dados cadastrais e de crédito no Brasil

- Relacionada a portabilidade de dados
- Relacionada a portabilidade de crédito



v Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais

A adesão à portabilidade de cadastro e de crédito é baixa, sendo a prática pouco conhecida

Tipo de portabilidade	Principais características
Salário	<ul style="list-style-type: none">• Prazo: 5 dias para que a instituição financeira aceite a indicação de nova conta
Dados	<ul style="list-style-type: none">• A resolução 3.401/06 exige informações de:<ul style="list-style-type: none">– Saldo médio mensal– Histórico das operações de empréstimos– Saldo das aplicações financeiras• Não há requisitos operacionais• Prazo: 15 dias para a portabilidade de cadastro
Crédito	<ul style="list-style-type: none">• A portabilidade de crédito é permitida para todas as modalidades de crédito<ul style="list-style-type: none">– Maior celeridade com processo eletrônico para: crédito imobiliário, financiamento de veículos, crédito direto ao consumidor, crédito pessoal e crédito consignado• Baixo volume portado, representando cerca de 0,1% da carteira de crédito PF• Prazo: 5 dias para a portabilidade de crédito

Implicações

Escopo de dados:

- **Informações exigidas são limitadas**, afetando avaliação da capacidade de pagamento do tomador de crédito

Operacional:

- Processo não padronizado
- Portabilidade de crédito foi o principal motivo de reclamações no Bacen em 2015 e 2016, geralmente relativas a restrições e falta de informação
 - Resolução não especifica documentação necessária: **cada instituição define próprias regras** e políticas de *compliance*, que vão além do mínimo exigido para KYC¹ e PLD²

Prazo:

- Diferença de prazos torna o uso da **portabilidade de cadastro inviável como forma de reduzir a assimetria** de informação que resulte em menor taxa de juros para uma portabilidade de crédito

Oferta:

- Apesar da portabilidade abranger outras modalidades, **mais de 99% dos pedidos de portabilidade são consignado**
 - A portabilidade de crédito só está funcionando para a modalidade que é **menos afetada pela assimetria de informação**

Demanda:

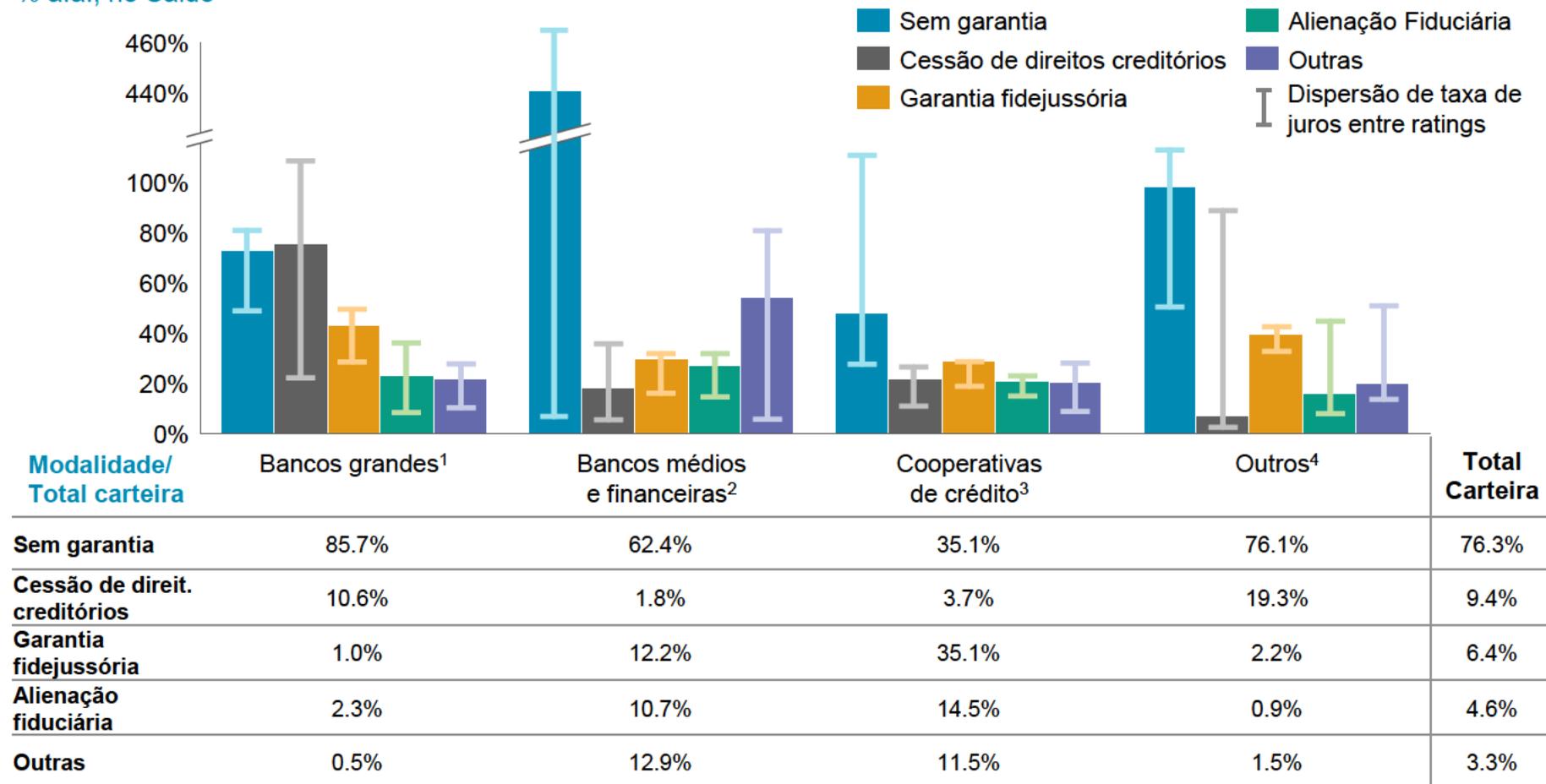
- Baixo volume portado indica **baixo conhecimento** da população, mesmo após exigência de divulgação em formato visível (art. 13 da resolução nº 4.292/13)
- O devedor busca conveniência ao escolher um serviço, com isso a portabilidade tem que ser um **processo cômodo e prático**

1. *Know your customer*; 2. Prevenção à lavagem de dinheiro. Fonte: entrevistas e normas Banco Central do Brasil.

vi **Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores**
Clientes sem acesso ao crédito sem garantia em grandes bancos sofrem com taxas de juros quase 6 vezes maiores em bancos médios e financeiras

Taxa de juros cobrado por credor em cada modalidade de garantia

% a.a., no Saldo



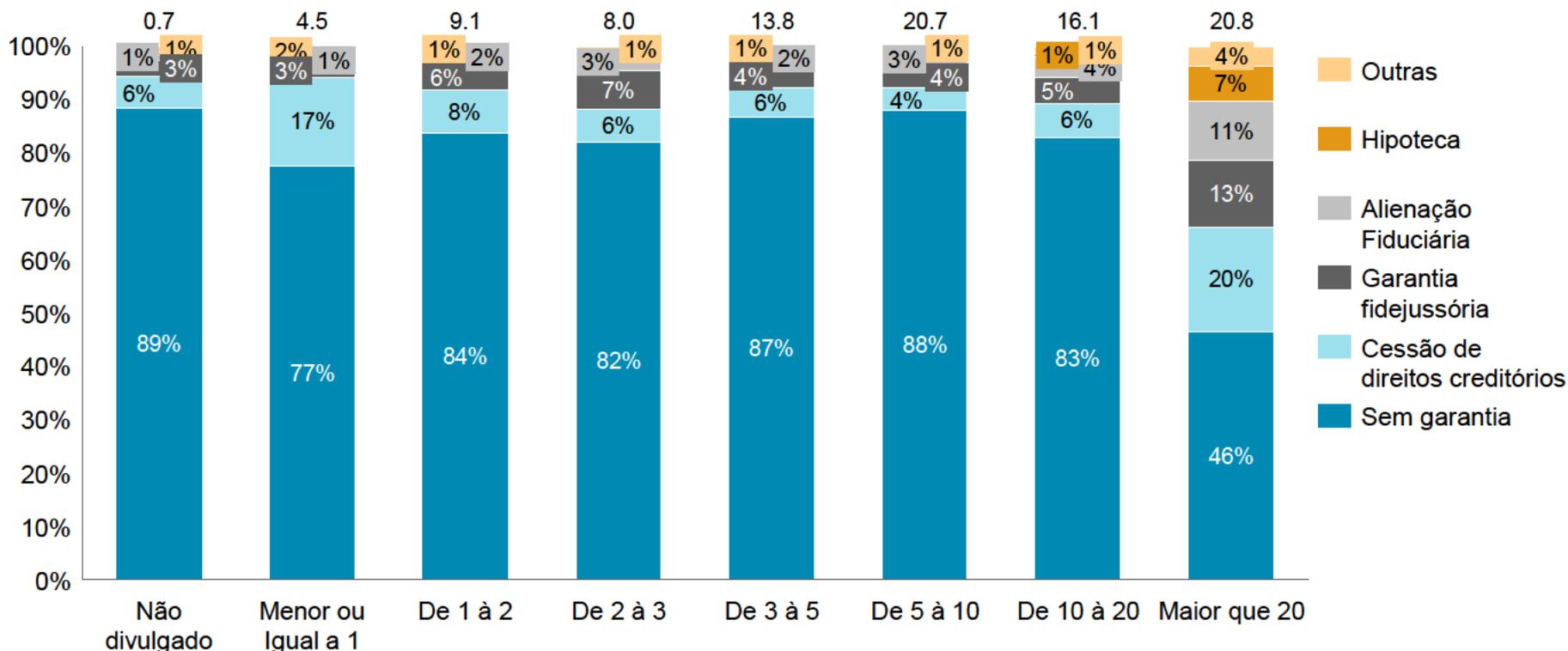
1.Bancos grandes: S1s; 2.Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado ; 3.Coop de crédito: S5 Privado; 4.Outros: Demais segmentos prudenciais

Fonte: SCR, Saldo Nov/17

- vi **Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores**
Em geral, mais de 80% do saldo de crédito desta modalidade não possui garantia

Distribuição do saldo da carteira por submodalidades de empréstimo

Em R\$ bi, por salários mínimos

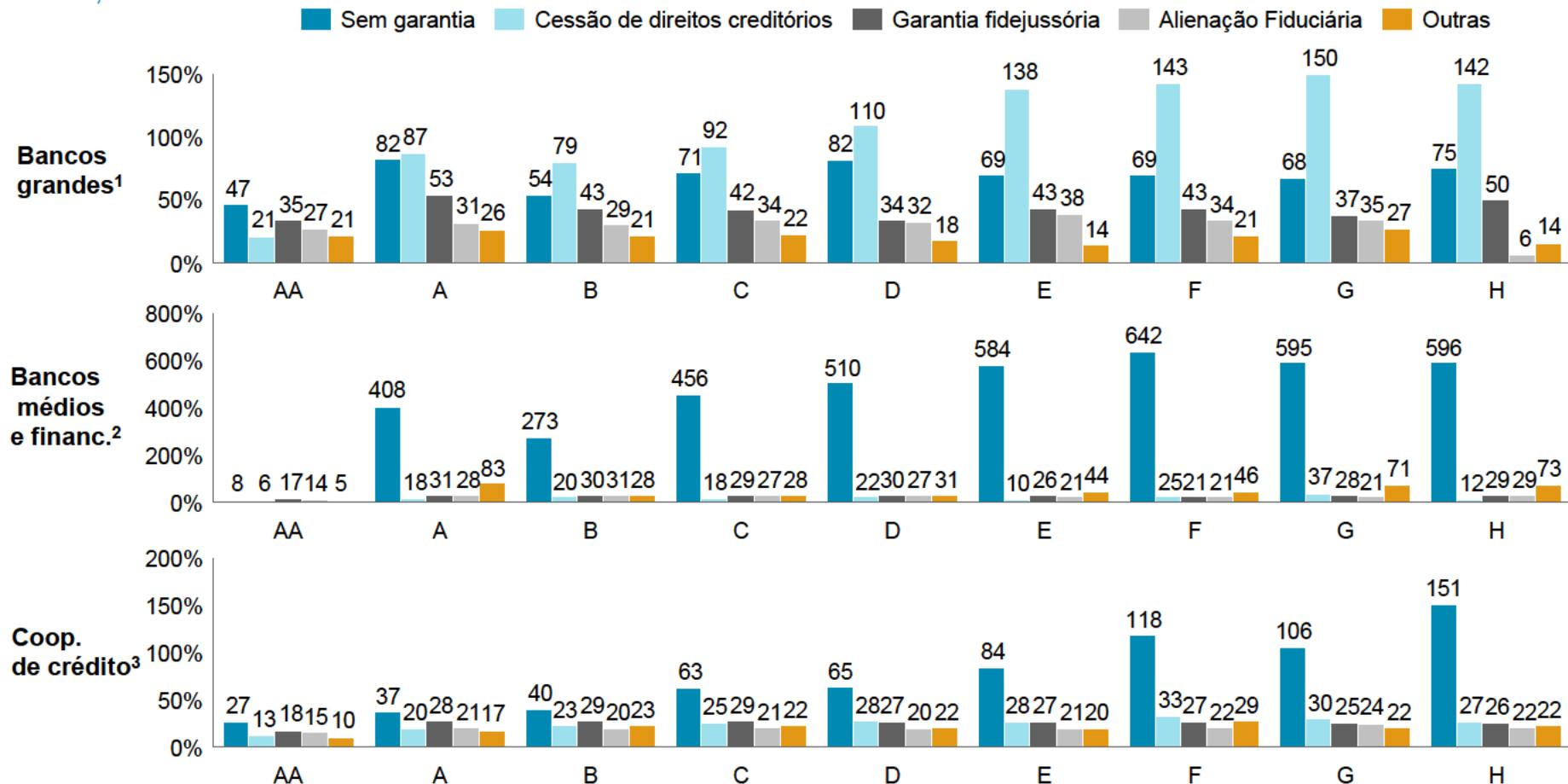


Clientes com menor capacidade de pagamento recorrem ao crédito sem garantia e os que utilizam alguma outra modalidade não possuem garantias reais

vi Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores
Taxas cobradas de modalidades com garantia real atrelada a operação apresentam valores muito inferiores que sem garantia

Taxa de juros cobrado por rating e modalidade de garantia

% a.a., no Saldo



1. Bancos grandes: S1s; 2. Bancos médios e financ.: S3 privado e S4 Privado; 3. Coop de crédito: S5 Privado

Fonte: SCR, Saldo Nov/17

vii Credores alternativos enfrentam barreiras relevantes para oferecer crédito ao consumidor



Bancos médios e pequenos ficam comprimidos pelo alto custo de captação e operacional

- Taxa de captação dá a grandes bancos vantagem competitiva relevante, obtendo *funding* abaixo de SELIC, enquanto bancos médios têm de remunerar ao redor de 110% CDI
- Bancos médios não apresentam as eficiências de escala dos grandes, tendo estruturas proporcionalmente mais onerosas para manter atividades centralizadas



Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária

- Apesar de um intenso crescimento nos últimos anos, cooperativas de crédito ainda possuem pequena representatividade no Brasil, com 2.7% da carteira de crédito total
- Crescimento é parcialmente prejudicado por medidas tutelares de supervisão, que foram necessárias para fomentar crescimento inicial mas têm demonstrado sinais de desgaste

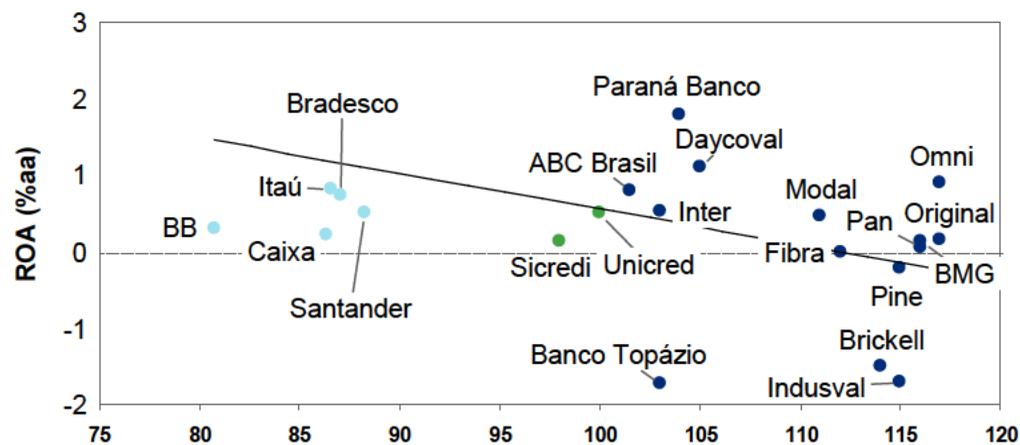
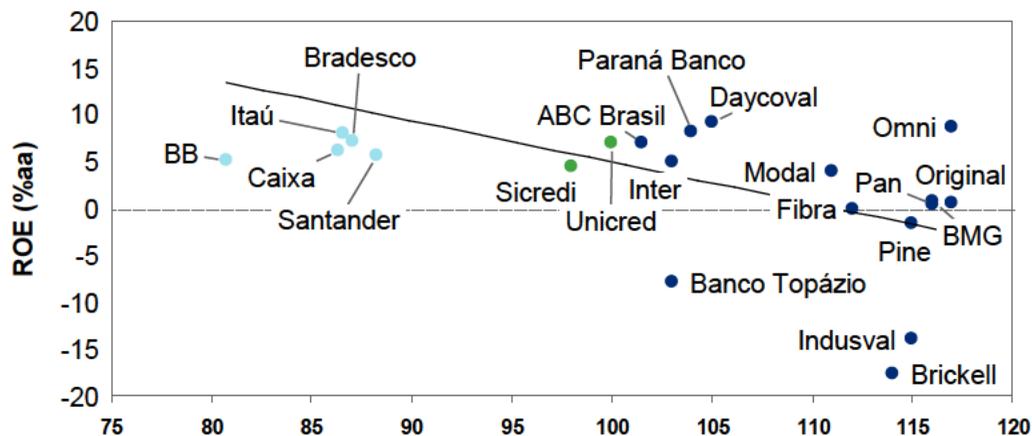


Fintechs enfrentam incerteza jurídica, escala reduzida, assimetria de dados e baixa capilaridade

- Número de Fintechs de crédito cresce de maneira rápida, mas representa ainda uma parcela bastante tímida do mercado
- Além dos problemas enfrentados por IFs menores, há ainda distorções e desvios de modelo de atuação que *fintechs* adotam para se manter dentro da lei vigente, dada a incerteza jurídica

vii) Bancos médios e pequenos ficam comprimidos pelo alto custo de captação e operacional
Taxa de captação de depósitos dá a grandes bancos vantagem relevante

Custo de Captação e Rentabilidade



Rentabilidade oferecida (% do CDI)

Comentários

- **O elevado custo de captação dos bancos pequenos e médios** provocam uma perda da competitividade em relação aos grandes bancos
- Os 5 maiores bancos concentram depósitos de varejo mais baratos, estáveis e diversificados
- Bancos médios **possuem um alto custo de captação, média 110% do CDI²**, em função de
 - Menor reconhecimento da marca
 - Maior percepção de risco pela exposição de seus negócios
- **Fontes externas de *funding* são escassas e limitadas** principalmente após a perda do grau de investimento do Brasil
- **A distribuição de produtos de captação em plataformas eletrônicas e a cobertura do FGC** trouxe uma nova fonte de *funding* para os bancos médios pelo acesso a investidores do varejo e mercado afluyente, antes reservados apenas aos bancos grandes

Nota: ROE e ROA calculados com base no lucro líquido do período compreendido entre de 3T15 até 2T16. 2. CDBs emitidos por bancos médios e negociados em plataforma de corretora.

Fonte: Banco Central do Brasil IF Data

© Oliver Wyman

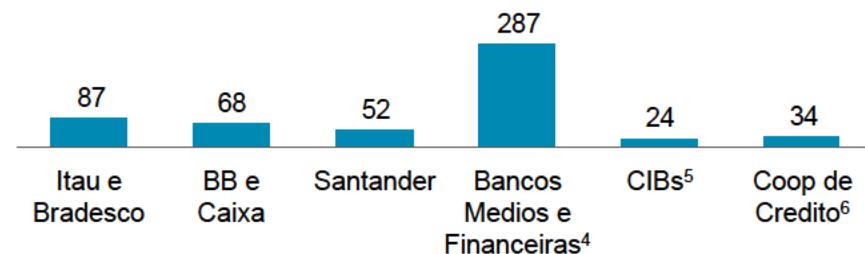
vii) Bancos médios e pequenos ficam comprimidos pelo alto custo de captação e operacional
Estruturas com baixa escala e custos crescentes pressionam as margens dos bancos médios e pequenos

Custo administrativo por porte de banco

	Grandes bancos	Bancos médios		Bancos pequenos
		Atacado	Varejo	
Cost¹ / Income³	40.2%	42.1%	46.6%	57.9%
Cost¹ / Balance²	8.7%	11.0%	15.4%	45.7%
Balance² / Income³	699.1% (público) 385.7% (privado)	562.0%	366.5%	463.2%

Precificação de crédito por porte de banco

Taxa efetiva média de juros em % ao ano



- **Cost/ Income:** eficiência de margem
 - Em geral, bancos de menor porte possuem uma estrutura mais onerosa em termos de custos operacionais, que impacta diretamente sua margem
- **Cost/ Balance:** escala dos custos
 - Difícil escalabilidade em consequência, entre outros, de exigências regulatórias e do tamanho do negócio – apesar do esforço do Bacen com a proporcionalidade, esta ainda não atinge todo o amplo espectro da supervisão
- **Balance/ Income:** geração de receitas maior pelos grandes bancos para um mesmo tamanho de carteira, com efeito de possuir uma carteira de menor risco
- **Precificação:** com custos operacionais mais baixos e uma carteira de menor risco, a taxa média de juros cobrada pelos grandes bancos é menor que de bancos de porte pequeno

1. Cost: Desconsidera despesa de captação e de provisão para crédito de difícil liquidação; 2. Balance: Considera carteira de crédito apenas; 3. Income: Receitas de intermediação financeira, renda de prestação de serviço, de tarifas bancárias e outras receitas operacionais. 4. S3 privado e S4 Privado; 5. S2 Privado e Estrangeiro e S3 Estrangeiro; 6. S5 Privado

Nota: Excluídas IFs com Operação de crédito iguais a 0 e Patrimônio Líquido inferior a R\$500k

Fonte: IFdata Banco Central do Brasil Set/17, SCR Saldo Set/17

vii Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária

Cooperativas são uma oportunidade viável ao crédito: elas oferecem menores taxas de juros atrelados a baixos índices de inadimplência

Cooperativismo de crédito no Brasil

- Cooperativas são instituições de crédito em que o cooperado é tanto acionista como cliente – credores e tomadores são corresponsáveis pelo resultado da instituição
- Adicionalmente, cooperados são em alguns casos selecionados na hora da admissão, “análise de crédito” inicial
 - Somados estes fatores, cooperativas **tendem a possuir baixa inadimplência e menor custo de risco**, bem como maior índice de aceitação de crédito
- Cooperativas são instituições sem fins lucrativos (*not for profit*), valorizando a prestação de serviços frente ao lucro da organização, conseqüentemente, são isentas da cobrança de IR
- **Lucro e IR**, normalmente responsável por uma boa parcela do *spread*, não são presentes nas cooperativas, **possibilita menores taxas de juros em operações de crédito**



Benefícios concedidos às cooperativas de crédito

- **Isenção de IR e CSLL**
 - Isenção de impostos e contribuições sobre o lucro devido ao caráter social da instituição, priorizando fornecimento de serviços à população
 - **Efeito direto do *spread* bancário**
- **Isenção de depósito compulsório**
 - Cooperativas de crédito são isentas do pagamento do depósito compulsório
 - É importante citar que, conseqüentemente, elas não se enquadram como um instrumento de controle de política monetária
 - **Efeito indireto no *spread* bancário**

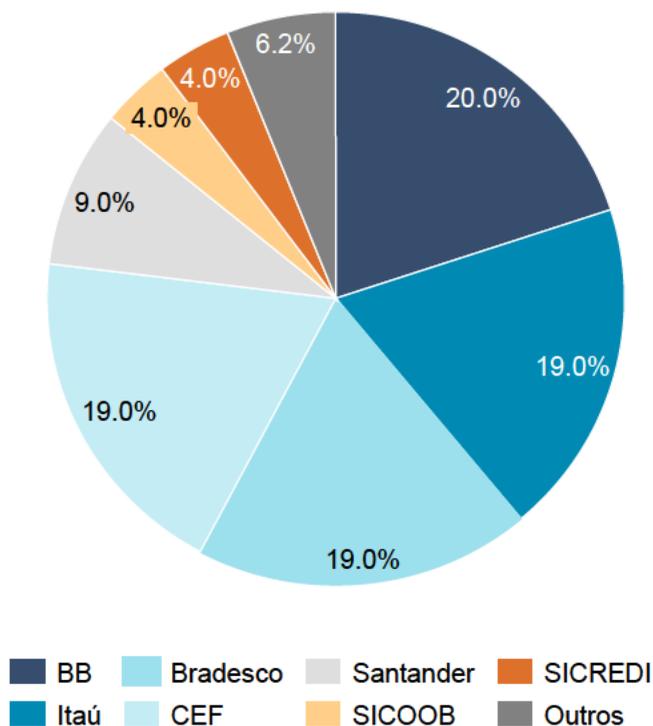
	Cooperativas	Bancos	Var. (%)
Juros ¹ (% a.a.)	33%	39%	-15%
Inadimplência ²	3,7%	4,5%	-18%

1. Exclui empréstimos de cartão de crédito. Fonte: Material do Desuc;

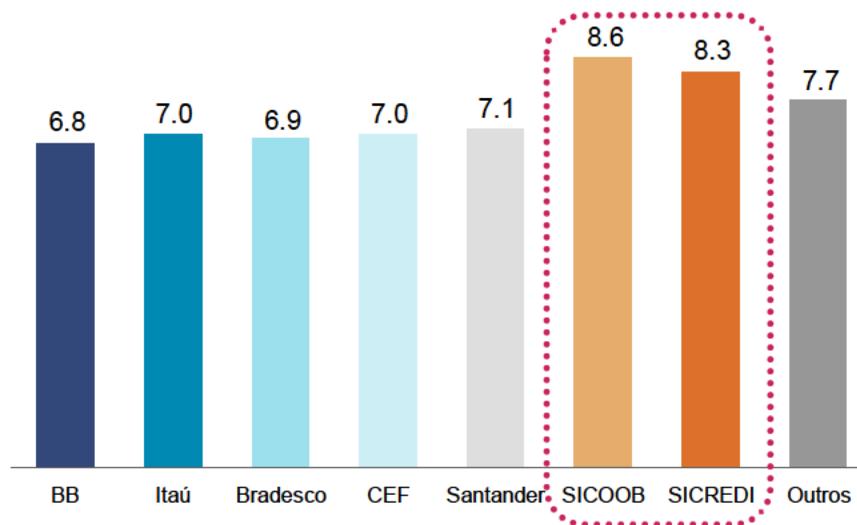
2. Jun/17, operações com atraso superior a 15 dias, média simples por categoria de IF considerando todas as operações de crédito. Fonte: Banco Central do Brasil (IFData)

vii Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária
 A avaliação dos serviços das cooperativas é mais alta do que de bancos grandes, mesmo estes monopolizando a relação com o cliente

Bancos de maior relacionamento
 Em % MPEs



Avaliação dos serviços prestados pela instituição
 Entre 0 a 10



Segundo pesquisa as **notas mais altas das cooperativas em relação a grandes bancos** é provavelmente resultado de **maior proximidade das cooperativas dos seus clientes**:

- Serviços mais acessíveis
- Menor burocracia/custo e menores exigências tais como garantias reais e documentos financeiros/fiscais
- Interesse maior em atender os negócios de menor porte.

1. Fonte: O financiamento das MPEs no Brasil, set/17, SEBRAE. MPE: micro e pequenas empresas

vii Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária

Apesar de um intenso crescimento nos últimos anos, cooperativas de crédito ainda possuem pequena representatividade no Brasil

Barreiras prejudicaram o crescimento das coop. de crédito

Admissão restrita

- Até 2003, a afiliação a cooperativas de crédito era permitida apenas a indivíduos com algum vínculo empregatício
- Após 2003, a **livre admissão de cooperados foi autorizada** em cidades com até 2 milhões de habitantes e amplamente liberada em 2013
- Em 2015, mudança regulatória permitiu que qualquer cooperativa já estabelecida possa tornar-se de livre admissão desde que declarado em seu estatuto
- Devido a possibilidade de operar nas grandes capitais brasileiras, cooperativas cresceram desde então

Outras restrições

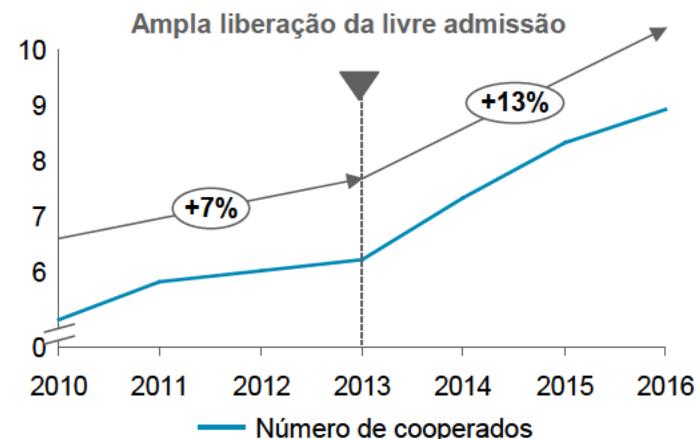
- Em 1961, o governo **suspendeu a autorização de novas cooperativas** de crédito através do Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503
- Em 1966, foi estabelecido que as cooperativas somente **poderiam captar depósitos à vista de associados**
- Consequentemente, das 511 cooperativas em 1961, restaram apenas 430 em 1980. O crescimento retornou apenas durante a década de 80



- Melhores condições de crédito juntamente a remoção parcial de restrições impulsionou o crescimento das cooperativas nos últimos anos
- Recentemente foi aprovado o **PL100**, que permite que funcionários públicos municipais recebam seu salário via cooperativa de crédito
 - Beneficia 560 municípios onde não há agência bancária

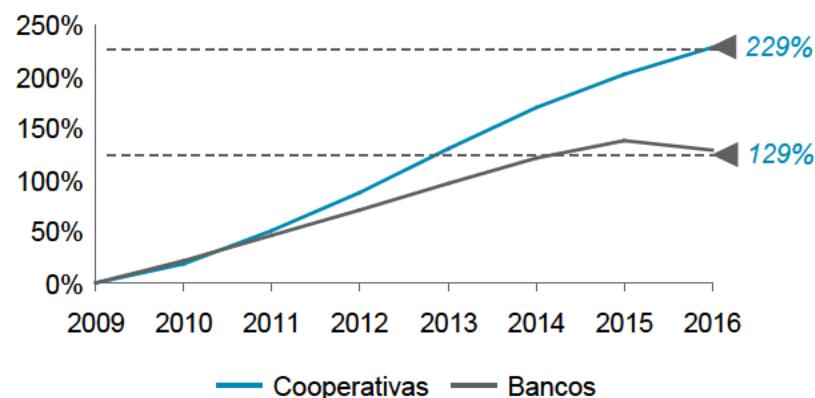
Membros de cooperativas de crédito brasileiras¹

Milhões de cooperados



Crescimento da carteira de crédito desde 2009²

%



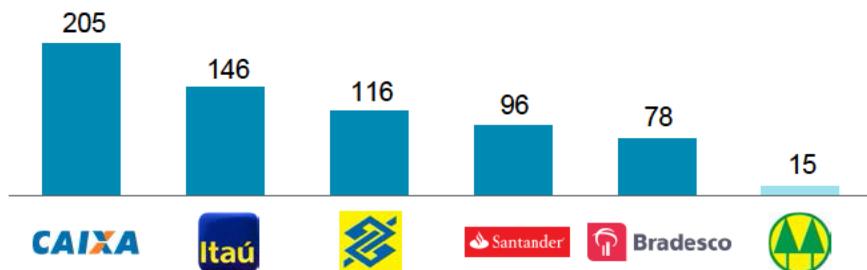
1. Material preparado pelo Desuc – Banco Central do Brasil; 2. BaCen (séries temporais)

vii) Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária
Atualmente o crescimento ainda é parcialmente prejudicado pela restrição imposta pela “área de atuação”...

O conceito de “área de atuação”

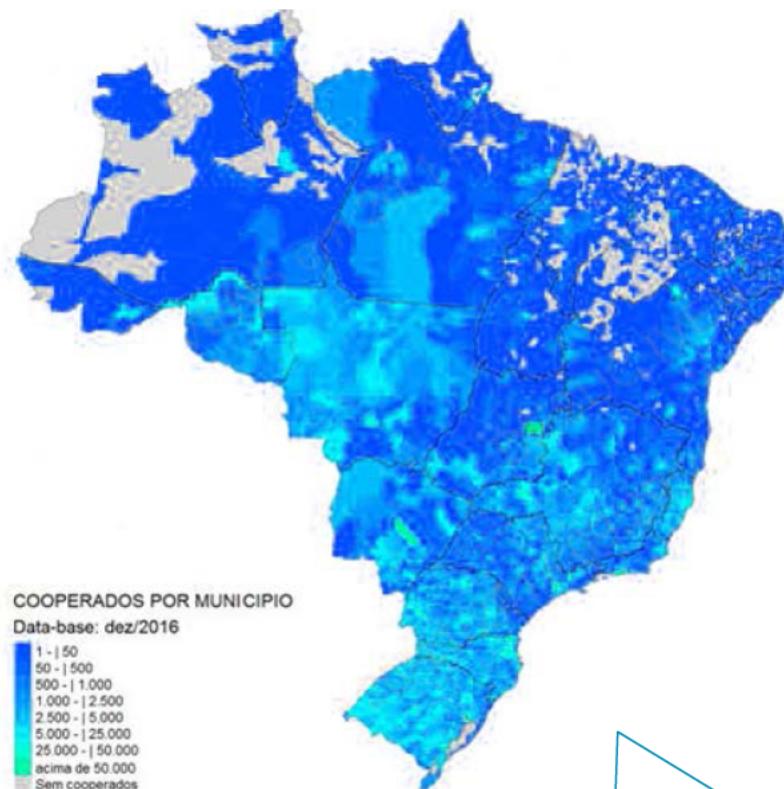
- As atividades das cooperativas são restritas à sua área de atuação, conforme definido pelo Banco Central, que hoje **representa uma barreira ao crescimento das cooperativas**
- **A área de atuação restringe, muitas vezes, as cooperativas a áreas de baixo desenvolvimento econômico**, fato evidenciado pela distribuição relativamente uniforme dos cooperados ao redor do Brasil, sem uma nítida concentração em regiões de altamente desenvolvidas
- Como consequência, enquanto são gerados R\$ 128 mi em crédito por agência bancária nos 5 grandes bancos, são gerados apenas R\$ 15 mi por agência de cooperativa de crédito

Carteira de crédito média, por agência¹
 (R\$ mi)



1. Fonte: Banco Central do Brasil; 2. Material preparado pelo Desuc – Banco Central do Brasil

Presença de cooperados no Brasil²



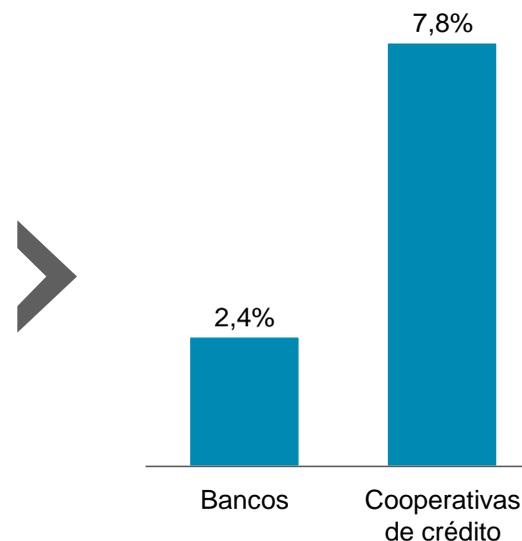
A “área de atuação” não permite que cooperativas ampliem sua atuação em regiões de alto desenvolvimento econômico

vii Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária ... e pela baixa eficiência operacional apresentada pelas cooperativas de crédito

Motivadores da baixa eficiência operacional das cooperativas de crédito

Restrição	Descrição
Gestão não-profissional	<ul style="list-style-type: none"> Falta de organização e profissionalização das cooperativas de crédito Apesar do emprego de técnicas, ferramentas e equipamentos modernos de gestão em grande parte das cooperativas de crédito, muitas delas ainda empregam métodos desatualizados de gestão e processamento de dados¹ O índice de “profissionalização” tende a ser menor em cooperativas independentes
Duplicidade de recursos	<ul style="list-style-type: none"> Há uma grande motivação política nas cooperativas de crédito: gestores são eleitos perante conselho dos cooperados Consequentemente, há considerável relutância na unificação de cooperativas devido à possibilidade de perda de influência política dentro da organização

Despesas operacionais em relação à carteira de crédito (%)^{2,3}



Maior eficiência operacional possibilitaria a expansão da rede física das cooperativas devido a maior disponibilidade de recursos financeiros

1. Entrevista com Desuc, Banco Central do Brasil; 2. Calculado através da razão entre despesas operacionais e carteira total de crédito; 3. Foram consideradas como despesas operacionais: Despesas de pessoal, despesas administrativas e outras despesas operacionais. Fonte: Banco Central do Brasil (Ifdata)

vii) Fintechs enfrentam incerteza jurídica e escala reduzida

Número de Fintechs de crédito cresce de maneira rápida, mas representa ainda uma parcela bastante tímida do mercado

Radare Fintechlab – Novembro 2017



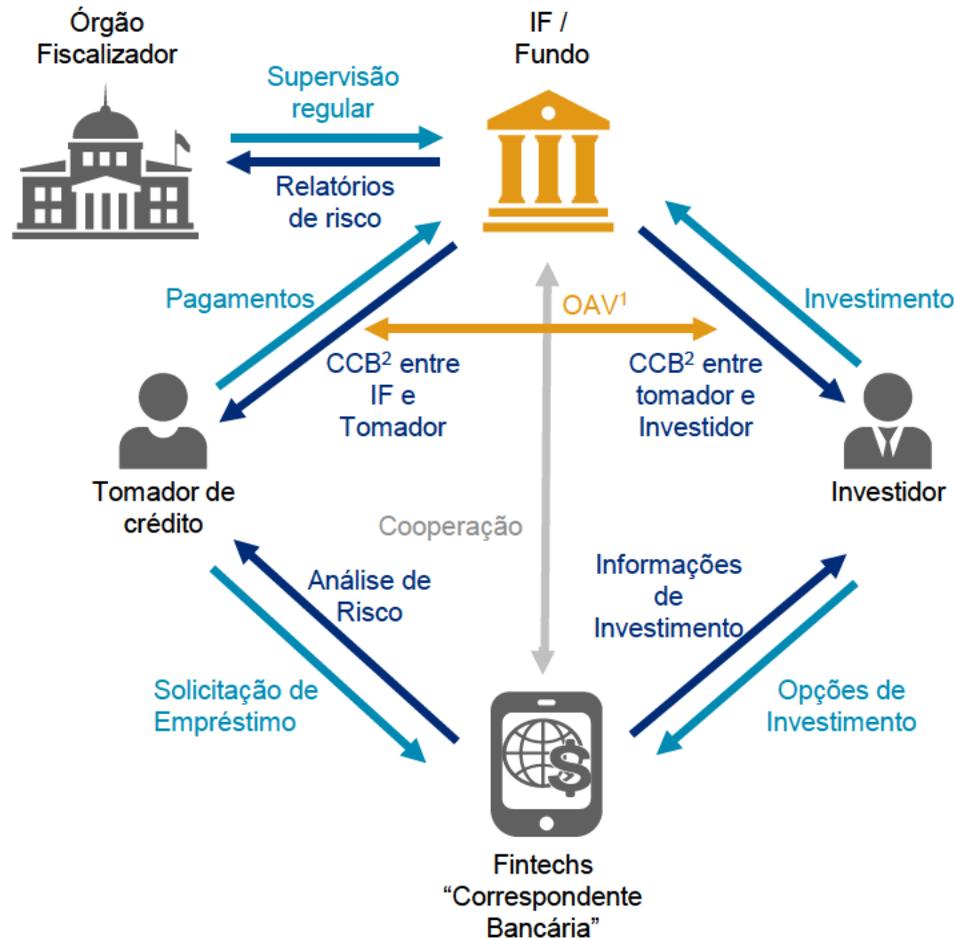
Fintechs de crédito no Brasil

- **332 fintechs** atuantes no Brasil foram identificadas pelo Fintechlab em novembro de 2017, com **aumento de 36% em relação ao total de fevereiro**
- O segmento de **empréstimos** alcançou um dos crescimentos mais significativos entre todas as modalidades, e hoje representa 17% das empresas
- Boa parte das Fintechs de crédito atuam através de **peer-to-peer lending** – P2P, ou empréstimos coletivos
 - Consistem em uma operação de crédito cedida por uma empresa especializada e fundada por investidores diversos
 - Taxas de crédito para o credor tendem a ser menores que por instituições financeiras, e fornecem retornos interessantes aos investidores
- No Brasil, estima-se que tenham sido concedidos **perto de R\$ 1 BN para Pessoas Físicas através de Fintechs** entre 2015 e 2017¹, montante ainda bastante diminuto frente ao total de crédito PF, mas que é em boa parte crédito pessoal
- Apesar dos esforços para avanço das regulações, as fintechs ainda **enfrentam riscos e incertezas**

1. Estimativas das próprias Fintechs; Fontes: Radar Fintechlab

vii) Fintechs enfrentam incerteza jurídica e escala reduzida
 Fintechs enfrentam incerteza jurídica quanto à própria atuação – até o momento, têm feito parcerias com IFs para não caírem na Lei da Usura...

Modelo de funcionamento de Fintechs brasileiras atual



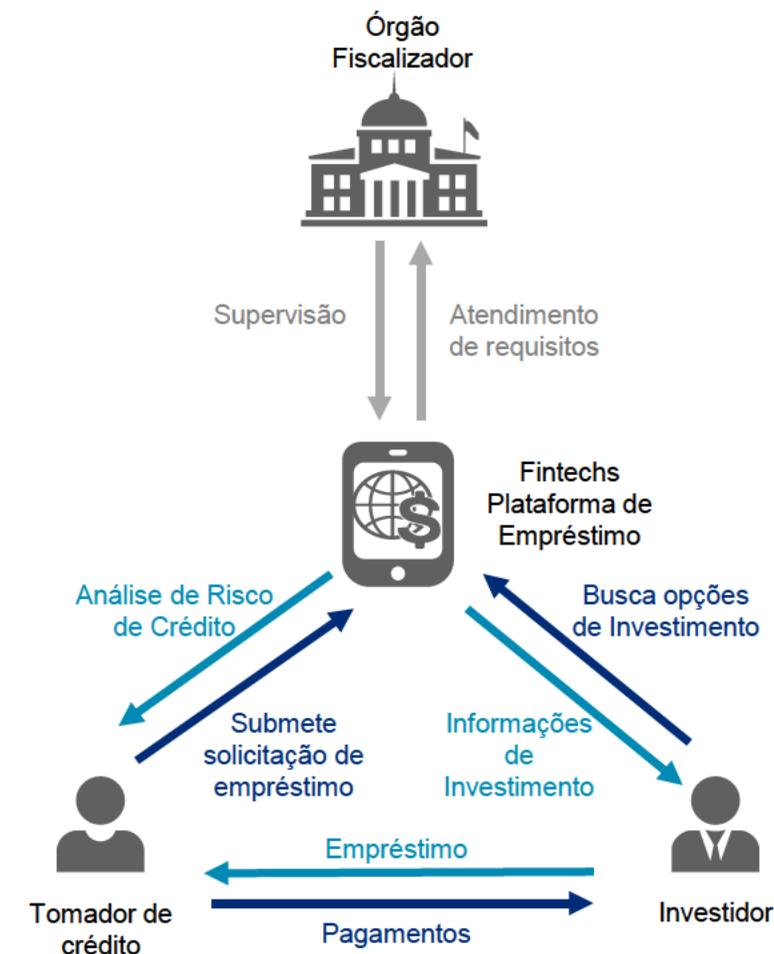
Ineficiências na estrutura oneram os Tomadores e limitam crescimento das Fintechs

- Necessidade de uma Instituição financeira "de passagem" na cadeia aumenta número de intermediários, gerando ineficiência nos custos de processo e tempo
- Existência de vários contratos de crédito entre os participantes onera o processo do ponto de vista processual e jurídico, além da redundância
- Atendimento a requisitos de reporte a órgãos fiscalizadores aumentam os custos de IFs e Fundos, que são repassados aos tomadores e investidores
- Presença de terceiros reduzem as margens que Fintechs e Investidores recebem e aumentam as taxas que são cobradas do Tomadores

1.OAV: Operação de Ativo Vinculado , vinculando CCB da IF e Tomador a CCB entre Tomador e Investidor; 2.CCB: Cédula de Crédito Bancário

vii) Fintechs enfrentam incerteza jurídica e escala reduzida ... que é essencialmente um desvio do conceito de P2P em prática em outros mercados, que apresenta maior eficiência

Modelo de funcionamento de Fintechs P2P: UK



Proporciona plataforma de empréstimo direta entre Tomadores e Investidores

- **Plataforma avalia risco de crédito dos tomadores e proporciona aos investidores informações de investimentos disponíveis**
 - Contratos de crédito são estabelecidos somente entre tomadores e investidores
 - Plataforma recebe *fees* e comissões pelos serviços prestados as partes envolvidas
- **Nuances do modelo são observadas devido a ambientes regulatórios diferentes**
 - Diversos investidores financiando mesmo empréstimo
 - Investidores financiando parcialmente diferentes empréstimos
 - Investidores adquirindo parcela de conjunto de empréstimos concedidos (múltiplos contratos)
- **Existência de plataforma com modelo de “Balance Sheet”**
 - Plataformas que originam e mantêm os empréstimos em seu balanço próprio, sendo financiadas através de capital própria, dívidas ou securitização
 - Canada, Austrália e EUA possuem FinTechs que utilizam esse modelo de negócio

Fonte: Relatório do Comitê de Sistema Financeiro Global, “Fintech Credit - Market structure, business models and financial stability implications”

viii Consumidores têm baixo conhecimento de conceitos financeiros

Baixa capacitação financeira do brasileiro dificulta a gestão financeira

Falta de preparo dos brasileiros

• A carência de capacitação dos brasileiros se estende por diversos fatores:

- 1 Falta **educação** financeira básica
- 2 Falta **planejamento** financeiro de médio-longo prazo
- 3 Faltam ferramentas para **acessar e melhorar o próprio risk score**

- 1 • Mais da metade da população brasileira **concluiu apenas o ensino fundamental completo** (até 9 anos de estudo)¹
- Pesquisa realizada pelo BaCen demonstra que 73% dos brasileiros classifica seu **conhecimento sobre finanças entre fraco e mediano**²

- 2 • Segundo pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas em 2016, entre os 60% da população classificados como classes C,D e E, 37% **possui dívidas em atraso** e apenas 27% deles pretendem pagá-las nos próximos 3 meses
- Segundo pesquisa do BaCen, **51,5% das pessoas** que não pagaram a fatura do cartão de crédito integralmente **desconheciam os juros e multas e 69,8% não procuraram outros tipos de crédito** com juros menores para pagar o total da fatura³

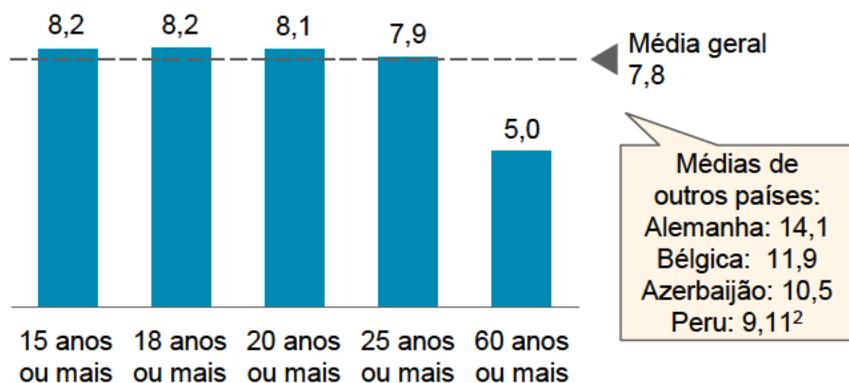
- 3 • A **portabilidade** de informações cadastrais está em vigor **desde 2001**, obrigando as IFs a fornecer histórico de operações e dados cadastrais, quando solicitado pelos clientes
- O Cadastro Positivo tem baixa adesão, apenas 5 milhões, quando o potencial é de ~100 milhões, equivalente a população bancarizada
- O Registrato, sistema do Bacen que permite a disponibilização de informações bancárias do próprio cidadão quando solicitado de forma eletrônica, ainda tem alcance limitado, por falta de conhecimento da população

Fontes: 1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015; 2. Pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil, 2014, 3. Série Cidadania Financeira publicada pelo Banco Central do Brasil, 2014

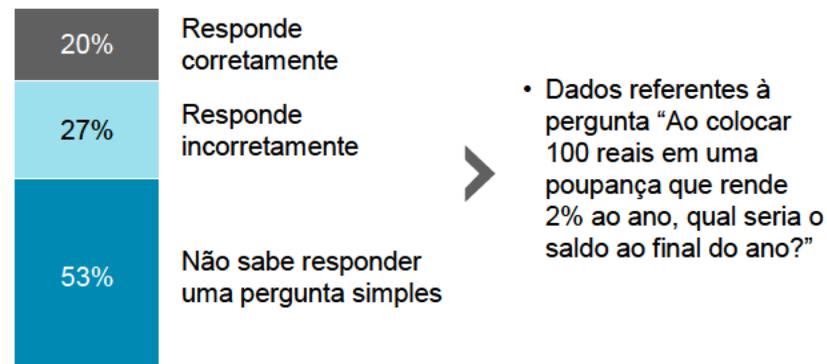
viii Consumidores têm baixo conhecimento de conceitos financeiros

1 Falta educação financeira básica

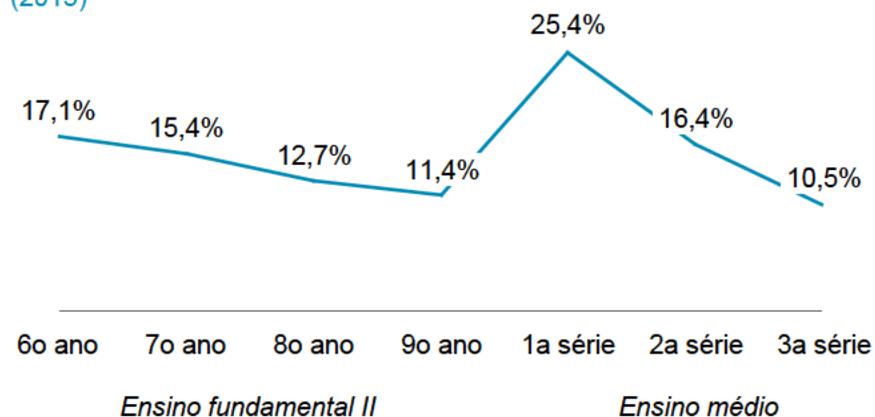
Média de anos de estudo por faixa etária¹
(2015)



Conhecimento de juros básico entre classes C/D/E⁴
(2016)



Taxa de não aprovação por série³
(2015)



Comentários

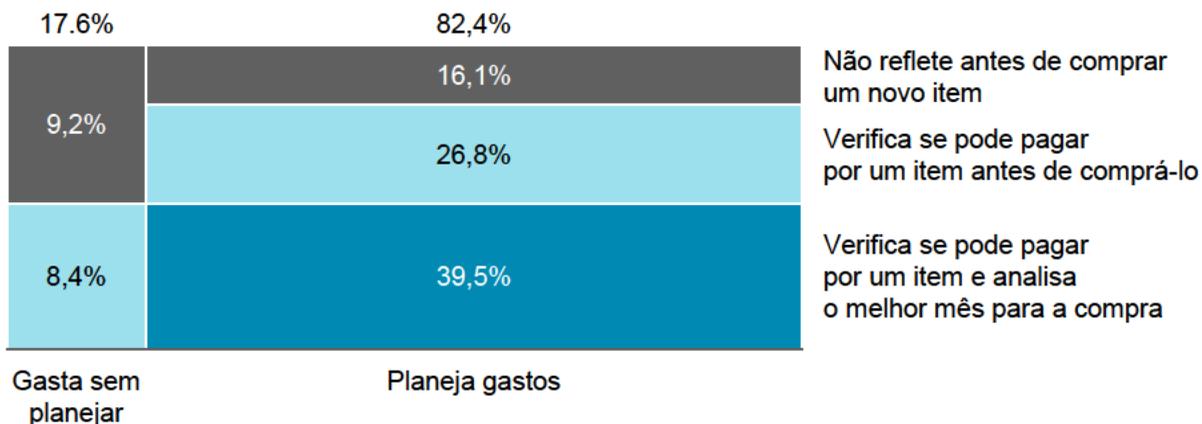
- 99,4% da população desconhece o conceito de juros compostos⁵
- Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) indicam que 70,25% dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível básico de proficiência em matemática
 - Brasil está na 66ª posição dos 70 países avaliados
 - Quando deixam o ensino médio, apenas 7,3% dos alunos atingem aprendizado adequado na matéria, segundo o movimento Todos pela Educação
- Falta de estudos no Brasil se relaciona com a falta de incentivo, níveis de aprendizado e qualidade do ensino

Fontes: 1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 2. Pesquisa feita pela Unicef 3. Censo Escolar 2017, Dados de não aprovação Incluem reprovação e desistência 4. Fundação Getúlio Vargas, 2016 5. Pesquisa feita pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade © Oliver Wyman

viii Consumidores têm baixo conhecimento de conceitos financeiros

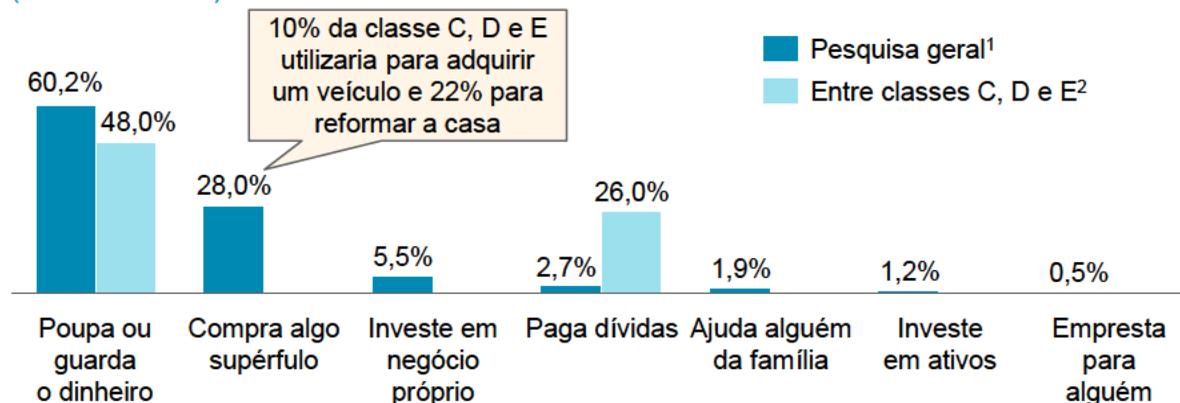
2 Falta planejamento financeiro (1/2)

Comportamento de consumo do brasileiro (2014)



- Mesmo que 82% dos brasileiros afirmem planejar seus gastos, **25% não reflete se pode pagar por um novo item antes de realizar uma compra**
- Poupar dinheiro ainda se revela como um hábito incomum, sendo que **37% dos brasileiros nunca poupou dinheiro**
- Dentre os indivíduos que poupam dinheiro, apenas **17% o fazem periodicamente**
 - 47% dos brasileiros afirma ter poupado dinheiro no último ano
- Dentre as razões para não poupar além da falta de dinheiro foram citadas:
 - Falta de interesse em poupar
 - Desconhecimento do procedimento
 - Irrelevância do rendimento

Uso principal da renda excedente, mesmo que em caso hipotético (2014¹ / 2016²)



Fontes: 1. Série Cidadania Financeira publicada pelo Banco Central do Brasil, 2014 2. Fundação Getúlio Vargas, 2016

viii Consumidores têm baixo conhecimento de conceitos financeiros

2 Falta planejamento financeiro (2/2)

Desconhecimento do brasileiro sobre sua situação de crédito

Poucos consumidores conhecem a definição de endividamento e falta planejamento financeiro é mais incidente entre consumidores inadimplentes, de acordo com o levantamento do SPC, feito em conjunto com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL):



47% dos inadimplentes **sabe pouco ou nada sobre a renda disponível para o próximo mês**, sendo que 42% admitem saber pouco ou nada sobre o valor de suas contas básicas do mês seguinte



53% **não sabem ao certo quais despesas terão de cortar** para reequilibrar o orçamento pessoal, mesmo estando com contas atrasadas há mais de 90 dias



33% terminam os meses **inadimplentes sempre ou na maioria das vezes**



46% **desconhecem ou sabem pouco sobre o valor total das compras** recentes do cartão de crédito



47% não sabem ao certo **quais produtos e serviços foram adquiridos** no cartão de crédito



48% admitem ter **pouco ou nenhum conhecimento sobre o número de parcelas** em que dividiram as suas últimas compras



38% dos consumidores totais se consideravam **endividados** em 2016 – um aumento expressivo em relação à 28% do ano anterior

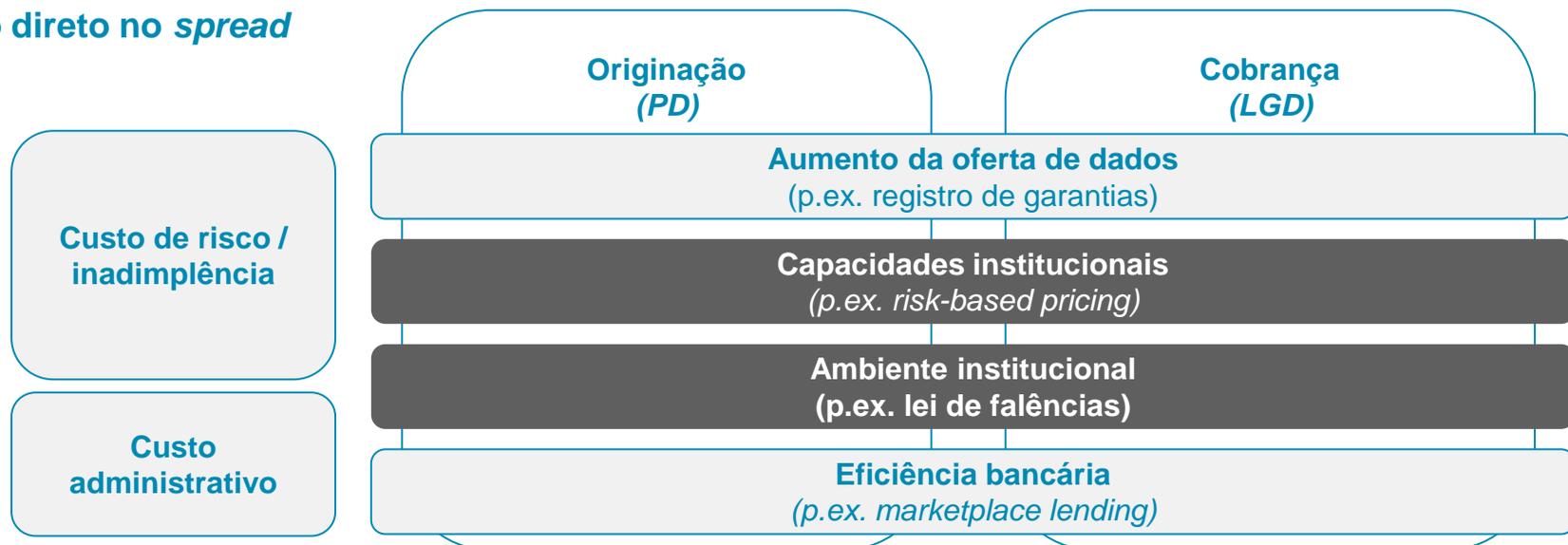
- Porém, **79% dos entrevistados têm uma noção errada sobre o que é estar endividado**, sendo que 47% acredita que significa ter contas atrasadas e 31% que é estar registrado em entidades de proteção ao crédito

4.2 | Lista completa de iniciativas

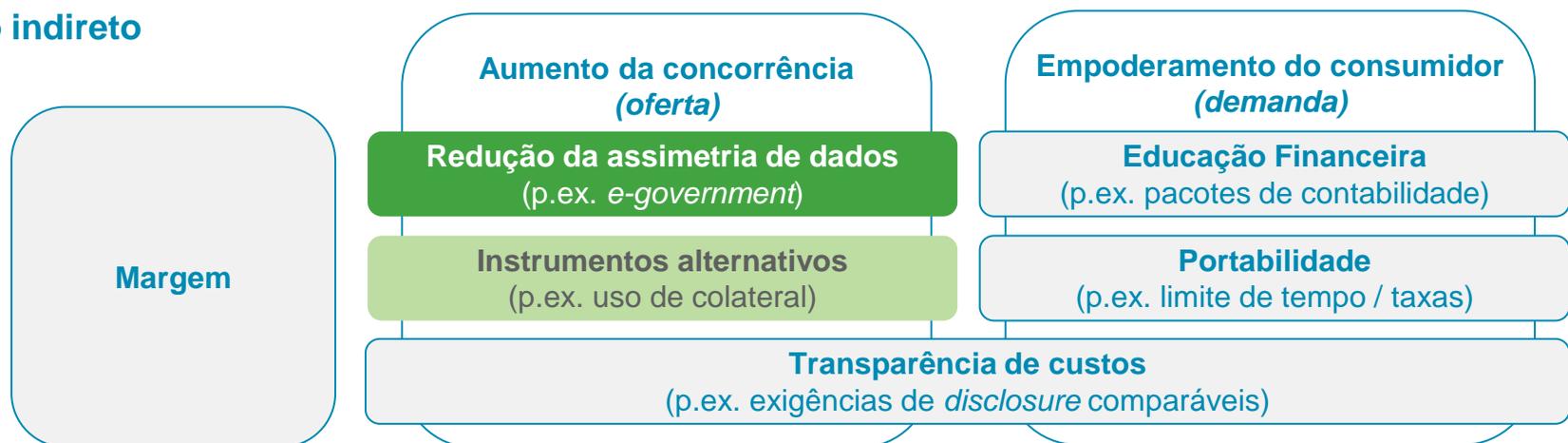
Framework de análise

Para cada componente de *spread*, elencamos as diferentes alavancas disponíveis para testar e endereçar as hipóteses de maneira ampla

Impacto direto no *spread*



Impacto indireto



● ● ● Principais hipóteses

Lista longa de iniciativas para redução do spread (1/4)

A: Custo de risco



Alavanca

Iniciativas

Aumento da oferta de dados

1 **Aprimorar Cadastro Positivo**

1

2 **Disponibilizar dados fiscais para análise de crédito, sob consentimento do consumidor**

2

3 **Acesso a dados de geo-localização em caso de inadimplência**

3

4 *E-government*: Meios eletrônicos para emissão e validação de documentos

Capacidades institucionais

5 Exigir / criar ambiente que conduza à prática de *risk-based pricing*



Iniciativas que impactam também outros produtos



Iniciativas priorizadas



Iniciativas da lista curta

1 Aprimorar Cadastro Positivo (1/2)

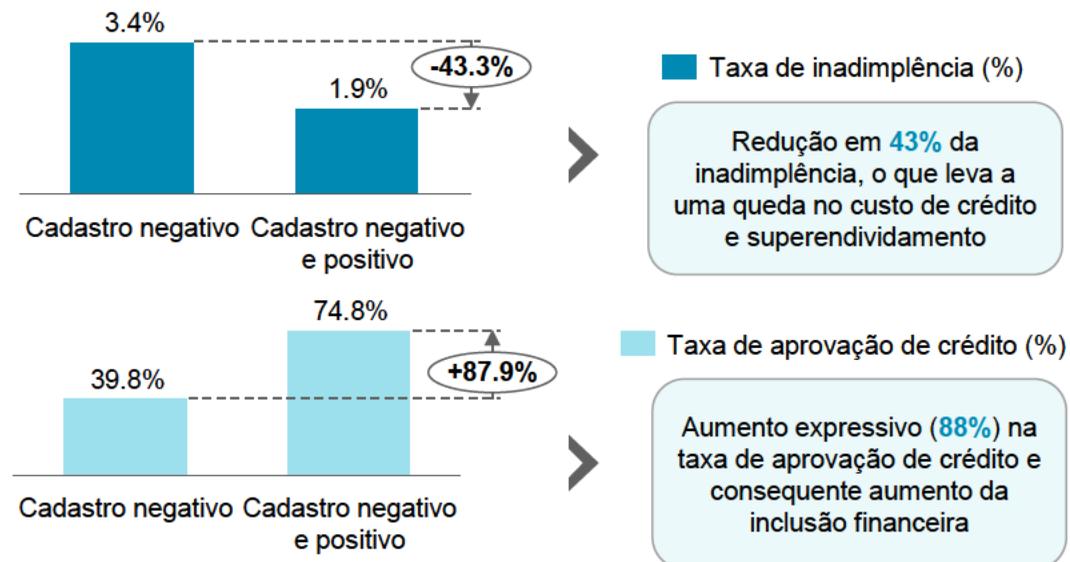
1 EUA e outras práticas internacionais mostram que um ambiente de dados positivos é pedra fundamental para a redução do custo de risco

Cadastro positivo

- O cadastro positivo permite o compartilhamento de informação ampla sobre tomadores de crédito entre credores
 - Não somente dos tomadores negativados / na “lista negra”...
 - ...melhorando a avaliação do risco dos tomadores de crédito...
 - ...e possibilitando a **diferenciação entre o bom e o mau pagador:**
- Apesar de regulamentado, a lei do cadastro positivo brasileiro tem espaço para melhora
 - Países mais desenvolvidos utilizam uma amplitude maior de dados...
 - ...com responsabilidades alocadas de tal forma que seja incentivado um compartilhamento amplo, mas responsável

Impacto da implantação do cadastro positivo nos EUA

Taxa de inadimplência e taxa de aprovação de crédito¹



Base de dados positiva relevante implica em uma melhora geral no ambiente de crédito – no Brasil, seriam economias estimadas em ~R\$ 45 bilhões para desonerar o *spread* bancário

1. Benchmarks internacionais baseados em dados do World Bank; Fonte: *Credit Reporting Knowledge Guide* 2016, IFC

1 Aprimorar Cadastro Positivo (2/2)

1 Diversos outros países também adotaram o cadastro positivo, e a amplitude de informações é, frequentemente, maior que no Brasil

País	Informações coletadas de pessoas físicas	Informações coletadas de pessoas jurídicas
Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico das operações de empréstimo e de financiamento (data da concessão, valor original total, valores das prestações, valores pagos) 	
Alemanha 	<ul style="list-style-type: none"> Registros relativos a conta corrente, cartões de crédito, contratos de telefonia celular, empréstimos e contratos de locação financeira 	
Austrália 	<ul style="list-style-type: none"> Limite de crédito, empréstimos pessoais, histórico de pagamentos (ex. cartões de crédito e hipoteca) 	<ul style="list-style-type: none"> Limite de crédito, saldo da conta, histórico de pagamento comercial e aplicações de crédito
Colômbia 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico de pagamento de contas bancárias abertas e fechadas, uso e gestão de produtos financeiros, pagamentos a empresas de crédito e PSCs¹ (ex: telefonia e TV) 	<ul style="list-style-type: none"> Volume de negócios, histórico de pagamentos, empréstimos realizados, garantias de empréstimo
EUA 	<ul style="list-style-type: none"> Data de abertura das contas, limite de crédito, histórico de pagamentos (incluindo serviços públicos) 	<ul style="list-style-type: none"> História do negócio, dados de registro comercial e operacionais da empresa, histórico de pagamentos
México 	<ul style="list-style-type: none"> Dados gerais, saldo bancário, detalhamento de créditos obtidos, histórico de pagamentos com avaliação de pontualidade. 	
Reino Unido 	<ul style="list-style-type: none"> Dados sobre pessoas financeiramente ligadas ao consumidor (ex. contratação e crédito em conjunto) e de registro público (ex. julgamentos), registro eleitoral, endereço atual e anterior 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo de existência e tamanho da empresa, número de experiências comerciais, histórico de pagamentos e de crédito, informações de registro público (ex. julgamentos), aplicações financeiras recentes

1. Prestadores de serviços continuados. Fonte: Sebrae: Referência internacional, Cadastro Positivo, 2017

2 Disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor

2 Países e birôs de países desenvolvidos e em desenvolvimento têm buscado provedores não-convencionais de informação de crédito

Colômbia

- Birô de crédito colombiano utiliza informações de provedores de *utilities* nos reportes de crédito
- Estudo indica que novos tomadores de créditos entram no mercado através do setor de telecomunicações

Estados Unidos

- Pesquisa norte-americana concluiu que
 - Taxa de aceitação para novos empréstimos aumentou 10% para tomadores com “*thin files*”...
 - ...após informações de provedores de serviços (água, luz) e telecom foram incluídas nos reportes de crédito

Iniciativas de países menores para diminuir *funding gap*

Países	Escopo	Descrição
<p>Tunísia e Brunei Darussalam</p> 	Expansão do escopo de informações coletadas e reportadas por agência de crédito ou registro	<ul style="list-style-type: none"> • Em Brunei Darussalam, o registro de crédito começou a distribuir dados de duas empresas de serviços públicos em seus relatórios de crédito com informações sobre os históricos de pagamentos de seus clientes
<p>Mauritânia</p> 	Introdução do acesso on-line de bancos e IFs às informações de registro de crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Mauritânia forneceu aos bancos e instituições financeiras acesso on-line aos dados do registro de crédito
<p>Ruanda e Mongólia</p> 	Informação reportada por telecomunicações e <i>utilities</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ruanda Aumentou cobertura da população adulta de 1% para 16.6% entre 2010 a 2016 • Na Mongólia, após reporte dessas instituições há registro negativo para histórico de pagamento de telecomunicações

4 E-government: Meios eletrônicos para emissão e validação de documentos

O plano de ação europeu de eGovernment e as melhores práticas do governo da Estônia

eGovernment Europeu



- Governos europeus não fornecem adequadamente facilitação tecnológica, faltando digitalizar serviços públicos
- Plano de ação 2011-2015 – declaração em Malmö:
 - Fornecer melhores serviços públicos com menos recursos
 - Empoderar cidadãos e negócios pelo crescente acesso a informações públicas, transparência e meios efetivos para envolvimento de partes interessadas no processo político
 - Mobilidade no mercado único
- Áreas prioritárias avaliadas por indicadores no *benchmark* de eGovernment – “top level benchmarks”:
 - **Governo centrado no usuário** avalia a disponibilidade e a usabilidade dos serviços eletrônicos públicos
 - **Governo transparente** avalia a transparência das operações das autoridades governamentais, os serviços e o nível de controle que usuários têm sobre seus dados pessoais
 - **Mobilidade entre países** mede a disponibilidade e usabilidade dos serviços para cidadãos e empresas estrangeiras
 - **Facilitadores chave** avaliam a disponibilidade de 5 funcionalidades, como eID



e-Estônia – Melhores práticas



Estratégia para uma sociedade mais informacional

- O objetivo é apoiar a competitividade da economia através das ICT¹, do bem-estar humano e do aumento da eficiência do estado
 - Construir uma base pronta para uma rede de Internet ultra rápida
 - Permitir que, até 2020, 20% da população use a assinatura digital
 - Promover a absorção de ICT pelas empresas e aumentar a competitividade do setor de ICT da Estônia
 - Fornecer às pessoas a infraestrutura tecnológica e organizacional para assumir o controle sobre o uso de seus dados
 - Modernizar os serviços eletrônicos públicos, implementar padrões de qualidade uniformes e apoiar a reforma das antigas soluções de TI
 - Iniciar um *eResidency* emitindo uma identidade digital para não residentes e fornecendo serviços eletrônicos

Estratégia para segurança cibernética

- Destaca importantes desenvolvimentos recentes, avalia ameaças à segurança cibernética da Estônia e apresenta medidas para gerenciá-las
 - Um sistema abrangente de medidas de segurança será implementado para garantir segurança cibernética a nível nacional
 - Regulamentos legais serão proporcionados para apoiar o uso seguro e extensivo dos sistemas de informação
 - A Estônia é um dos principais países em cooperação internacional para melhorar a segurança cibernética
 - O custo total da execução das atividades previstas na estratégia é de aproximadamente 16 milhões de euros

1. Information and Communications Technology.

Fonte: Join Up Europe

© Oliver Wyman

4 E-government: Meios eletrônicos para emissão e validação de documentos

Apesar do Brasil apresentar desempenho superior a média na maioria dos índices de desenvolvimento, se encontra muito atrás no TII



Histórico e fatos sobre a digitalização da administração financeira

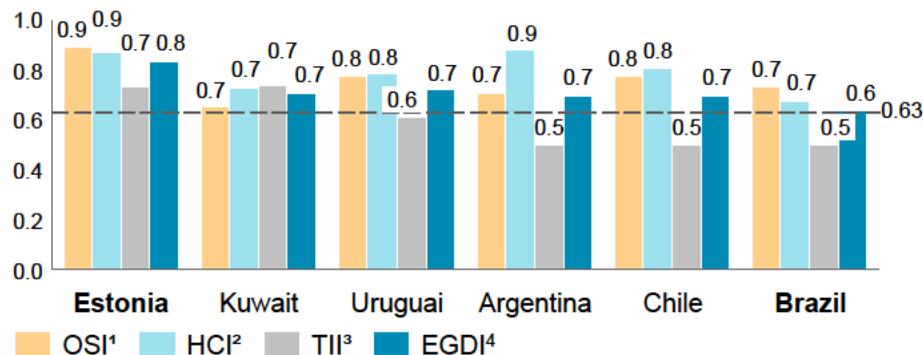
E-Tax

- Sistema eletrônico de depósito de impostos pelo Conselho Fiscal e Alfandegário da Estônia
- Ano de introdução: 2000
- Formulários de declaração de impostos automatizados desde 2002
- Declarações de impostos "one-click" desde 2015, que podem ser geradas e enviadas em menos de dois minutos
- Hoje, aproximadamente 95% das declarações fiscais são arquivadas eletronicamente
- Os sistemas E-Tax foram desenvolvidos em cooperação com prestadores de serviços externos
- A infraestrutura de TI "X-Road" é o que permite alto grau de automação, com interconexão segura de múltiplas bases de dados públicas e privadas

Exemplo: Preenchimento de declaração fiscal privada



Benchmark internacional de índices de desenvolvimento



E-Tax é apenas um dos elementos da estratégia de digitalização da Estônia chamada de "E-Estonia", que compreende mais de 2500 serviços

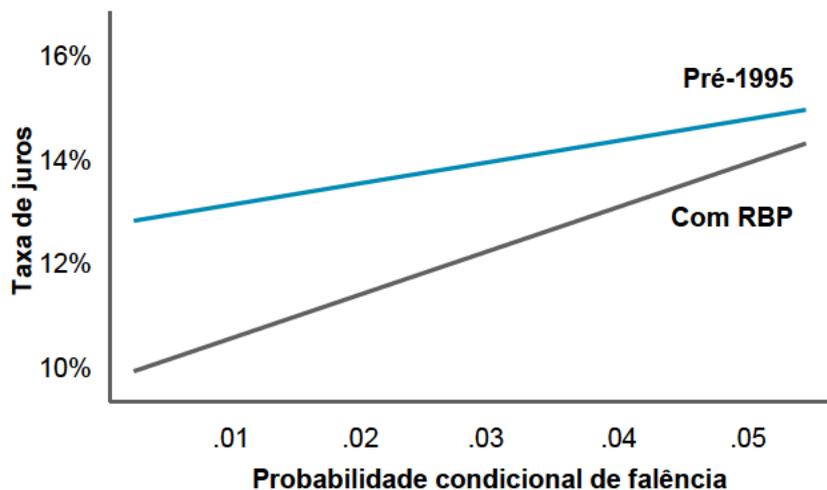
1: Online Service Index (OSI); 2. Human Capital Index (HCI); 3. Telecommunication Infrastructure Index (TII); 4. E-Government Development Index (EGDI)
 Fonte: Site "E-Estonia" , UN E-Gov Knowledge Database

5 Exigir / criar ambiente que conduza à prática de *risk-based pricing*

Nos EUA, uma pesquisa da *Federal Reserve* concluiu que precificação com base em risco reduz custos de risco



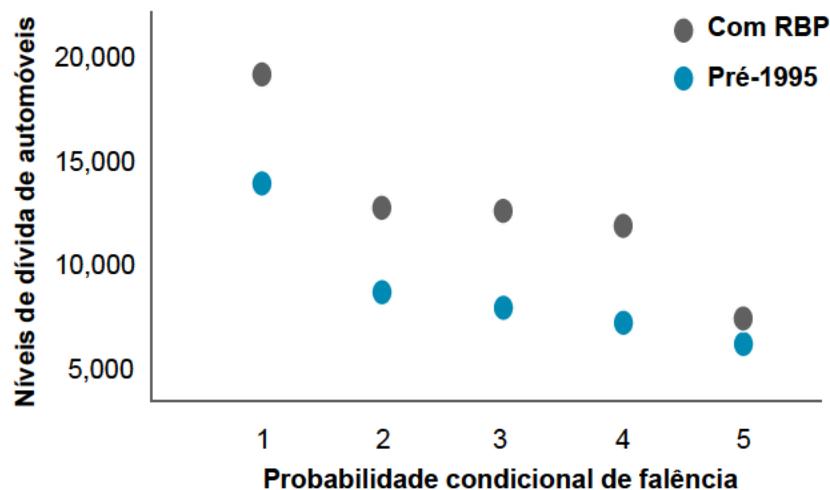
Risk-based pricing (RBP) reduziu custos de crédito
Taxas de empréstimos para veículos nos EUA



Custos de empréstimos mais baixos

- Melhoria no ajuste de prêmios, refletindo melhor o risco e o spread
- Agregados familiares com menor risco receberam taxas de juros significativamente mais baixas

Risk-based pricing (RBP) aumentou penetração de crédito
Níveis de dívida com veículos por risco dos consumidores



Acesso ao crédito melhorado

- Maior crédito para clientes de baixo e médio risco
- Acesso ao crédito para clientes de alto risco não diminuiu
- Credores que lidavam exclusivamente com grupos de baixo risco passaram a emprestar a gama mais ampla de tomadores

Fonte: Estudo do *Federal Reserve*, Edekberg (2003), análises da Oliver Wyman

5 Exigir / criar ambiente que conduza à prática de *risk-based pricing*

O apoio a uma avaliação mais sofisticada do risco dos clientes demandará informação de crédito positiva e educação do cliente

A atual definição de preços no Brasil se baseia em fatores comerciais e em dados negativos de crédito

- As prioridades atuais são a rentabilidade da transação ou o valor de prazo maior de trazer um cliente para o banco
 - Pode levar à seleção adversa
 - Maus devedores podem querer contratar contas bancárias premium caras se isso ajudá-los a obter crédito
- Os princípios de Basileia II ainda estão em implementação no Brasil
 - Os modelos de definição de preços ainda não são consistentes com os modelos de risco, exceto alguns modelos piloto iniciais em algumas áreas comerciais
 - Falta de padronização do processo deixa espaço para possibilidade de fraude
 - Necessidade de mais verificações manuais, que são caras



Potenciais melhorias

Alinhar implementação do IRB com as regras do Bacen

- Compatibilizar exigências regulatórias locais com os princípios da Basileia II (ex. disposições contábeis brasileiras vs EL Basileia II)
- Incentivar preços com base em risco, beneficiando clientes de baixo risco através de taxas menores, e de alto risco por melhor acesso ao crédito¹
- Introduzir o conceito de uma macro proteção que pode ser reduzida ao longo do tempo conforme modelos desempenhem com um padrão maior

Desenvolver informações positivas sobre crédito

- Estabelecer a governança nas agências de crédito para estimular o compartilhamento de informações
- Remover a responsabilidade dos bancos ou das agências de crédito pelos erros nas informações da agência de crédito
- Tratar do direito do consumidor de recusar o compartilhamento das informações da agência de crédito

Apoiar a educação financeira dos consumidores

- O governo opera serviços que estimulam o envolvimento dos consumidores (i.e. Serviço de Aconselhamento Financeiro do RU)
- Serviços bancários com programas educacionais (ex HSBC China)
- Construir serviços independentes para educar as pessoas, dar conselhos e fazer lobby em nome dos consumidores (i.e. moneysavingexpert.com do Reino Unido)

1. Artigo do *Federal Reserve*, Ede berg (2003)

Fonte: Banco Mundial, estudo do Federal Reserve, análise Oliver Wyman

Lista longa de iniciativas para redução do spread (2/4)

B: Custo administrativo



Alavanca

Iniciativas

Eficiência bancária

- 6 Fomentar concessão de crédito não-consolidado para consumidores através de plataformas digitais
- 7 Propor arranjo para mutualização de custo de cobrança

Ambiente institucional

- 8 **Padronização de requerimentos de cartórios** 6
- 9 **Facilitar busca e apreensão extrajudicial** 7
- 10 **Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes** 8

 Iniciativas que impactam também outros produtos  **Iniciativas priorizadas**  Iniciativas da lista curta

6 Fomentar concessão de crédito não-consignado para consumidores através de plataformas digitais

Plataformas digitais auxiliam no aumento de alternativas de empréstimo

Zanbato

Plataforma de investimento privado



- Plataformas *online* usadas para criar mercados privados **eficientes**
- Objetivo de facilitar o financiamento de **projetos de infraestrutura**, que são cada vez menos financiados publicamente
 - Fragmentação do mercado
 - Falta de transparência nas oportunidades de investimento
 - Falta de informação e dados de qualidade
 - Alto nível de intermediação
- **Ponto de acesso seguro**, com marca personalizada e centralizado para todos os investidores
- Modelo padrão de apresentação de projeto (com flexibilidade suficiente para lidar com variedade de setores e estágios)
- **Possibilidade de patrocinadores e investidores personalizarem suas preferências** com base nas características dos ativos e geografias
 - **Sugestão automática de investidores para novos investimentos** com base em preferências e uso
- Locais de dados integrados e especificamente projetados para todo o espectro de oportunidades de investimento privado - o acesso à sala de dados é concedido por patrocinadores, mas eles **precisam atualizar projetos a cada 4 a 6 meses**

Lending Club

Plataforma de empréstimos *peer-to-peer*

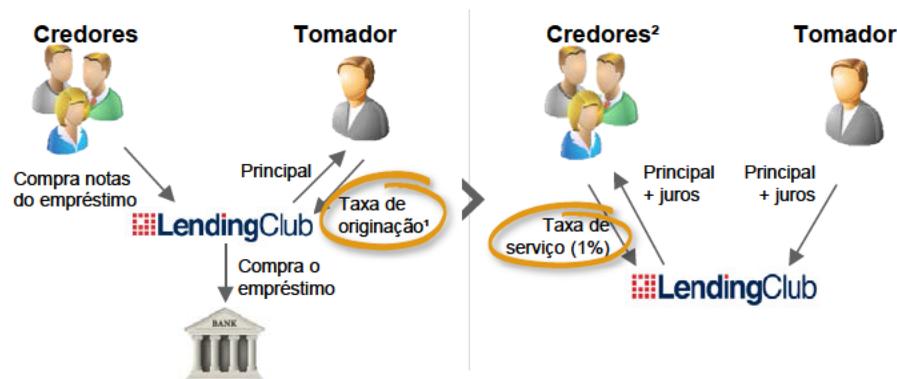


- Foca em tomadores PF e PMEs, sendo 80% dos investidores institucionais
 - Oferece empréstimos a investidores institucionais interessados antes de coloca-los no site
- Originou U\$ 4.4 BN em 2014
- Primeira plataforma *peer-to-peer* (P2P) a registrar suas ofertas como títulos e oferecer operações de empréstimo em mercados secundários
- Permite que investidores PF diversifiquem seu portfólio comprando notas (porções) de empréstimo

Modelo de remuneração do Lending Club

Início do empréstimo

Durante o empréstimo



1. O tamanho da taxa de originação depende do crédito e varia entre 1,1% - 5,0% do valor do empréstimo 2. Os credores, como detentores de notas do Lending Club, têm o status de credores não garantidos do Lending Club. Isso significa que existe o risco de o investidor perder todo ou parte do investimento o Lending Club se tomar insolvente ou declarar falência, mesmo que o mutuário final continue pagando.

7 Propor arranjo para mutualização de custo de cobrança

Intrum Justitia's approach of collecting debt in Sweden includes keeping customers relationship with its bank clients and advanced analysis tools

Estudo de caso: Serviço de cobrança Intrum Justitia's



Descrição do serviço

- Cobrança de atrasos de clientes visando não corromper a relação
- Auxilia clientes a reduzir seus custos operacionais e melhorar seu fluxo de caixa através de ferramenta online, que fornece uma visão 360 graus da situação dos recebíveis da empresa
- Ferramentas de score auxiliam a segmentação de clientes inadimplentes para decidir a técnica mais adequada de cobrança
- Se por alguma razão o recebível não é pago, a empresa também auxilia seus clientes e os representa legalmente através de profissionais dedicados

Estrutura societária

- Fundada em 1923 como uma empresa de gestão de crédito
- Ações da Intrum Justitia são listadas em bolsa desde 2002, tendo mais de 7 mil acionistas

Desenvolvimento recentes e prospecto futuro

- Em 2011, seus lucros beiraram 100 Mi dólares, com mais de 600 Mi em receitas
- A empresa comprou diversos portfólios de bancos nos últimos anos
- Em 2011, lançou um programa chamado “Boosting Europe”
 - Intuito de esclarecer como a empresa poderia auxiliar o continente a superar a crise econômica

8 Padronização de requerimentos de cartórios

6 A atuação dos cartórios é relevante ao atual processo de cobrança, onerando o processo devido as suas ineficiências

- Apesar de regulação clara existente, cartórios possuem **processos de requerimento individuais**



- **Habilidade limitada de padronização** do processo de interação com cartórios

- A maioria dos cartórios ainda tem um **processo interno manual** que requer interação e documentos físicos



- **Benefícios limitados** podem ser alcançados através da digitalização por parte das instituições financeiras



- **Prazos de regulamentação das tarefas do cartório são generosos** e, em caso de não cumprimento dos requisitos, há a uma extensão desses prazos



- Cronograma dos processos de registro e recuperação, definido **principalmente pelo tempo de processamento** de cartórios

- Os processos de registro e coleta (com exceção de notificação) para financiamento imobiliário devem ser **realizados no cartório mais próximo da propriedade**



- **Não há pressão para os cartórios melhorarem** seus processos, uma vez que o potencial de ganho do negócio é limitado

9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (1/7)

7 Sugerimos novas medidas de recuperação de garantias para desburocratizar e acelerar o processo de execução

Iniciativas

- A Estabelecer legislação clara de excussão extrajudicial de bens alienados**
- Excetuar apenas financiamento de imóveis residenciais em que o tomador mora na casa financiada
 - Notificação simplificada
 - Se ativo recuperado não for no valor da dívida, possibilidade de cobrar o restante
 - Dívidas fiscais e impostos (e.g. IPVA) transmitidas ao tomador,

- B Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias**
- Venda de veículos poderá ser feita de maneira direta por valor de mercado – caso no qual a dívida é extinta

- C Incentivar alternativas a sistema jurídico: conciliação e mediação**
- Remover a obrigatoriedade da conciliação/ mediação quando houver desinteresse por uma das partes
 - Investir na formação de mediadores e na criação de CEJUSCs¹

- D Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões individuais no mercado de crédito**
- Aproximar relação entre Bacen e Judiciário

- E Instituição de juizes-robô para causas de menor valor**

Exemplos internacionais

-  ➤ • Para garantias em que excussão extrajudicial é prevista, tomada de bem pode ser realizada após notificação

-  ➤ • Excussão extrajudicial prevista para qualquer tipo de bem, exceto imóveis que sejam bem de família
- Promoveu programas de conscientização do judiciário com relação a cobrança

-  ➤ • Com exceção de imóveis, leilões são opcionais para ativos recuperados

-  ➤ • *Alternative Dispute Resolution (ADRs)* são amplamente utilizadas, e com grande sucesso: 83% delas gera acordos (Quebec)

-  ➤ • Programas de arbitragem anexos ao tribunal

-  ➤ • Obrigatoriedade de treinamentos contínuos sobre o mercado de crédito

-  ➤ • Em testes, utilização de robôs em simulação de decisão judicial

1. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (2/7)

7 Execução extrajudicial e necessidade reduzida de leilões facilita a recuperação do bem nos Estados Unidos se comparado ao Brasil



Processo	Cenário brasileiro	Cenário norte-americano ¹
<p>Execução Imobiliária</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo de carência até o início do processo de execução do imóvel (>90 dias) • Necessidade de notificação e busca constante pelo devedor por parte do credor - onera o processo • Consolidação de documentos e dependência do Registro de Imóveis para seguimento do processo aumenta o tempo total do processo • Arremate raramente em 1º leilão – valor inicial é supervalorizado – ele ocorre em 2º leilão com valor inferior à dívida • Os leilões somente podem ser realizados por pessoas físicas, como resultado, a publicidade tem alcance limitado 	<ul style="list-style-type: none"> • Execução extrajudicial é legislada • 60 a 120 dias entre notificação do devedor até recuperação da dívida pelo credor (venda ou tomada) • Contrato com cláusula de execução extrajudicial especifica termos da execução previamente caso seja necessário • No caso do valor do arremate do imóvel ser inferior à dívida, credor pode entrar com ação judicial para cobrança do restante
<p>Execução de Automóveis</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado prazo de carência, necessidade de notificações e dificuldade em localizar o devedor para notificar e cobrar a dívida • Ordem judicial de busca e apreensão para tomada do veículo, estendendo o processo devido à necessidade de comprovar a dívida e emitir o mandato • Credor assume as dívidas do veículo (multas, IPVA, etc.), que precisam ser pagas para regularização do bem antes de poder executá-lo 	<ul style="list-style-type: none"> • Permissão para tomar veículo do devedor em caso de inadimplência superior ao limite previamente acordado • Devedor pode contestar apenas em caso de abusos na cobrança ou erro no cálculo do valor devido • Não é necessário aviso prévio ao devedor ao realizar a tomada do automóvel • Venda do veículo pode ser privada desde que o valor recebido seja razoável • Caso valor de venda do veículo seja inferior à dívida, credor pode entrar com ação judicial para cobrar restante

1. Lista não exaustiva de estados americanos pesquisados: Nova Iorque, Califórnia, Texas, Michigan.
Fonte: *United States Foreclosure Laws*

+ Pleno incentivo a alternativas ao sistema jurídico: Programa de arbitragem anexo ao tribunal

9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (3/7)

7 ...Mas algumas barreiras prejudicam seu crescimento. Mediação e conciliação poderiam ser incentivadas através de medidas específicas

Conciliação e mediação no Brasil¹

A obrigatoriedade da audiência de conciliação/ mediação foi instaurada com o intuito de desobstruir as cortes do país, no entanto, a iniciativa ainda não apresentou alta efetividade

Limitação	Medida resolutiva	Justificativa
<ul style="list-style-type: none"> Obrigatoriedade mesmo em caso de desinteresse por uma das partes <ul style="list-style-type: none"> Reduz eficácia e prolonga prazo de resolução 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência quando de comum acordo entre ambas as partes ou após triagem da adequabilidade de casos <ul style="list-style-type: none"> Traz maior assertividade ao método 	<ol style="list-style-type: none"> Apesar da recente obrigatoriedade a partir de 2015, o índice de disputas resolvidas pela conciliação aumentou de 0,8%, para 11,9%² entre 2015 e 2016 O índice de acordo em audiências de conciliação é, geralmente, baixo no Brasil: 29% (DF), 42% (MG), 58% (SP), 72% (BA) <ul style="list-style-type: none"> Em Quebec (Canadá), a audiência ocorre apenas quando há consenso entre partes ou se requerido por uma parte e considerado viável pelo juiz. Índice de acordos: 83% Durante a SC³, juízes selecionam casos propensos à conciliação e abordam as partes <ul style="list-style-type: none"> Devido a maior foco e especialização, o índice de conciliação foi de 71% em 2017, consideravelmente acima da média nacional
<ul style="list-style-type: none"> Desalinhamento de incentivos: avaliação de desempenho atual remunera apenas casos atendidos <ul style="list-style-type: none"> Incentiva a produtividade, mas não o desempenho 	<ul style="list-style-type: none"> Remuneração variável através de <i>success fee</i>: Remunerar o mediador/ conciliador pelo número de casos atendidos + adicional por acordo selado <ul style="list-style-type: none"> Incentiva <i>produtividade e qualidade</i> 	<ol style="list-style-type: none"> Na Bahia, mediadores são remunerados por caso analisado e recebem um adicional por acordo selado <ul style="list-style-type: none"> Devido ao incentivo correto, a mediação e conciliação é mais efetiva na Bahia que em outros estados brasileiros

1. CNJ e NUPEMEC; 2. A Justiça em Números, 2016 e 2017; 3. Semana da Conciliação.

9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (4/7)

7 Boas práticas internacionais sugerem utilização de meios alternativos de resolução judicial, acelerando o processo e reduzindo os custos

Alternativas a resolução de disputas (ADR¹)

Tipos

- **Arbitragem** - Árbitro neutro toma a decisão. Uma vez que as partes concordam com o processo, a arbitragem é obrigatória²
- **Mediação** - Processo no qual um mediador neutro ajuda as partes a discutir e encontrar uma solução mutuamente aceitável
- **Conciliação** - Conciliador reúne-se as partes separadamente e busca concessões de ambas ajudando a resolver a disputa
- **Avaliação neutra precoce** - Um especialista fornece avaliação equilibrada e imparcial da disputa e sua opinião sobre o resultado de um julgamento

Benefícios

- Não extinguiria o litígio tradicional > Ferramenta que pode auxiliar os tribunais na resolução de disputas de forma **oportuna, econômica e transparente**
- Os mecanismos de ADR podem **melhorar a eficiência** do sistema judicial em geral, ajudando a **reduzir o atraso e gargalos nos casos**
- Um mediador ou árbitro neutro **economiza tempo e dinheiro** às empresas na resolução de disputas comerciais menores e proporciona maior controle sobre resultados e confidencialidade



Exemplos

País	Reforma	Redução de Custo (US\$)
EUA	Programa de arbitragem anexo ao tribunal	500 (por parte)
EUA	Programas piloto de mediação precoce em 4 tribunais superiores	6,000 (por caso)
Canada	Introdução de mediação obrigatória em Ottawa e Toronto	6,000 (por caso)

País	Reforma	Redução de Tempo (Meses)
Colômbia	Conciliação obrigatória (antes de registro judicial)	11
EUA	Uso de ADR pelo governo federal	6
EUA	Programa de arbitragem anexo ao tribunal	4

¹.Alternative dispute resolution; ².Decisão é final e somente pode sofrer apelação em casos muito especiais
Fonte: Banco Mundial

9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (5/7)

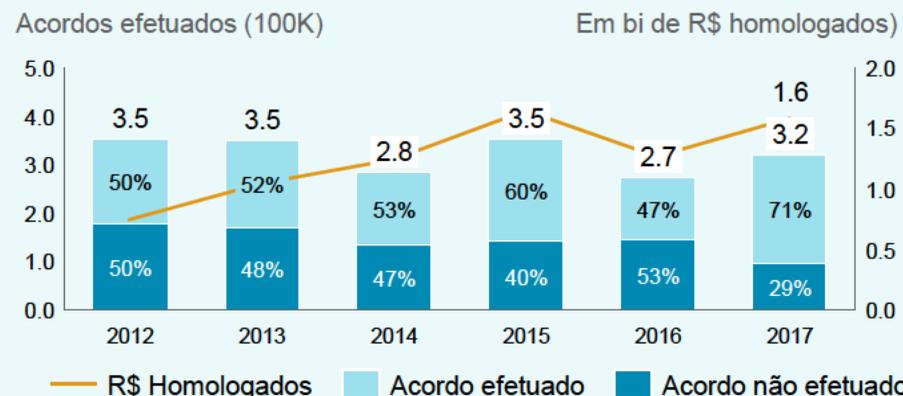
7 Brasil apresenta mobilização no sentido de incentivar métodos alternativos de disputa...

Cenário brasileiro

- CNJ implantou o **Movimento pela Conciliação** em agosto de 2006
 - Objetivo: alterar a cultura e promover soluções mediante à construção de acordos
- Resolução CNJ nº 125/2010
 - “Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Justiça organizar programa com o objetivo de promover **ações de incentivo** à autocomposição de litígios e à pacificação social por **meio da conciliação e da mediação**”
 - Estabelece envolvimento de todos os órgãos do Poder Judiciário entidades públicas e privada
- Recomendação CNJ nº 50/2014 para **estimular e apoiar os tribunais** na adoção das **técnicas consensuais** de resolução de conflitos
- Novo CPC de 2015 estabeleceu a **obrigatoriedade da realização da audiência prévia de conciliação ou mediação**
 - Se demonstrado **desinteresse por ambas as partes**, a exigência é retirada
 - Após consenso, a decisão é homologada por um juiz

Medidas de fomento a alternativas de resolução

- **Sistema de Mediação Digital**
 - CNJ com acesso a informações de tratamento de reclamações de consumidores do BC
 - BC com acesso a dados e indicadores de processos envolvendo consumidores contra IFs
 - Interlocução com os bancos para estimular a mediação
- **Semana da Conciliação**
 - Campanha realizada anualmente pelo CNJ desde 2006
 - Envolve Tribunais de Justiça, do Trabalho e Federais
 - Selecionam processos com possibilidade de acordo e intimam as partes a solucionar conflito através de conciliadores especializados no tema (conciliação e objeto de disputa)
 - Efetou mais de 1.7MM de acordos e homologou mais de R\$12Bi



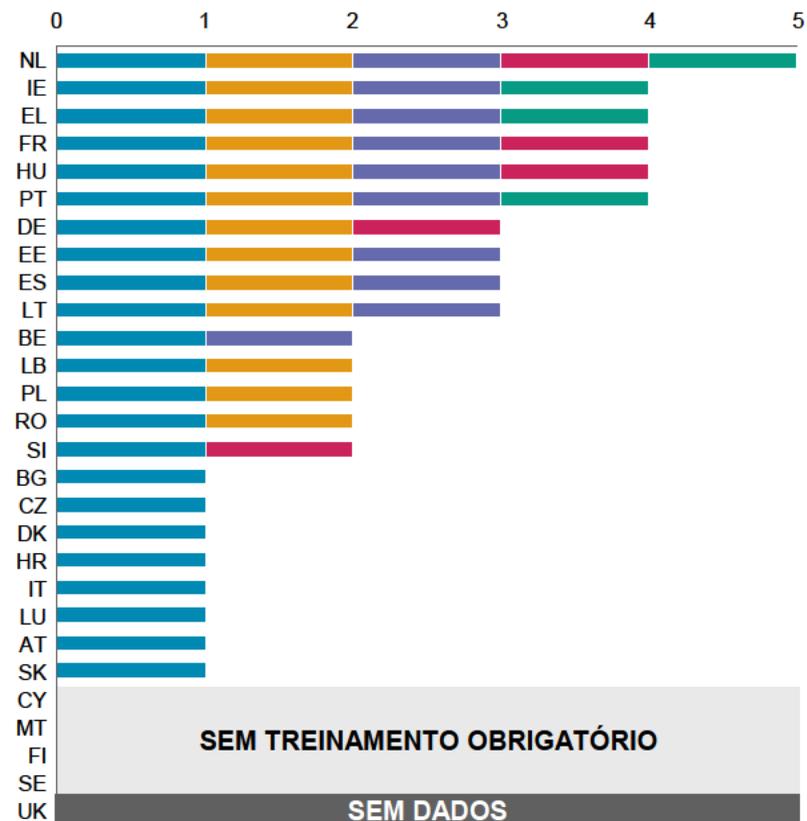
9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (6/7)

7 Países europeus implementaram treinamento obrigatório do judiciário como medida de ganho de eficiência, conforme recomendado pela CE¹

Caracterização do treinamento do judiciário na Europa

- O treinamento contínuo tem o intuito de **aprimorar habilidades específicas dos juizes e trazer maior eficiência** a Corte
- O treinamento não se restringe ao judiciário - a França adotou, em 2010, a obrigatoriedade do treinamento para:
 - **Juizes, promotores, oficiais de justiça, advogados, assistentes da Corte e notários**
- Além dos treinamentos específicos por país, a CE lançou em 2011 um plano de treinamento do judiciário sobre a legislação de outros países membros da EU:
 - Entre 2011 e 2015, a foram promovidos **mais de 500.000 treinamentos**
 - Treinamentos são administrados de maneira centralizada pelo EJTN³

Países que adotam a obrigatoriedade do treinamento para o judiciário²



1. Comissão Europeia recomenda em seu estudo: *The functioning of judicial systems and the situation of the economy in the European Union Member States*; 2. Fonte: *The 2016 EU Justice Scoreboard*, Comissão Europeia; 3. *European Judicial Training Network*

■ Treinamento inicial ■ Treinamento geral, em serviço ■ Treinamento em serviço para funções judiciais especializadas
 ■ Treinamento em serviço para gerenciamento de funções do tribunal ■ Treinamento em serviço, TI

9 Otimizar processos de execução e suas alternativas (7/7)

7 A utilização de juízes robô pode acelerar a execução de garantias através da inteligência artificial

Robô suportando decisões judiciais



Status: Em desenvolvimento

- Pesquisadores da UCL¹ desenvolveram um robô que, através de IA, avalia casos e determina a “sentença” adequada através da análise de casos passados
- O robô foi alimentado por informações sobre 584 casos de temas diversos
- De acordo com seus criadores, seu objetivo não é a “substituição de juízes”, mas sim “**atuar como uma ferramenta de rápida identificação de padrões que possam levar a determinadas ocorrências**”
 - Mesmo assim, em **79% das sentenças observadas** o veredito do robô foi igual ao deliberado pela Corte

Robô suportando atividades contratuais

JPMORGAN CHASE & CO.

Status: Em uso

- O banco JP Morgan desenvolveu uma ferramenta COIN (*Contract Intelligence*) que revisa contratos sob uma avaliação jurídica de operações financeiras através de *machine learning*
- A ferramenta interpreta e revisa contratos comerciais, um processo que **anteriormente levava mais de 300 mil horas para ser concluído** por funcionários
- Se comparado ao processo tradicional, o eletrônico é:
 - Mais rápido e mais barato
 - Mais confiável

Casos recentes mostram que *softwares* de IA podem tanto auxiliar a tomada de decisões judiciais quanto suportar tarefas processuais

1. University College London

10 Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes

8 Regulação específica, exigência de requisitos operacionais e fortalecimento da cobrança viabilizarão o crescimento sustentável da gestão de NPLs¹

Recomendações do FMI para supervisão de gestão de ativos inadimplentes na Europa²

Pilares	Status	Iniciativas
A. Aperfeiçoamento da supervisão	 Adoção de medidas robustas de provisionamento e requisitos de capital para incentivar a recuperação de ativos	 • Brasil já emprega requisitos robustos de provisionamento e capital
	 Poder de sanção regulatória para instituições de recuperação de ativos	 • Analisar eventuais mudanças no Código de Defesa do Consumidor
	 Exigência de desenvolvimento da capacidade de gestão de ativos inadimplentes	 • Exigir a definição de estratégias claras para a redução de NPLs
B. Medidas de suporte	 Mecanismos que possibilitem um mercado secundários de NPLs	 • A securitização através de FIDCs permite a existência de um mercado secundários de NPLs
	 Melhorar o acesso a informação sobre o tomador de crédito e qualidade da garantia	 • Previsto nas iniciativas 1, 2, 4 e 5
	 Sistema legal/jurídico eficiente para recuperação de garantias	 • Previsto nas iniciativas 6 e 7

1. Non-performing loans; 2. IMF, A Strategy for Resolving Europe's Problem Loans, set/15;

Lista longa de iniciativas para redução do spread (3/4)

C: Aumento da concorrência



Alavanca

Iniciativas

Instrumentos alternativos

11 Estabelecer registro centralizado de garantias

4

12 Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas

5

13 Produto alternativo: *HELOCs (Home Equity Line of Credit)*

14 Produto alternativo: *Reverse Mortgage*

15 Criar mecanismos para alavancar o mercado das cooperativas de crédito

16 Criar medidas proporcionais para securitização e viabilizar *funding* não-bancário de crédito

Iniciativas que impactam também outros produtos **n°** Iniciativas prioritizadas n° Iniciativas da lista curta

11 Estabelecer registro centralizado de garantias

4 A China reformou em 2007 seu sistema de garantias, aumentando a criando um registro central de ativos móveis



Reforma de sistema da garantias chinês

- A reforma seguiu alterações legislativas, a criação de um registro unificado e um programa para disseminação do projeto
 - **Lei:** Foi criado um esquema de prioridades mais transparente para credores com garantia e sem garantia
 - **Registro:** Foi criado um **cadastro nacional online de penhores de contas a receber e inventário**
 - O registro é supervisionado pelo *Credit Reference Center*, uma unidade vinculada ao Banco Popular da China
 - Possui acesso online via conta de usuário e reúne informações sobre a identificação do tomador, credor, descrição do ativo e da operação de crédito
 - **Divulgação:** Foram promovidos eventos educativos para clientes e setor público para disseminar a importância do projeto

Resultados obtidos

- ~400.000 cadastros e 500.000 buscas no sistemas realizados até junho de 2011
 - A parcela dos **empréstimos baseados em ativos móveis na China cresceu de 16% para 36%** entre 2006 e 2011
 - Número de empréstimos envolvendo ativos móveis cresceu 21% de 2008 a 2010, frente a estagnação percebida de 2006 a 2008
- Dos 5 maiores bancos chineses, 4 reportaram crescimento anual em empréstimos com garantias móveis maior que 25% ao ano entre 2008 e 2010
- **36 produtos financeiros** foram criados baseando-se em garantia de ativos móveis¹

Nota: O relacionamento entre crédito privado e status de prioridade de credores segurados é estatisticamente significativo ao fazer o controle por tamanho do país, nível de renda, aplicação da lei, origem legal e regiões

Fonte: Banco Mundial, Oliver Wyman; 1. *Financial News*

12 Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas (1/4)

5

No Chile foi estruturado um registro eletrônico de garantias combinado à estruturação de garantia guarda-chuva para ampliar acesso a crédito

Registro e utilização de garantias móveis no Chile

- Através do “*Registro de Prendas Sin Desplazamiento*”, um braço do Registro Civil do Chile, é possível realizar o registro eletrônico de ativos móveis
 - O serviço começou a ser oferecido em 2011 devido a necessidade de ampliar o acesso ao crédito no país
 - O registro é eletrônico, público e único
 - Custa \$30.490 pesos chilenos, cerca de R\$ 150
- Podem ser registrados ativos presentes ou futuros, que poderão servir como **garantia em única ou múltiplas operações de crédito, desde que não ultrapassem o valor total das obrigações creditórias**
- A múltipla utilização de ativos como garantia de crédito **maximiza o poder de barganha dos tomadores de crédito**, podendo assim reduzir as taxas de juros cobradas

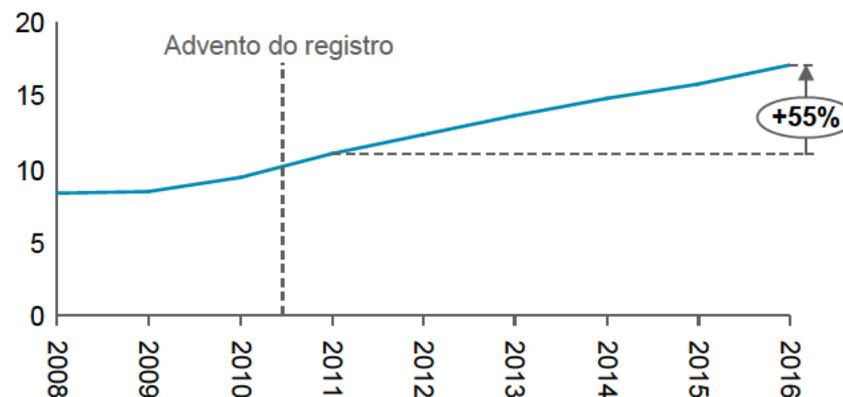
Bens aceitos no registro de garantias móveis

- **Propriedade pessoal móvel:** veículos motorizados, máquinas, animais de corte, etc
- **Direitos:** créditos, direitos de concessão
- **Título de crédito:** ações, títulos, notas promissórias
- **Outros:** Lucros futuros, inventários

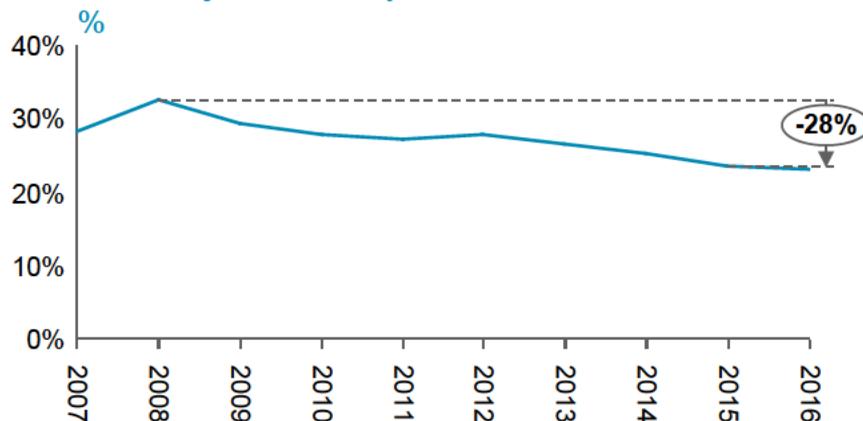
Fonte: Banco Central do Chile

Empréstimo ao consumidor

MM Pesos chilenos



Taxa de juros de empréstimo ao consumidor



15 Criar mecanismos para alavancar o mercado das cooperativas de crédito

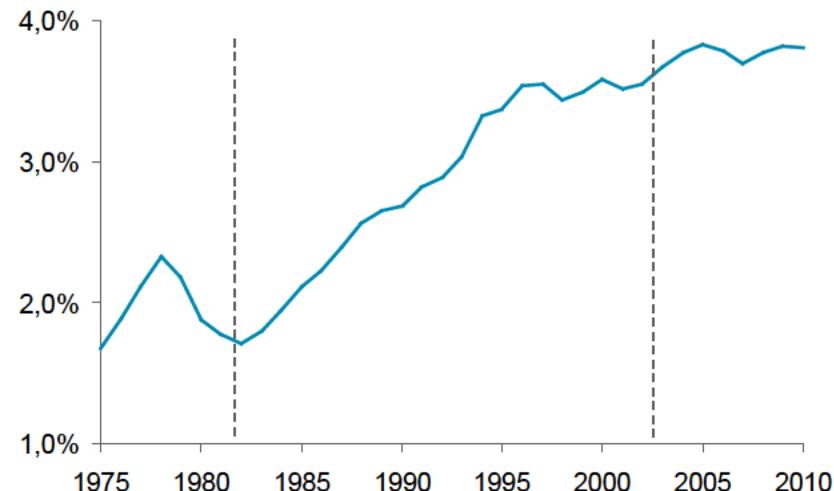
Devido a melhores condições de crédito, *credit unions* americanas crescem acentuadamente mesmo após restrição regulatória em 2003



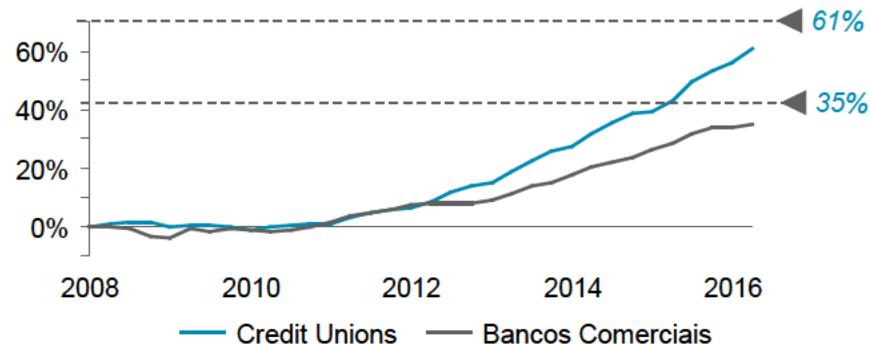
Caracterização das *Credit Unions*

- *Credit Unions* são IFs bastante populares nos EUA e similares às cooperativas de crédito brasileiras
 - Hoje são 5,696 cooperativas nos EUA que, juntas, possuem **109 milhões de membros e USD 1,1 trilhões em depósitos**
- Uma das grandes alavancas de crescimento das cooperativas nos EUA foi o relaxamento das regras de afiliação em 1982: O “laço comum” entre membros cooperados foi revogado
 - A flexibilização impulsionou a criação de cooperativas e afiliação de novos membros meio à um período de crise financeira
- Em 2003, devido a grande pressão bancária, o “laço comum entre cooperados” foi reestabelecido
- No entanto, as cooperativas, que já eram significativas na economia norte americana, **continuaram crescendo motivados por baixos juros e inadimplência**
- A taxa de **inadimplência** nos Estados Unidos em junho de 2017 era de **0.75% em *credit unions* e 1,21% em bancos¹**

Participação das *credit unions* na carteira de crédito norte americana, 1975 - 2010



Evolução da carteira de crédito nos Estados Unidos (%)

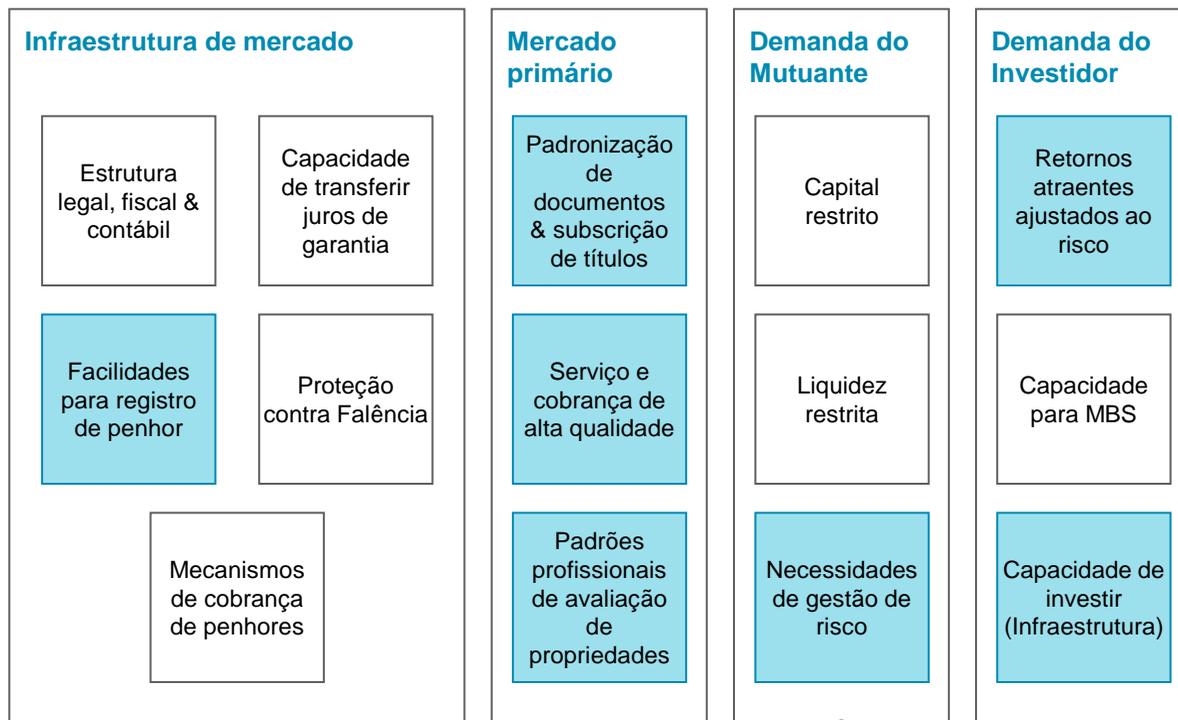


1. Incluí todos os bancos norte americanos. Fontes: *National Credit Union Administration, Federal Reserve Bank of St. Louis*

16 Criar medidas proporcionais para securitização e viabilizar *funding* não-bancário de crédito

O Brasil já tem vários elementos de uma estrutura de securitização, mas precisa apoiar um mercado inteiramente funcional

Pré-requisitos para o mercado de securitização



 Fragilidades do mercado

Cotas de empréstimo para imóveis da poupança também inibem o crescimento da securitização: os bancos não conseguem atingir as cotas e ou retêm hipotecas ou compram as securitizações disponíveis, reduzindo a liquidez e “crowding out” outros investidores

Melhorias potenciais

- ✓ Estrutura legal para transferir direitos
- ✓ Incentivos fiscais para os investidores
- ✗ Aumentar a participação dos empréstimos com a taxa de mercado
 - Empréstimos para incorporadores apenas rentáveis como passagem
 - Poupança inviável para securitizar devido à taxa de referência sem relação
- ✗ Padronizar contratos de hipoteca e o processo de originação para criar mais liquidez no mercado secundário
- ✗ Criar mecanismo que melhore a transparência no mercado secundário
 - Transparência de preço
 - Dados sobre o nível dos empréstimos
 - Ferramentas de gestão de risco
- ✗ Conceber uma estrutura regulatória macro
 - Exigir “*skin in the game*” tal como o acordo Dodd-Frank
 - Nomear um órgão supervisor que abranja as garantias e as transações bancárias

Fonte: Banco Mundial, análise Oliver Wyman

Lista longa de iniciativas para redução do spread (4/4)

D: Empoderamento do consumidor



Alavanca

Iniciativas

Educação financeira

- 17 Incentivar a ensino de conceitos simples relacionados à economia e à contabilidade no ciclo de educação básica
- 18 Fortalecer Agenda BC+ de educação financeira com experiências internacionais (p.ex. UK)
- 19 Login / Portal do Cidadão para informações rápidas, customizadas e de fácil compreensão sobre opções de crédito e preços

Transparência de custos

- 20 Aumentar requisitos de *disclosure* do custo efetivo de crédito
- 21 Transparência na divulgação do Ranking de Taxas dos produtos financeiros, explicitando diferença entre taxa informada e taxa efetivada

Iniciativas que impactam também outros produtos

 **Iniciativas prioritizadas**

 Iniciativas da lista curta

19 Login / Portal do Cidadão para informações rápidas, customizadas e de fácil compreensão sobre opções de crédito e preços

No México, o governo fornece ferramentas de comparação de taxas de produtos de crédito entre diferentes instituições financeiras

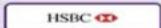
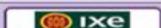
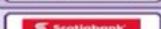
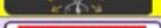


Estudo de caso: México

Simulador de Crédito Pessoal

- A Comissão Nacional para a Proteção e Defesa dos Usuários de Serviços Financeiros (CONDUSEF) é a entidade encarregada de informar, orientar e promover a educação financeira entre a população, bem como abordar e resolver queixas e reclamações de clientes contra qualquer banco
- A CONDUSEF desenvolve ferramentas financeiras para que usuários conheçam e comparem diferentes alternativas que o mercado oferece antes de contratar um serviço ou produto financeiro (crédito, consignado, imobiliário, cartão de crédito, etc.)
- A nova ferramenta da CONDUSEF permite que usuários possam comparar, antes de contratar, empréstimos pessoais, quais as opções disponíveis no mercado e escolher o que mais lhe convier.
- Possui informações de 32 entidades financeiras, onde o usuário, ao receber uma oferta de empréstimo, pode compará-lo com 41 produtos, 24 créditos de pagamento e 17 créditos pessoais de instituições como Bancos, SOFOMES e SOFIPOS

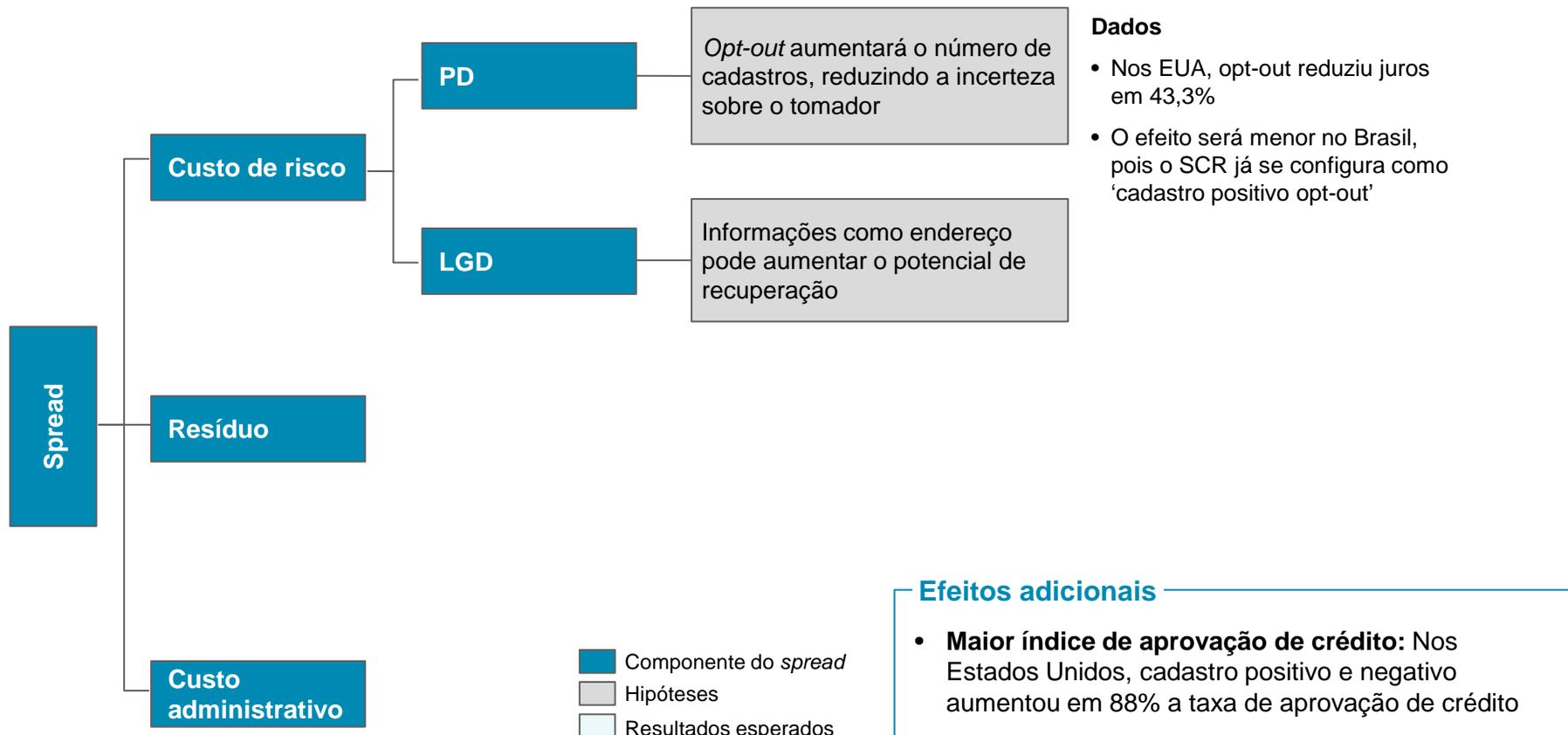
Interface do simulador

SECTOR	INSTITUCIÓN	PRODUCTO	TASA DE INTERÉS ANUAL ¹	CAT ¹	PAGO PERIÓDICO	COSTO TOTAL SEGURO DE VIDA ²	COSTO TOTAL SEGURO DE DESEMPLEO ²	PAGO TOTAL
Banco		Personal	26.20%	30.8%	3,545.19	Gratuito	No aplica	92,531.07
Banco		Personal	30.00%	35.7%	3,406.67	Gratuito	No aplica	92,886.00
Banco		Personal	27.31%	31.5%	2,617.25	Gratuito	Gratuito	95,804.94
		Datos capturados	35.50%	43.0%	3,085.12	\$600.00	Gratuito	107,476.91
Sofom ER.		Personal	38.50%	46.1%	3,142.32	\$1,812.60	Se incluye en el costo del seguro de vida	112,806.88
Banco		Personal	43.00%	55.5%	3,413.99	Gratuito	No aplica	118,046.60
Banco		Personal	50.00%	65.3%	3,701.83	\$1,980.00	Se incluye en el costo del seguro de vida	127,967.82
Sofom E.N.R.		Personal	65.00%	90.6%	4,243.08	No aplica	No aplica	153,950.91

4.3 | Mecanismo de transmissão para o *spread* das iniciativas priorizadas

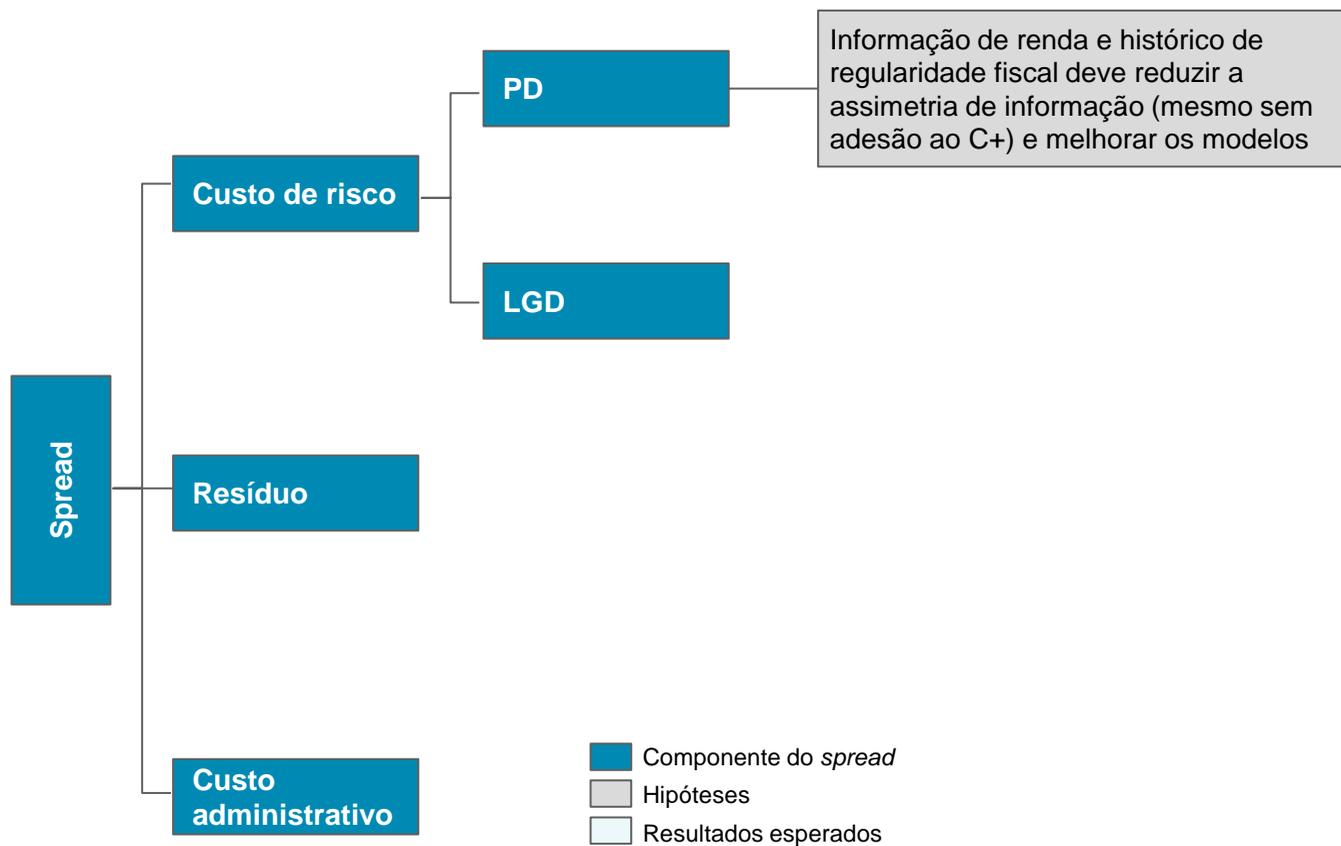
1 Plano de implementação (aprimorar cadastro positivo) Impacto esperado no spread

Árvore de cálculo do impacto no *spread*



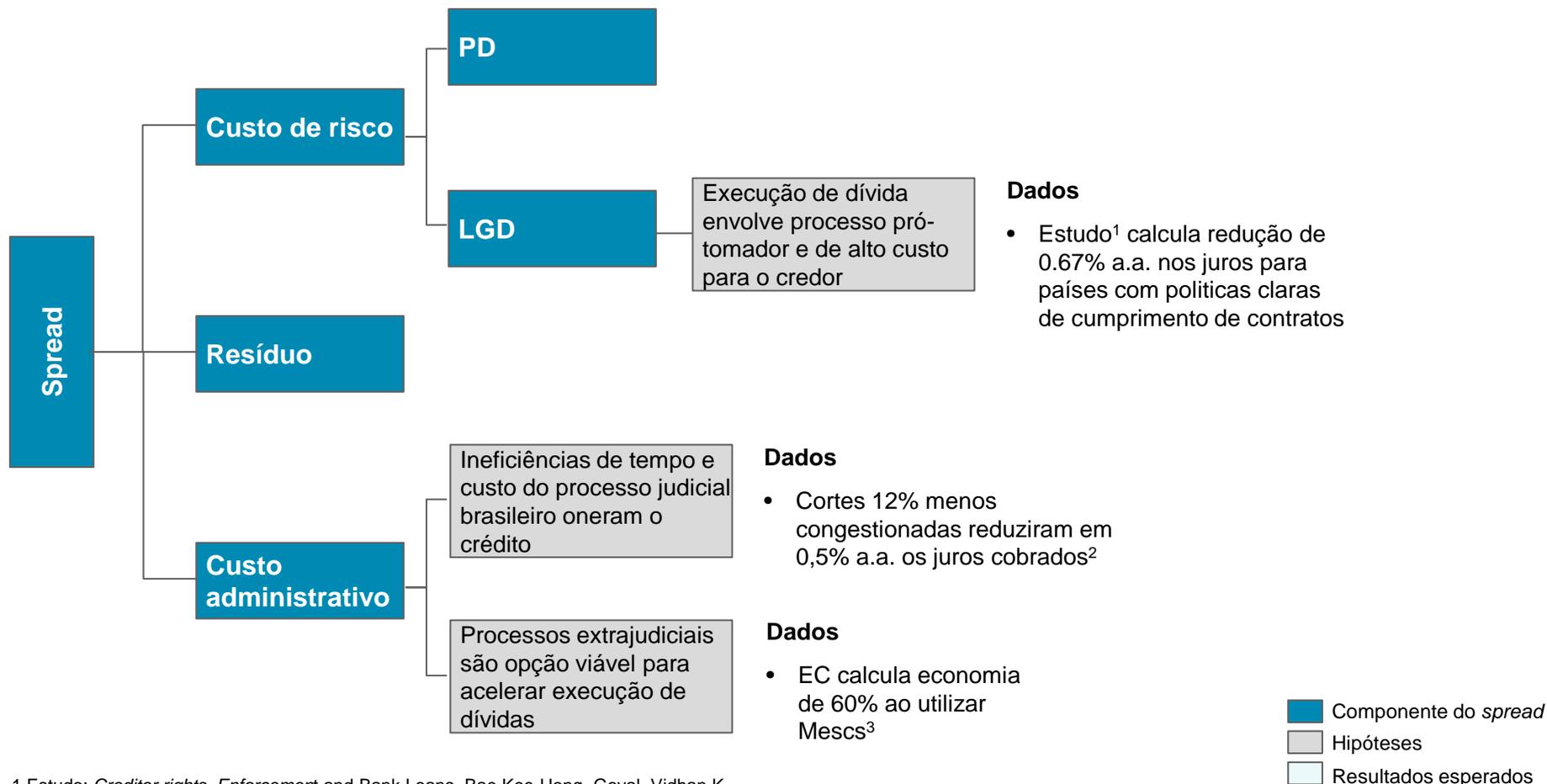
2 Plano de implementação (disponibilização de dados fiscais) Impacto esperado no spread

Árvore de cálculo do impacto no *spread*



7 Plano de implementação (otimizar processos de execução e alternativas) Impacto esperado no spread (1/2)

Árvore de cálculo do impacto no *spread*



1. Estudo: *Creditor rights, Enforcement and Bank Loans*, Bae, Kee-Hong, Goyal, Vidhan K.

2. Celeridade do Sistema Judiciário e Créditos Bancários para as Indústrias de Transformação

3. Estudo da Comissão européia a respeito do impacto de implementação de ADRs. Mesc: Meios extrajudiciais de solução de conflitos (arbitragem, conciliação e mediação)

7 Plano de implementação (otimizar processos de execução e alternativas) Impacto esperado no spread (2/2)

Fator tempo (e. extrajudicial e métodos alternativos)

Hipótese:

Execução extrajudicial irá acelerar a recuperação de *collateral*

Fonte:

Celeridade do Sistema Judiciário e Créditos Bancários para as Indústrias de Transformação

+

Fator decisão (Conscientização do judiciário)

Hipótese:

Decisões pró tomador oneram o crédito

Fonte:

Creditor rights, Enforcement and Bank Loans

+

Fator custos do processo (não transmissão de dívidas e leilões)

Hipótese:

Transmissão de dívidas do bem dado e garantia e custos operacionais oneram o crédito

Fonte:

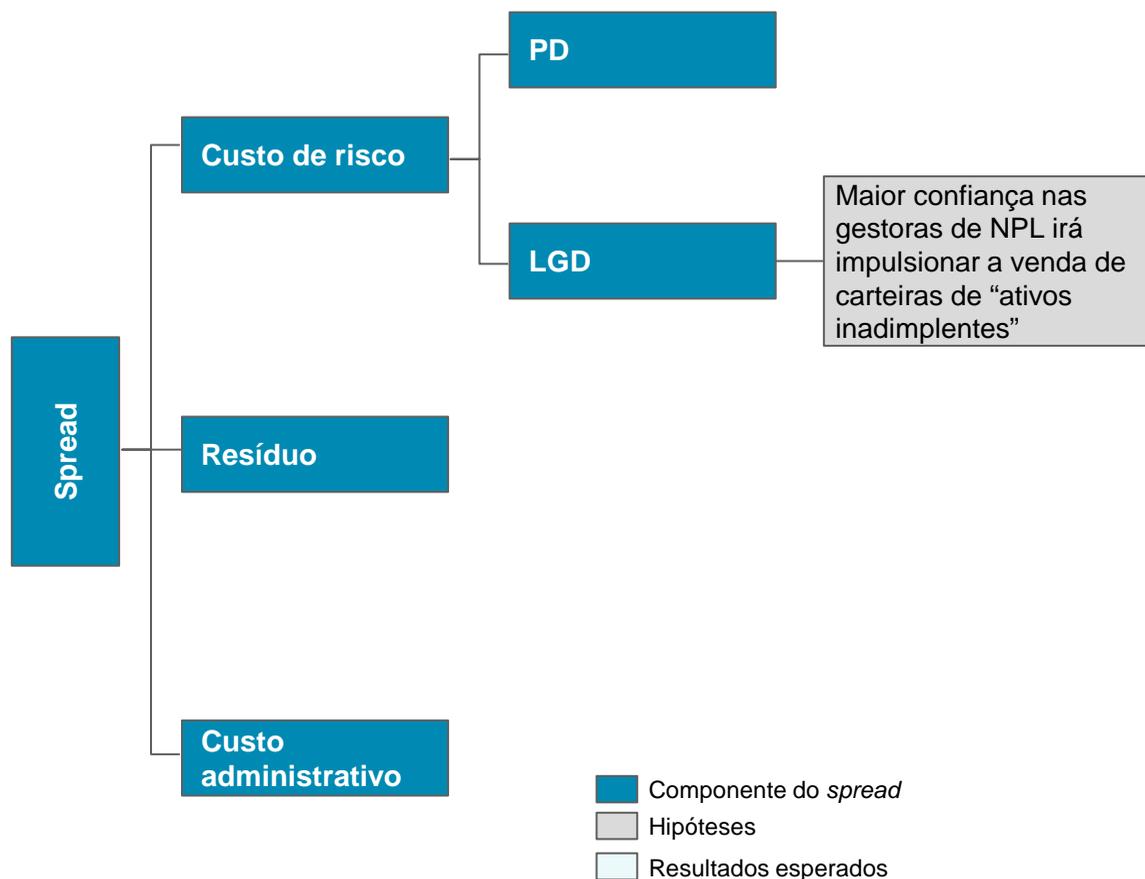
Estudo da Comissão europeia a respeito do impacto de implementação de ADRs

- Cortes 12% menos congestionadas reduziram em 0,5% os juros cobrados em operações de mesma modalidade perfil de risco
 - Juros médios anuais (amostra): 32,1%
 - Prazo médio de julgamento: 5,4 anos
- Estudo capturou o efeito do descongestionamento da corte. Supomos a aceleração do processo de ~5 anos para ~4 anos
 - Nossa proposta é executar extrajudicialmente, reduzindo drasticamente o tempo médio: de 5,4 anos para meses
 - Logo, esperamos um impacto muito maior no fator *tempo*

- De 48 países estudados, a diferença identificada no Spread entre os top 25% em termos de *Enforcement of Contract Rights* para os Bottom 25% é de 67 bps na media

- Comissão europeia calcula que a utilização de meios alternativos de resolução de disputa economizam em média 60% dos custos totais em relação a uma resolução judicial
 - 28 países da EU foram estudados
 - Países em que o custo de advogado é elevado em relação ao de um mediador apresentam as maiores discrepâncias de economia

8 Plano de implementação (entidades de recuperação de ativos) Impacto esperado no spread



Premissas

- Rentabilidade das gestoras de NPL representa o “valor recuperado acima do preço pago pela carteira”
- Confiabilidade no processo permitirá que bancos terceirizem a atividade, ao invés de investir esforços na recuperação

Dados

- Estudos de auditorias globais mostram que o valor médio das carteiras vendidas na Europa gira entre 11% e 21% do valor do principal
 - No Brasil este valor gira em torno de 2% a 3%
- Assumindo um distribuição normal, supomos que, em média toda a carteira G e H seja vendida (70% e 100% de provisionamento)

QUALIFICAÇÕES, PREMISSAS E CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Este relatório é de uso exclusivo dos clientes da Oliver Wyman aqui identificados. Este relatório não é destinado à divulgação pública ou publicação, nem deverá ser reproduzido, citado ou distribuído para qualquer finalidade, sem a prévia e expressa autorização da Oliver Wyman. Não há terceiros beneficiários deste relatório, e Oliver Wyman não se responsabiliza perante quaisquer terceiros.

As informações fornecidas por terceiros, sobre as quais o inteiro teor deste relatório ou parte dele estão baseados, são consideradas confiáveis, porém não foram verificadas de forma independente, salvo indicação expressa em contrário. Informações públicas e dados da indústria e estatísticos são de fontes que julgamos serem idôneas, no entanto, não prestamos qualquer declaração quanto à exatidão ou completude dessas informações. Os resultados contidos neste relatório podem conter previsões baseadas em dados atuais e tendências históricas. Todas essas previsões estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes. Oliver Wyman não se responsabiliza pelos resultados efetivos ou eventos futuros.

As opiniões contidas neste relatório são válidas apenas para os fins aqui indicados e na data deste relatório. Nenhuma obrigação é assumida no sentido de revisar este relatório a fim de refletir as mudanças, eventos ou condições que vierem a ocorrer após a presente data.

Todas as decisões relacionadas com a implementação ou utilização dos pareceres ou recomendações contidas neste relatório são de responsabilidade exclusiva do cliente. Este relatório não representa consultoria de investimento nem contém parecer sobre o equilíbrio de qualquer transação com relação a quaisquer e todas as partes.